

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 118/2024
Data: 28/10/2024

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ENCONTRO PORTO & MAR DEBATE EM BRASÍLIA NOVIDADES DO SETOR	4
IMPORTAÇÃO MAIS ÁGIL É OBJETIVO COM USO OBRIGATÓRIO DE DECLARAÇÃO	5
PORTO DE SANTOS ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DE TERMINAL VOLTADO A COMBUSTÍVEIS	7
TRABALHADORES PORTUÁRIOS COGITAM NOVA PARALISAÇÃO CONTRA REVISÃO DE LEI	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO.....	9
MERCADO DE CO2 DEVE ALAVANCAR COM LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO	9
COM SÃO PAULO E MAIS 13 CAPITAIS, CENTRO-DIREITA DOMINA 2º TURNO. FORTALEZA DÁ PT	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	16
SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE ENTREGA DE OBRAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA.....	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	16
FERROVIAS - TRANSPORTES FORMA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAR NOVAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS.....	16
IMPORTANTE ESTRADA FEDERAL EM RONDÔNIA, BR-429 É REVITALIZADA NA REGIÃO DE ALVORADA DO OESTE	18
PORTAL PORTO GENTE	18
AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CONSULTA PARA LEILOAR STS08.....	18
MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS DE JANEIRO A SETEMBRO CONFIRMA RECORDE NO ANO	19
GARGALOS E A URGÊNCIA DE UM PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO	21
BE NEWS – BRASIL EXPORT	22
EDITORIAL – A COMISSÃO FERROVIÁRIA	22
NACIONAL - HUB – CURTAS - PORTO DE ITAJAÍ RECEBE MAIOR NAVIO DE SUA HISTÓRIA	23
<i>Itajaí 1.....</i>	23
<i>Itajaí 2.....</i>	23
<i>Ferrovias em alta 1.....</i>	23
<i>Ferrovias em alta 2.....</i>	23
<i>Abstenções nas eleições.....</i>	23
NACIONAL- GOVERNO CRIA COMISSÃO PARA GERIR PROJETOS DE CONCESSÃO DE FERROVIAS	23
REGIÃO NORTE - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCLUI OBRAS NA BR-429 EM RONDÔNIA	24
REGIÃO SUDESTE - SP QUER FECHAR O ANO COM R\$ 16,5 BI DE INVESTIMENTOS EM LEILÕES.....	25
REGIÃO SUDESTE - CIDADES QUE ABRIGAM O PORTO DE SANTOS DEFINEM PREFEITOS.....	26
REGIÃO SUDESTE - ESTUDO APONTA ALTA DE 27% DE VOOS INTERNACIONAIS NO GALEÃO	27
REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO E PF ASSINAM TERMO DE CESSÃO DE USO PARA FUTURA DELEGACIA	28
REGIÃO NORDESTE - PECÉM AVANÇA EM INFRAESTRUTURA VERDE COM INVESTIMENTO DE R\$ 675 MILHÕES	28
REGIÃO NORTE - BYD ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS.....	29
REGIÃO CENTRO-OESTE - MINISTRO ENTREGA OBRAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA.....	30
INTERNACIONAL - MINISTRO VISITA PORTO DE LISBOA PARA FORTALECER ACORDOS DE EXPORTAÇÃO	31
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS QUER LEILÃO DO STS08 AINDA ESTE ANO	32
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - DESATANDO OS NÓS DA INFRAESTRUTURA BAIANA	33
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - NÃO DEIXE PARA DEPOIS. A VIDA ACONTECE (SÓ) AGORA!	34
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ESTUDOS DA BIOECONOMIA NO AMAZONAS.....	36
BAHIA ECONÔMICA - BA.....	37
PIX TEM NOVIDADES A PARTIR DE HOJE; SAIBA O QUE MUDA.....	37
RODOVIÁRIOS METROPOLITANOS AMANHECEM EM GREVE; VEJA DETALHES	37
WALDECK ORNÉLAS – DESATANDO OS NÓS DA INFRAESTRUTURA BAIANA.....	38
DOIS NOVOS FERRIES VÃO ATUAR NA TRAVESSIA SALVADOR-ITAPARICA.....	39
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	40
BTP DIVULGA RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL E REFORÇA COMPROMISSO COM ESG	40
AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CONSULTA PARA LEILOAR STS08, QUE AUMENTA CAPACIDADE DE COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE SANTOS	41
MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS DE JANEIRO A SETEMBRO CONFIRMA REGISTRO NO ANO	42
GOVERNO FARÁ CONCESSÃO INÉDITA PARA DRAGAGEM EM CANAIS DOS MAIORES PORTOS DO PAÍS	43
JUSTIÇA DO TRABALHO ENTREGA ESTUDO COM SUGESTÕES DE ATUALIZAÇÃO DE NRs AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	44
COMISSÃO ESPECIAL DE JURISTAS APROVA ANTEPROJETO DE NOVA LEGISLAÇÃO PARA PORTOS	46



EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA CRESCE 9,2% ATÉ SETEMBRO E SOMA US\$ 22,69 BI.....	46
IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES CRESCE 10,9% EM 2024.....	47
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA.....	48
GESTÃO DA PETROBRAS ACELERA ENTREGAS ÀS VÉSPERAS DO NOVO PLANO DE NEGÓCIOS	48
MAIS DA METADE DO VOLUME NEGOCIADO NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ESTÁ CONCENTRADO EM 20 COMERCIALIZADORAS	50
HUBS DE HIDROGÊNIO PODEM SER ALTERNATIVA À EXPORTAÇÃO, MAS FALTA “DAR MATCH”	52
AUSTRALIANA LIGHTNING MINERALS ESPERA INVESTIR R\$ 20 MILHÕES NA EXTRAÇÃO DE LÍTIO EM MINAS GERAIS.....	54
JORNAL O GLOBO – RJ.....	55
CAMPOS NETO VOLTA A DEFENDER 'CHOQUE FISCAL POSITIVO' PARA QUE BRASIL TENHA JUROS MAIS BAIXOS	55
AÇÕES DA AZUL DISPARAM APÓS EMPRESA FECHAR ACORDO E OBTER US\$ 500 MILHÕES EM FINANCIAMENTO	56
VOLKSWAGEN PRETENDE FECHAR PELO MENOS TRÊS FÁBRICAS NA ALEMANHA EM TENTATIVA DE REDUZIR CUSTOS	57
CHINA REFORÇA CONTROLE SOBRE MINERAIS RAROS ESSENCIAIS PARA FABRICAÇÃO DE CHIPS DE COMPUTADOR	59
HADDAD SE REÚNE COM LULA NESTA SEGUNDA PARA DISCUTIR CORTE DE GASTOS.....	61
TEBET DIZ SER A HORA DE ACABAR COM POLÍTICAS PÚBLICAS INEFICIENTES: 'TEMOS QUE TER A CORAGEM DE CORTAR'.....	62
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	63
INTEGRANTES DE FUNDOS DE PENSÃO DE ESTATAIS LANÇAM MANIFESTO CONTRA INGERÊNCIA DE LULA EM ENTIDADES.....	63
CAMPOS NETO: JURO MENOR DEVE DEMANDAR MEDIDAS FISCAIS DE ‘CHOQUE POSITIVO’	67
APÓS DOIS ANOS, TRANSAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES VOLTAM A SUBIR, DIZ PwC.....	68
COP-16: SETOR PRIVADO PROPÕE AO GOVERNO FINANCIAMENTO HÍBRIDO À BIOECONOMIA; ENTENDA	69
CAMPOS NETO: JURO MENOR DEVE DEMANDAR MEDIDAS FISCAIS DE ‘CHOQUE POSITIVO’	71
FISCALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS CABE AO LEGISLATIVO, DIZ AUTOR DE PEC QUE DÁ PODERES À CÂMARA	72
VALE ANUNCIA ACORDO COM GRUPO CHINÊS PARA CONSTRUÇÃO DE USINA EM OMÃ, NO ORIENTE MÉDIO.....	74
TOTAL ENERGIES AVANÇA EM SUA ESTRATÉGIA INTEGRADA MULTIENERGÉTICA.....	75
VALOR ECONÔMICO (SP).....	77
VALE E JINNAN FAZEM INVESTIMENTO DE US\$ 600 MI EM USINA DE CONCENTRAÇÃO DE MINÉRIO EM OMÃ	77
GOVERNO FEDERAL ANALISA OPERAÇÃO DE 'GARANTIA DA LEI E ORDEM' DURANTE G20 NO RIO.....	77
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	79
PETROBRAS ALERTA SOBRE RISCO DO BRASIL VOLTAR A IMPORTAR PETRÓLEO SEM AVANÇO NA EXPLORAÇÃO DA MARGEM EQUATORIAL	79
BASES DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO ADOTAM ENERGIA RENOVÁVEL	80
APS ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DO STS08 PARA GRANÉIS LÍQUIDOS	80
VLI E EDGE VENCEM PRÊMIO ATP 2024.....	81
MARCELO ARANTES ASSUMIU O CARGO DE DIRETOR INDUSTRIAL DO ESTALEIRO MAUÁ (RJ)	82
DREWRY ALERTA SOBRE IMPACTOS DAS ELEIÇÕES DOS EUA NO COMÉRCIO DE CONTÊINERES E TENSÕES COM CHINA	82
EÓLICAS OFFSHORE ESTÃO ENTRE APOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DA RETROÁREA DO AÇU.....	83
MP DA DEPRECIÇÃO ACELERADA DE NAVIOS TEM PRAZO PRORROGADO POR 60 DIAS.....	84
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	85
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	85



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ENCONTRO PORTO & MAR DEBATE EM BRASÍLIA NOVIDADES DO SETOR

Promovido pelo Grupo Tribuna, evento será realizado na Capital Federal na próxima terça-feira com dois painéis

Por ATribuna.com.br



O 2º Encontro Porto & Mar será mediado pelo consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues (Alessander Ferraz/Arquivo AT)

A atualidade dos temas será a tônica do 2º Encontro Porto & Mar, que o Grupo Tribuna promoverá na terça-feira, em Brasília, a partir das 14h20. Os dois painéis programados provam essa característica do tradicional evento.

O primeiro deles será “Os Instrumentos de exploração da atividade portuária”, com a presença do diretor da Agência

Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Wilson Lima Filho.

“Vou falar sobre as atividades da Antaq e os desafios do setor, com foco nas atividades regulatórias, transição energética, mudanças climáticas e a concessão de hidrovias, bem como a importância da relação Porto-Cidade, entre outros temas. Na pauta, como sempre, a essencialidade do binômio navio-porto”, explica Lima Filho.

Um dos cinco debatedores deste painel será o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila. A tentativa de desburocratizar as concessões e os processos de arrendamentos portuários, com o programa Navegue Simples, lançado oficialmente em junho, será colocada em debate por ele.

“Estamos trabalhando com muita energia para trazer inovação para as normas e regulamentos, permitindo que tenhamos mais agilidade com os contratos de adesão, com os processos de reequilíbrio de contrato e com os próprios leilões”, afirma Ávila.

O segundo painel será “Ceportos - O anteprojeto de lei para revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela união de portos e instalações portuárias brasileiras”.

O palestrante será o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar. Ele presidiu a Comissão de Juristas que aprovou na última quarta-feira o texto que revisa a Lei dos Portos. Ele afirmou que se trata de uma “sugestão inicial de mudança”. O anteprojeto segue para a Câmara dos Deputados.

A mediação do 2º Encontro Porto & Mar será do consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues. “Os participantes poderão trazer suas opiniões e sugerir como conseguiremos avançar. Dar luz para esses temas mostra o compromisso do Grupo Tribuna com o Porto de Santos e, conseqüentemente, com os portos do Brasil”, comenta.

PROGRAMAÇÃO

14h20

Abertura – Marcos Clemente Santini, diretor-presidente de *A Tribuna*

14h30

Painel 1 – Os instrumentos de exploração da atividade portuária

■ Palestrante: Wilson Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

15 horas

Debatedores

- Alex Ávila, secretário nacional de Portos;
- Mário Povia, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI);
- Cristina Wadner, advogada especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro;
- Thiago Miller, advogado

especialistas em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro;

- Alexandre Lopes, presidente da comissão de Direito portuário e marítimo da OAB-DF e consultor jurídico da Abeph

15h45

Painel 2 - Ceportos - O anteprojeto de lei para revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela união de portos e instalações portuárias brasileiras

- Palestrante: Douglas Alencar, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos)

16h15

Debatedores

- Juliana Oliveira Domingues,

professora doutora de Direito e Regulação Econômica da USP. Membro da Ceportos;

- Jacqueline Wedpap, diretora executiva do Instituto de Praticagem do Brasil e membro da Ceportos;
- Carlos Müller, gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove);
- Aristides Russi Júnior, diretor executivo da JBS Terminais;
- Carlos Mariotti, gerente executivo de Política Industrial da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá);
- Marcelo Sammarco, advogado especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulatório;
- Eduardo Heron, diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé)

(Reprodução)

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 27/10/2024

IMPORTAÇÃO MAIS ÁGIL É OBJETIVO COM USO OBRIGATÓRIO DE DECLARAÇÃO

Uso obrigatório da Declaração Única de Importação (Duimp) entra em curso de forma faseada e promete reduzir burocracia no segmento

Por **Bárbara Farias**



(*Alexsander Ferraz/AT*)

O novo processo de importação, que inclui o uso obrigatório da Declaração Única de Importação (Duimp), já está sendo integrado ao Portal Único de Comércio Exterior. O Rio de Janeiro já faz uso exclusivo da Duimp, o que se estenderá a todos os estados brasileiros até o final do mês.

Por enquanto, o novo sistema vale somente para dois regimes especiais aduaneiros e para importações sem anuência, ou seja, que não exigem licença prévia.

A Duimp permitirá que o processo de importação de mercadorias se torne mais ágil e menos burocrático no Brasil quando o Portal Único de Comércio Exterior estiver integrado a todos os regimes aduaneiros. Ela substituirá gradualmente a Declaração de Importação (DI), que será descontinuada até 2025. Com as exportações, isso já ocorre.

Nas duas primeiras semanas de outubro, ocorreu a migração para os regimes aduaneiros especiais de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof) e de Exportação e de Importação de Bens (Repetro), no Rio, com extensão gradual a todos os estados. A partir da próxima sexta-feira, a Duimp migrará para o regime de admissão temporária.

O vice-presidente da HPC Hamburg Port Consulting, Marcelo Garcia D'Antona, disse que ainda é cedo para avaliar os impactos da Duimp, pois o volume de transações no Rio é "relativamente pequeno". Mas alerta que, a partir de janeiro, poderá haver dificuldades "porque a Duimp será



obrigatória para a maioria das operações, para todos os regimes de importação, nos modais marítimo e aéreo”.

A migração completa do novo sistema de importação ocorrerá no segundo semestre do próximo ano, com a integração das operações por via terrestre, Zona Franca de Manaus e alguns tipos de operações por via marítima que exigem licença-prévia.

No setor aéreo, a integração se dará de janeiro a março e de abril a junho de 2025. Já o faseamento do setor terrestre será de julho a setembro e de outubro a dezembro do ano que vem.

Adesão

O especialista comentou também que a adesão do setor privado ainda é lenta. “As empresas citam como desafio trabalhar com dois sistemas diferentes, sendo o antigo baseado na DI, e o novo baseado na Duimp. Portanto, estariam resistentes a antecipar o uso do novo processo, apesar das vantagens que oferece”.

Por sua vez, o coordenador executivo da Aliança Procomex, John Edwin Mein, afirmou que “já se observa, sim, um aumento na adesão à Duimp. Em relação à implementação do novo processo de importação, 85% das funcionalidades já foram entregues, com previsão de finalização da implantação em dezembro deste ano”.

Mein explicou que como a mudança é de processos e não apenas de sistemas, todas as empresas devem se adequar à nova operação mesmo antes de estarem obrigadas a fazê-lo.

DATAS

Cronograma de migração da Duimp em 2024

Outubro

1ª semana: Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro; regime Recof

2ª semana: Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro; regimes Recof e Repetro

3ª e 4ª semanas: todas as secretarias estaduais da Fazenda; regimes Recof e Repetro

Novembro

1ª semana: todas as secretarias estaduais da Fazenda; regimes Recof e Repetro e admissão temporária

Dificuldade

Para o diretor do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região (SDAS), Hugo César Evangelista, a grande dificuldade está ocorrendo nos órgãos anuentes.

“Eles ainda estão finalizando a sincronização da Duimp perante à Secretaria da Fazenda de São Paulo. É o caso da Anvisa, por exemplo”.

Evangelista destacou que um dos benefícios da Duimp será a redução significativa de custos de armazenagem. “Hoje, esse é o grande gargalo do Porto de Santos”.

(Reprodução)

Novo sistema permitirá desembaraço aduaneiro antecipado

Marcelo D’Antona lembrou ainda que o novo sistema permitirá o desembaraço aduaneiro antecipado da carga importada, que o mercado apelidou de ‘sobre águas’.

“Essas cargas não necessitarão seguir para recintos alfandegados na retroárea, mas nada impede que o importador prefira desembaraçar suas cargas após a chegada no porto, possibilitando removê-las para a retroárea sob controle aduaneiro (armazenagem alfandegada), ou ainda, mesmo com as cargas desembaraçadas antes da chegada ao porto, o importador prefira adquirir serviços logísticos desses

terminais”.

D'Antona explica que esses serviços não envolverão armazenagem alfandegada, e sim outros de added value, como separação, reembalagem e armazenagem comum.

Sem prorrogação

D'Antona pontou que a Receita Federal não deve estender os prazos, pois o Governo está ocupado em converter todos os sistemas que envolvem a arrecadação de tributos federais, incluindo o Portal Único, para adequá-los à reforma tributária, que terá efeitos a partir de 2026. “Não faz sentido ter que adequar também o sistema velho (Siscomex) para manter o conforto dos atrasadinhos”.

Mein compartilha da mesma visão. “O final de processo de implantação, em dezembro de 2025, é inadiável porque a reforma tributária começará a vigorar em janeiro de 2026. O Governo não vai investir no sistema atual (antigo) para adaptá-lo ao novo regime tributário”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/10/2024

PORTO DE SANTOS ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DE TERMINAL VOLTADO A COMBUSTÍVEIS

Pregão não tem data marcada, mas a expectativa é que ocorra em 2025

Por ATribuna.com.br



Localizada na zona industrial da Alemoa, próximo à Petrobras, na Margem Direita do Porto de Santos, área do STS08 tem 152,2 mil metros quadrados (Divulgação/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu acesso à consulta pública para obtenção de contribuições para realização de leilão de arrendamento do terminal STS08. Ele estará disponível, até 23 de novembro, no site e na Plataforma Participa + Brasil. O pregão, no entanto, ainda não tem data exata, mas deve ser realizado no próximo ano.

O terminal será destinado à ampliação da capacidade de movimentação de graneis líquidos, em especial combustíveis.

Embora o espaço esteja aberto, o aviso da consulta pública está programado para ser publicado no Diário Oficial da União apenas na próxima quarta-feira. O motivo é que, a partir desta data, passará a contar o prazo de 30 dias para os questionamentos e contribuições relativos ao tema.

A expectativa é que, depois desse período, a APS encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova o leilão na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), informou o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos, Gustavo Pereira.

No site da APS, os interessados podem clicar no ponto mais alto da página inicial, ao lado da busca, no item Acesso à Informação e, a seguir, em Participação Social. Na sequência, clicar na linha Audiências e Consultas Públicas, onde haverá o link do Participa + Brasil e à Consulta Pública número 4/2024 – STS08.

O espaço

A área, que tem 152,2 mil metros quadrados (m²), está localizada na zona industrial da Alemoa, próximo à Petrobras, na Margem Direita do Porto de Santos. O leilão deve representar R\$ 400 milhões em investimentos, em contrato de concessão por 25 anos prorrogáveis por igual período.

O presidente da APS, Anderson Pomini, lembra que a medida é de extrema importância para atender ao aumento da demanda por movimentação de combustíveis que suprem as regiões Sudeste, Sul, parte do Centro-Oeste do Brasil e ainda Bolívia, Paraguai e Chile. Além disso, representa aumento da livre concorrência e abertura de mercado, tornando-o menos concentrado, como prevê a Lei Federal 9.478/97.

“Ali serão construídos dois berços – pelo consórcio de empresas que já atua no setor -, além de outros dois pela Petrobras, até 2030. Atendemos, assim, recomendação dos órgãos de controle, no sentido de que o Porto não pode ter áreas ociosas. Também conjugamos, num mesmo setor, aumento da capacidade de tancagem, de berços e de acessos para escoamento dos produtos”, afirmou Anderson Pomini, referindo-se também aos dois viadutos a serem construídos pela Ecorodovias, conforme convênio entre Governo do Estado, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e APS.

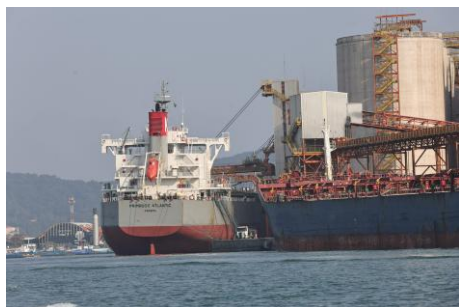
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/10/2024

TRABALHADORES PORTUÁRIOS COGITAM NOVA PARALISAÇÃO CONTRA REVISÃO DE LEI

Eles discordam do fim da exclusividade da mão de obra avulsa

Por Bárbara Farias



Na terça-feira (22), trabalhadores de Santos e de outros portos brasileiros protestaram por 12 horas (Vanessa Rodrigues/ AT)

Trabalhadores portuários estão em estado de greve e planejam deflagrar uma nova paralisação, desta vez de 18 horas, em protesto ao fim da exclusividade proposto pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), no relatório de revisão da Lei dos Portos, aprovado na quarta-feira (23). O texto servirá de base na elaboração do projeto de lei que atualizará o arcabouço

legal portuário.

A decisão foi tomada em plenária sindical realizada, ontem, em Brasília. A categoria também se reuniu com o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, para pedir o apoio do Governo Federal.

A mobilização nacional é liderada pelas federações nacionais dos Estivadores (FNE), dos Portuários (FNP) e dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios (Fenccovib). Conta com a adesão de sindicatos de portuários de todo o Brasil.

Na última terça-feira, trabalhadores avulsos e vinculados de 32 portos, incluindo o de Santos, aderiram ao movimento, suspendendo as operações por 12 horas.

O presidente da FNP, Sérgio Magalhães Giannetto, afirmou que os sindicalistas analisaram na plenária de ontem todas as propostas apresentadas pela Ceportos.

Ele também explicou que a categoria recorreu ao Governo Federal para evitar que as mudanças nas relações de trabalho propostas pela comissão de juristas componham o novo projeto de lei dos portos. “À noite, nós nos reunimos com o ministro Alexandre Padilha para dialogar e pedir o apoio do Governo e do presidente Lula”.

Entre as medidas propostas pela comissão de juristas, além do fim da exclusividade de mão de obra avulsa e vinculada, pontos como a redefinição de trabalhador portuário, restringindo às categorias de

capatazia, estiva e conferentes, Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) facultativo, terceirização da Guarda Portuária, entre outras regras.

Conferentes

Além de estiva e capatazia, os conferentes também seguem como trabalhadores portuários, sejam avulsos ou vinculados, no anteprojeto proposto pela Ceportos.

“Foi uma vitória nossa, do nosso sindicato, aqui na região. Nós conseguimos, com muita conversa e interlocução, permanecer. A nossa entidade representa 280 trabalhadores que atuam nos portos de Santos e São Sebastião”, comentou, aliviado, o presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga e Capatazia do Porto de Santos, Cubatão, Guarujá e São Sebastião, Marco Sanches.

“Mas, essas mudanças propostas são as mais desfavoráveis. A nossa esperança é que os deputados federais não incluam o fim da exclusividade no projeto de lei. Nós vamos continuar articulando isso em Brasília, porque se ela cair, vão terceirizar a mão de obra e achatar muito os salários”, declarou o sindicalista.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

MERCADO DE CO2 DEVE ALAVANCAR COM LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



CO2: Unidade da Carbo Gás no Espírito Santo/Foto: divulgação

A Lei do Combustível do Futuro, anunciada pelo governo federal este mês com a expectativa de destravar investimentos de R\$ 260 bilhões e colocar o país na vanguarda energética sustentável, deve impulsionar o mercado do CO2 puro. A expectativa é que o mercado consumidor desse produto no Brasil, estimado em 400 mil toneladas/ano, seja multiplicado por dez.

A estimativa é da Carbo Gás, empresa do Grupo JB, que há 21 anos atua no setor de CO2 puro. Diante da oportunidade, a Carbo Gás está posicionada para ser fornecedora para o mercado de e-metanol, que avança na região. Hoje a Carbo Gás tem capacidade instalada para produzir 500 t/dia e armazenar 6 mil toneladas do gás. Atualmente vende 150 ton/ dia. “Temos ampla disponibilidade para atender o crescimento do mercado”, assegura Fernando Mota, diretor da Área de Negócios CO2, do Grupo JB.

Se as negociações e soluções de desafios do setor de e-metanol prosperarem, o consumo de CO2 deve se multiplicar. “Serão necessárias cinco Carbo Gás para atender, por exemplo, a planta de e-Metanol que será instalada no Complexo de Suape”, ressalta Mota.

O diretor argumenta que o programa do Combustível do Futuro vai estimular a produção de hidrogênio verde (H2V) e do e-metanol, que terão várias aplicações, incluindo as frotas navais e de aviação. “Os biocombustíveis, como o e-metanol, usado por navios, precisam de grandes quantidades de CO2 para a sua produção”, explica Mota.

Recuperação do CO2

O CO2 não é gás produzido, é um gás recuperado. Nem todos os gases são fáceis de serem trabalhados e os conhecedores são poucos. O CO2 puro é um gás com muitas aplicações, mas os volumes consumidos hoje são bem menores que a demanda estimada para os vários projetos de e-metanol.



“A captura e utilização de CO₂, um gás do efeito estufa, é um dos avanços legais presentes no pacote de projetos da Lei do Combustível do Futuro”, diz Mota. O texto prevê incentivo a duas modalidades para o CO₂: captura e estocagem no solo por 20 anos; ou uso do gás para a produção de biocombustíveis do futuro.

O enterramento de CO₂ exige cuidados com a injeção no solo, a pressurização necessária e os locais para estocagem, entre outras definições. A Noruega, por exemplo, utiliza os campos petrolíferos do Mar do Norte, explica o professor do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da Universidade de São Paulo USP, Pedro Luiz Côrtes.

Há mais de duas décadas, através da Carbo Gás, o Grupo JB produz o CO₂ puro grau alimentício em seis plantas industriais localizadas em Pernambuco e no Espírito Santo. Elas têm capacidade para produzir 500 toneladas por dia do produto. Os principais clientes são as empresas de bebidas carbonatadas, mas também atende à indústria farmacêutica; química; de tratamento de efluentes; normalização de pH; congelamento de alimentos; extintores de incêndio e outros.

“A Carbo Gás detém conhecimento e experiência em diferentes aplicações de CO₂”, garante Fernando Mota. O Grupo também produz biocombustível, energia, açúcar e aguardente, nas unidades em Pernambuco e no Espírito Santo.

O Grupo JB tem 60 anos de história, com participação na agroindústria da cana e produção de bioenergia, eletricidade, açúcar, aguardente e CO₂ em grau alimentício. Reúne a Companhia Alcoolquímica Nacional, Lasa Bioenergia, Carbo Gás e JB Participações. As empresas produzem riqueza destinada ao mercado nacional e à exportação com sedes em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, e em Linhares, no Espírito Santo.

Leia a série Os desafios da infraestrutura para a nova economia:

Materia 1– Negócios do hidrogênio verde florescem em meio a desafios da infraestrutura

<https://movimentoeconomico.com.br/especiais/negocios-do-hidrogenio-verde/>

Materia 2 – Negócios de data center prosperam no Nordeste, mas energia preocupa

<https://movimentoeconomico.com.br/especiais/negocios-de-data-center-prosperam-no-nordeste-mas-energia-preocupa/>

Materia 3 – Investimentos em distribuição dependem da maturidade dos projetos, diz EPE

<https://movimentoeconomico.com.br/especiais/investimentos-em-distribuicao-depende-da-maturidade-dos-projetos-diz-epe/>

Materia 4 – Água de esgoto vira insumo valioso na era do H₂V

<https://movimentoeconomico.com.br/especiais/agua-de-esgoto-vira-insumo-valioso/>

Materia 5 – “H₂V pode dominar o setor de dessalinização e democratizá-lo”

<https://movimentoeconomico.com.br/especiais/h2v-pode-dominar-o-setor-da-dessalinizacao-e-democratiza-lo-entrevista/>

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 28/10/2024

COM SÃO PAULO E MAIS 13 CAPITAIS, CENTRO-DIREITA DOMINA 2º TURNO. FORTALEZA DÁ PT

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

Nas eleições municipais de 2024, a centro-direita se destacou nas capitais brasileiras, refletindo uma tendência observada desde o primeiro turno. Das 15 capitais que foram a segundo turno, os partidos que mais se sobressaíram foram o PL, com quatro vitórias, e o MDB, que conquistou três prefeituras. Do campo da esquerda, apenas Fortaleza, capital cearense, deu vitória ao PT, em uma das disputas

mais acirradas deste domingo (27), com Evandro Leitão derrotando o bolsonarista André Fernandes (PL) com pouco mais de 10 mil votos de diferença. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o 2º turno das Eleições 2024 ocorreu de forma democrática.

O PL triunfou em Belo Horizonte (Fuad Nomam), Aracaju (Emília Corrêa), Cuiabá (Abílio Brunini) e Goiânia (Sandro Mabel). O MDB, por sua vez, venceu em São Paulo (Ricardo Nunes), Belém (Igor Normando) e Porto Alegre (Sebastião Melo). Outros partidos como o PP e o Avante também obtiveram resultados positivos, com o PP conquistando João Pessoa (Cícero Lucena) e Campo Grande (Adriane Lopes), enquanto o Avante venceu em Manaus (David Almeida).

Reeleições no 2º turno

Seguindo a tendência ao continuísmo observada no primeiro turno, todos os candidatos à reeleição nas capitais venceram: Ricardo Nunes (MDB), em São Paulo (SP); Fuad Noman (PSD), em Belo Horizonte (MG); Sebastião Melo (MDB), em Porto Alegre (RS); David Almeida (Avante), em Manaus (AM); Adriane Lopes (PP), em Campo Grande (MS); e Cícero Lucena (PP), em João Pessoa (PB). Essa taxa de reeleição nas capitais ficou em 80%, considerando as situações de prefeitos que tentaram a recondução nestas eleições municipais.

Somente duas mulheres prefeitas de capitais

As prefeitas eleitas Emília Corrêa (Aracaju-SE), do PL, e Adriane Lopes (Campo Grande-MS), do PP, são as únicas mulheres que estarão à frente das administrações municipais entre todas as capitais brasileiras a partir de 2025. Elas venceram as eleições em segundo turno, neste domingo (27).

Outras seis candidatas chegaram à disputa em segundo turno em capitais: Rose Modesto (em Campo Grande), do União, Natália Bonavides (em Natal), do PT, Janad Valcari (em Palmas), do PL, Maria do Rosário (em Porto Alegre), do PT, Cristina Graeml (em Curitiba), do PMB, e Mariana Carvalho (em Porto Velho), do União. O número representa queda com relação a 2020, quando as candidatas em segundo turno eram 20.

REGIÃO SUDESTE

São Paulo – Ricardo Nunes (MDB)



Ricardo Nunes (MDB) venceu o segundo turno das eleições em São Paulo

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Ricardo Nunes (MDB) venceu o segundo turno das eleições em São Paulo. Com 100% dos votos apurados, Nunes obteve 59,35% dos votos válidos. Guilherme Boulos (PSOL) ficou em segundo lugar, com 40,65%.

Ele assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo ao ocupar a cadeira de prefeito após a morte de Bruno Covas (PSDB), que faleceu em 2021, vítima de câncer. O candidato do MDB, antes de ser prefeito, foi vereador entre 2013 e 2020.

Ricardo Nunes, que já se mostrava confiante durante entrevista concedida à imprensa após votar na zona sul da capital, pela manhã, se envolveu em polêmica durante o dia, quando o governador Tarcísio de Freitas, ao lhe acompanhar, comentou sobre factóide envolvendo suposto direcionamento da facção Primeiro Comando da Capital pelo voto de presos provisórios e familiares de presos contra candidatos de direita.

O candidato Guilherme Boulos, em coletiva durante a tarde, considerou o comentário um crime eleitoral grave. Sua campanha ajuizou ação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em resposta às declarações do governador.

A declaração do governador ocorreu após falas de Nunes, que comentou a participação de Boulos em entrevista a podcast na sexta-feira (25) e reforçou as falas em que colocava o deputado federal do PSOL como um candidato “da desordem”, repetindo o tom usado durante toda a campanha.

Em nota, a assessoria de Nunes declarou que “por ora, a campanha de Ricardo Nunes (MDB) não vai se manifestar sobre os recentes pedidos de Guilherme Boulos (PSOL) à Justiça”.

Belo Horizonte – Fuad Nomam (PL)



O candidato Fuad Nomam (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Belo Horizonte (MG)

Foto: Facebook/Reprodução

O candidato Fuad Nomam (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Belo Horizonte (MG), com 53,73% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Bruno Engler (PL) que teve 46,27% dos votos válidos.

Fuad Nomam tem 77 anos, é escritor, economista e foi servidor público de carreira do Banco Central. Ele assumiu a prefeitura de BH após a renúncia de Alexandre Kalil, que concorreu ao governo de Minas Gerais. Fez parte do governo Fernando Henrique Cardoso como secretário-executivo da Casa Civil e do governo de Minas Gerais como secretário de Fazenda e de Transporte. Na prefeitura de BH chegou a comandar a Secretaria Municipal de Fazenda.

REGIÃO NORDESTE

Fortaleza – Evandro Leitão (PT)



O candidato Evandro Leitão (PT) venceu a disputa para a prefeitura de Fortaleza (CE)

Foto: Junior Pio/Alece

O candidato Evandro Leitão (PT) venceu a disputa para a prefeitura de Fortaleza (CE), com 50,38% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com André Fernandes (PL) que teve 49,62% dos votos válidos.

Evandro Leitão, do PT, tem 57 anos e está em seu terceiro mandato consecutivo de deputado estadual. Servidor público de carreira, é auditor adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. É formado em ciências econômicas pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e em direito pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC).

Natal – Paulo Eduardo da Costa Freire (União Brasil)



O candidato Paulo Eduardo da Costa Freire (União Brasil) venceu a disputa para a prefeitura de Natal

Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O candidato Paulo Eduardo da Costa Freire (União Brasil) venceu a disputa para a prefeitura de Natal, com 55,34% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Natália Bonavides (PT) que teve 44,66% dos votos válidos.

Paulo Eduardo da Costa Freire, do União Brasil, tem 60 anos e é deputado federal. Foi vereador por vários mandatos não consecutivos, desde 1993 até 2022. Em 2002, foi eleito deputado estadual e, de 2009 a 2012, foi vice-prefeito de Natal.

João Pessoa – Cicero Lucena (PP)



O candidato Cicero Lucena (PP) venceu a disputa para a prefeitura de João Pessoa

Foto: Cicero Lucena/Arquivo Pessoal

O candidato Cicero Lucena (PP) venceu a disputa para a prefeitura de João Pessoa, com 63,91% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Marcelo Queiroga (PL) que teve 36,09% dos votos válidos.

Cicero Lucena Filho tem 67 anos e é o atual prefeito da capital paraibana. Foi eleito para seu primeiro mandato na prefeitura de João Pessoa em novembro de 1996, à época, pelo PMDB. Foi reeleito para o cargo em 2000, no primeiro turno, com 74% dos votos válidos. Foi ainda vice-governador da Paraíba entre 1991 e 1994; governador do estado entre 1994 e 1994; ministro da Secretaria de Políticas Regionais entre 1995 e 1996; e senador entre 2007 e 2015.

Aracaju – Emília Corrêa (PL)



A candidata Emília Corrêa (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Aracaju (SE)

Foto: Gilton Rosas/Agência Brasil

A candidata Emília Corrêa (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Aracaju (SE), com 57,46% dos votos válidos. Ela disputou o segundo turno com Luiz Roberto (PDT) que teve 42,54% dos votos válidos.

Emília Corrêa Santos Bezerra, de 62 anos, é defensora pública aposentada, comunicadora de rádio e TV. Foi corregedora geral, secretária da Defensoria Pública e presidente do Tribunal de Ética. Eleita vereadora por Aracaju/SE em 2016 e reeleita em 2020.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Campo Grande – Adriane Lopes (PP)



Adriane Lopes (PP) venceu a disputa para a prefeitura da Campo Grande
Foto: Pedro França/Agência Senado

Adriane Lopes (PP) venceu a disputa para a prefeitura da Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, com 51,45% dos votos válidos. A candidata disputou o segundo turno com Rose Modesto (União), que teve 48,55% dos votos válidos.

Formada em Direito e Teologia, com pós-graduação em Administração Pública e Gerência de Cidades, Adriane Lopes foi a primeira mulher a assumir a prefeitura da capital, em 2022. Ela foi vice-prefeita de 2017 a 2022.

Cuiabá – Abilio Brunini (PL)



O candidato Abilio Brunini (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Cuiabá

Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados

O candidato Abilio Brunini (PL) venceu a disputa para a prefeitura da Cuiabá, com 53,80% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Lúdio (PT) que teve 46,20% dos votos válidos.

Abilio Brunini é arquiteto e tem 40 anos. Deputado Federal pelo Mato Grosso, já foi vereador por Cuiabá. Disputou a prefeitura da capital em 2020, mas ficou em segundo lugar. Em 2023, durante sessão da CPMI dos Atos Golpistas, foi acusado de fazer gesto associado a movimentos neonazistas. Ele negou a ação, mas acabou sendo expulso da CPMI por interromper a fala de outros deputados. Antes do PL, foi filiado ao PSC e ao PODE.

Goiânia – Sandro Mabel (PL)



O candidato Sandro Mabel (PL) venceu a disputa para a prefeitura de Goiânia

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

O candidato Sandro Mabel (PL) venceu a disputa para a prefeitura de Goiânia (GO), com 55,54% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Fred Rodrigues (PL) que teve 44,46% dos votos válidos.

Sandro Mabel tem 65 anos e é empresário das Indústrias Mabel, formado em Administração e Contabilidade. Foi deputado federal por 20 anos. Candidatou-se a prefeito de Goiânia em 1992 pelo PMDB, mas não foi eleito.

REGIÃO NORTE

Belém – Igor Normando (MDB)



O candidato Igor Normando (MDB) está eleito para a prefeitura de Belém

Foto: Igor Normando/Instagram

O candidato Igor Normando (MDB) está eleito para a prefeitura de Belém, com 56,36% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com o deputado Delegado Eder Mauro, que teve 43,64% dos votos válidos.

Em seu segundo mandato como deputado estadual, Igor Normando, de 37 anos, já foi vereador da capital paraense por dois mandados, tendo iniciado o primeiro deles com apenas 24 anos. O candidato é primo do governador Helder Barbalho e foi secretário da cidadania em sua administração, entre 2023 e 2024. O candidato a vice-prefeito em sua chapa é o empresário Cássio Andrade (MDB).

Manaus – David Almeida (Avante)



O candidato David Almeida (Avante) foi reeleito para a prefeitura da cidade de Manaus

Foto: Avante/Divulgação

O candidato David Almeida (Avante) foi reeleito para a prefeitura da cidade de Manaus, com 54,59% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Capitão Alberto Neto (PL) que teve 45,41% dos votos válidos.

David Almeida, de 55 anos, é o atual prefeito de Manaus. Ele já foi deputado estadual em três mandatos e chegou a assumir interinamente o governo do Amazonas quando era presidente da Assembleia Legislativa e o governador e o vice da época tiveram seus mandatos cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O vice-prefeito eleito em sua chapa é o empresário Renato Júnior (Avante), que substituirá o atual vice-prefeito Marcos Rotta, que já estava em seu segundo mandato de vice-prefeito.

Porto Velho – Léo Moraes (Podemos)

Léo Moraes (Podemos) será o novo prefeito de Porto Velho, em Rondônia

Foto: Podemos/Divulgação



Léo Moraes (Podemos) será o novo prefeito de Porto Velho, em Rondônia. Com 92,89% das urnas apuradas, ele liderou a votação, com 56,18% dos votos válidos, seguido da concorrente do União, Mariana Carvalho, com 43,82% dos votos.

Léo Moraes é formado em Direito, tem 40 anos e iniciou sua carreira política em 2012, como vereador de Porto Velho. Em 2014, foi eleito deputado estadual e, dois anos depois, concorreu a prefeito de Porto Velho pela primeira vez, chegando ao segundo turno. Em 2018, foi eleito deputado federal. A vice-prefeita em sua chapa é a advogada Magda dos Anjos.

Palmas – José Eduardo Siqueira Campos (Podemos)



O candidato José Eduardo Siqueira Campos (Podemos) venceu a disputa para a prefeitura de Palmas

Foto: Benhur de Souza/Assembleia Legislativa de TO

O candidato José Eduardo Siqueira Campos (Podemos) venceu a disputa para a prefeitura de Palmas, com 53,03% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Janad Valcari (PL) que teve 46,97% dos votos válidos.

José Eduardo Siqueira Campos, de 65 anos, já foi prefeito de Palmas, entre 1993 e 1997, e senador do Tocantins, entre 1999 e 2007. Antes disso, foi deputado federal por dois mandatos, e, atualmente, é deputado estadual. O vice-prefeito que concorre em sua chapa é o Pastor Carlos Eduardo (Agir).

REGIÃO SUL

Porto Alegre – Sebastião Melo (MDB)

Sebastião Melo (MDB) foi reeleito para prefeitura de Porto Alegre (RS)

Foto: Cesar Lopes/PMPA



Sebastião Melo (MDB) foi reeleito para prefeitura de Porto Alegre (RS) neste domingo (27). Com 89,52% das urnas apuradas, Sebastião Melo fez 61,43% dos votos e Maria do Rosário (PT), 38,57 %.

Melo é advogado e já foi vice-prefeito da capital gaúcha de 2013 a 2016, durante a gestão de José Fortunati. Em 2018, foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. Em 2020, assumiu a prefeitura de Porto Alegre.

Curitiba – Eduardo Pimentel (PSD)



Eduardo Pimentel (PSD) venceu a disputa para a prefeitura da capital paranaense, Curitiba

Foto: Eduardo Pimentel/Arquivo Pessoal

Eduardo Pimentel (PSD) venceu a disputa para a prefeitura da capital paranaense, Curitiba, com 57,64% dos votos válidos. Ele disputou o segundo turno com Cristina Graeml (PMB), que teve 42,36% dos votos válidos.



Aos 40 anos, Pimentel disputa a eleição com apoio da coligação Curitiba Amor e Inovação, formada pelos partidos PSD, Podemos, Republicanos, PL, MDB, Novo, Avante e PRTB. Pimentel já foi vice-prefeito de Curitiba em 2016 e 2020, na chapa de Rafael Greca. Também já ocupou o cargo de secretário municipal de Obras Públicas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 28/10/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE ENTREGA DE OBRAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA

Cerimônia será nesta terça-feira (29) no aeroporto da capital; terminal recebeu investimentos de R\$ 65 milhões

O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, participa, nesta terça-feira (29), da cerimônia de entrega da primeira fase (1B) das obras de melhoria da infraestrutura do Aeroporto de Goiânia (GO). O terminal aeroportuário, que recebeu um investimento de R\$ 65 milhões, faz parte da carteira do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e está sendo executada pela CCR Aeroportos, concessionária responsável pelas obras.

Na cerimônia, serão apresentadas a reforma e ampliação do terminal de passageiros, esteira de bagagem no desembarque internacional, novo sistema de BHS (Baggage Handling System) e EDS (Explosives Detection System) e um sistema de monitoramento de veículos, além de 18 posições para aeronaves do tipo "C" e a implantação de um novo pátio remoto para aeronaves tipo "D". Estima-se que mais de 200 empregos foram gerados.

No evento, haverá também o lançamento do terminal de cargas do aeroporto, o primeiro 100% refrigerado do país. O local será exclusivo para carga farmacêutica, química e hospitalar e tem uma área construída de 2.133,31 m², com capacidade de armazenamento (câmaras frias) de 1.531,8m.

Credenciamento

O ministro Silvio Costa Filho atenderá à imprensa após a cerimônia de inauguração. Não haverá necessidade de credenciamento por parte dos jornalistas.

Serviço:

O que: Entrega das Obras no Aeroporto de Goiânia

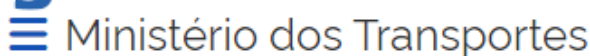
Quando: Terça-feira, 29 de outubro

Horário: 10h

Local: Aeroporto de Goiânia

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/10/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

FERROVIAS - TRANSPORTES FORMA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAR NOVAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

Fórum terá representantes do ministério, da ANTT e da Infra S.A., podendo consultar especialistas e representantes de outros órgãos



Ferrovias Norte-Sul - Foto: Edsom Leite/MT

A estruturação dos projetos de concessão de ferrovias será acompanhada por uma comissão permanente, composta por representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Infra S.A. É o que define a Portaria nº 974/2024, publicada na edição desta sexta-feira (25) do Diário Oficial da União.

“Essa comissão poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos, como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Casa Civil. Como resultados, apresentaremos relatórios trimestrais ao ministro Renan Filho, com informações para que ele possa tomar decisões no sentido de desenvolver o setor de ferrovias”, detalha o secretário Nacional de Transporte Ferroviário e presidente da comissão, Leonardo Ribeiro.

Como membros permanentes, a comissão terá representantes da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF), sendo que um deles o presidente, e um da Secretaria Nacional de Parceria. Também participam um representante da Subsecretaria de Sustentabilidade e outro da Subsecretaria de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes; um representante da ANTT e um da Infra S.A.

Titulares de cada um desses órgãos terão 10 dias úteis, contados a partir da publicação da portaria, para indicar os nomes de servidores com capacidade técnica para integrar o grupo. Na próxima semana, começam a ser definidos os cronogramas das atividades.

Confira as atribuições do grupo:

- Acompanhar a elaboração de estudos e projetos;
- Propor diretrizes que estejam de acordo com as políticas setoriais vigentes;
- Analisar e manifestar-se quanto à aprovação de documentos e planilhas sob o ponto de vista técnico;
- Subsidiar decisões do ministro de Estado dos Transportes, do secretário-executivo e do secretário nacional de Transporte Ferroviário;
- Acompanhar e apoiar as atividades necessárias à realização de audiências públicas, ao cumprimento de diligências, recomendações e determinações de órgãos de controle e à condução dos procedimentos licitatórios;
- Gerenciar o cronograma das atividades;
- Promover o alinhamento entre os órgãos e entidades envolvidos no processo de estruturação dos empreendimentos.

Desafio

O secretário Leonardo Ribeiro destaca que a composição diversa visa assegurar um olhar interdisciplinar na avaliação dos projetos, além de possibilitar uma gestão colaborativa com especialistas do mercado e da academia. Segundo ele, a criação do colegiado coincide com um momento no qual o ministério promove a repactuação e renovação de contratos para alavancar investimentos; estabelece novas políticas públicas para o setor e estrutura uma robusta carteira de projetos, em parceria com a Infra S.A.

“Essa carteira de projetos já está contratada. Estamos avaliando mais de 20 mil quilômetros de ferrovias, incluindo trechos operacionais ou não. Essa comissão tem o objetivo de acompanhar esses projetos de concessão para que a gente, dentro de uma visão interdisciplinar, possa estruturar esses projetos de forma eficiente”, conclui Ribeiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 28/10/2024

IMPORTANTE ESTRADA FEDERAL EM RONDÔNIA, BR-429 É REVITALIZADA NA REGIÃO DE ALVORADA DO OESTE

Além de assegurar mais segurança e fluidez viária, melhorias contribuem com desenvolvimento econômico, beneficiando setores agropecuário, turístico e cultural no noroeste do estado



Foram investidos R\$ 5 milhões nas intervenções de um dos principais corredores logísticos do estado - Foto: DNIT/Divulgação

Uma das principais ligações rodoviárias do noroeste do estado de Rondônia, a BR-429 passou por obras de revitalização. O Ministério dos Transportes concluiu a recuperação e a pavimentação do segmento entre os KMs 47,18 e 49,19 da estrada, no município de Alvorada do Oeste. O investimento federal nas intervenções foi de

aproximadamente R\$ 5 milhões.

Executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os serviços incluíram recuperação asfáltica e pintura da sinalização horizontal, essencial para a segurança viária. O investimento integra as ações do Governo Federal para modernizar a malha viária de Rondônia, garantindo melhores condições de trafegabilidade e promovendo o crescimento socioeconômico.

Relevância

A rodovia é importante rota de escoamento da forte pecuária da região, além da produção agrícola – notadamente de soja, milho e arroz. As melhorias também beneficiam as atividades turísticas e culturais, uma vez que, no entorno da BR-429/RO, existem sítios arqueológicos (povos pré-colombianos), geoglifos e o icônico Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, construído na época do Império Português.

No estado, a BR-429 começa em Presidente Médici – entroncamento com a BR-364/RO –, e passa por Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé. A rodovia tem seu fim em Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, às margens do Rio Guaporé. Trata-se, portanto, de um dos principais corredores logísticos do estado.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 28/10/2024

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CONSULTA PARA LEILOAR STS08

Redação Portogente

Expansão do setor de granéis líquidos terá também quatro novos berços, mais tanques e dois viadutos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, nesta sexta-feira (25), no seu site (portodesantos.com.br) e na Plataforma Participa + Brasil, o acesso à consulta pública para obtenção de contribuições para realização de certame licitatório de arrendamento da área de infraestrutura pública denominada STS08, com 152,2 mil m², localizada dentro do Porto Organizado de Santos, visado o aumento de capacidade de tancagem (armazenamento) de granéis líquidos, principalmente combustíveis.



Foto: Divulgação

O aviso da consulta pública está programado para ser publicado no Diário Oficial da União na quarta-feira, dia 30 de outubro, quando passará a contar o prazo de 30 dias para os questionamentos e contribuições.

No site da APS, os interessados podem clicar no ponto mais alto da página inicial, ao lado da busca, no item Acesso à Informação e, a seguir, no círculo verde denominado Participação Social. Na sequência, clicar na linha Audiências e Consultas Públicas, que terão acesso ao link do Participa + Brasil e à Consulta Pública número 04/2024 – STS08.

A expectativa é que, depois de 30 dias de contribuições recebidas, a APS encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova o leilão na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), informou o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da APS, Gustavo Pereira. A área a ser leiloada terá conexões com dutovias, rodovias e píeres na Alemoa, área de movimentação de graneis líquidos na margem direita do Porto de Santos.

O presidente da APS, Anderson Pomini, lembra que a medida é de extrema importância para atender ao aumento da demanda por movimentação de combustíveis que suprem as regiões Sudeste, Sul, parte do Centro-Oeste do Brasil e ainda Bolívia, Paraguai e Chile. Além disso, representa aumento da livre concorrência e abertura de mercado, tornando-o menos concentrado, conforme prevê a Lei 9.478 (6/8/1997).

Estratégico

"Para melhorar o desempenho destes serviços essenciais e estratégicos, ali serão construídos dois berços - pelo consórcio de empresas que já atua no setor -, além de outros dois pela Petrobras, até 2030. Atendemos assim recomendação dos órgãos de controle, no sentido de que o Porto não pode ter áreas ociosas. Também conjugamos, num mesmo setor, aumento da capacidade de tancagem, de berços e de acessos para escoamento dos produtos", afirmou Anderson Pomini, referindo-se também aos dois viadutos a serem construídos pela Ecorodovias, conforme convênio firmado entre Governo do Estado, DER e Autoridade Portuária de Santos.

A Autoridade Portuária primeiro promoveu estudos, corroborados pela Corregedoria Geral da União (CGU), para adaptar a modelagem da área à melhor solução para sua exploração. Na sequência, publicou o Chamamento Público 01/2023 para identificar interessados na exploração da STS08, destinada à movimentação e à armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis. Seis empresas demonstraram interesse.

Assim, a APS deu início ao procedimento com vistas à realização de certame licitatório para, ao final, vir a celebrar o contrato de arrendamento com aquele que sair vencedor da disputa. O procedimento já passou pela análise da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e agora acontecerão a consulta e a audiência pública.

A expansão do setor no Porto de Santos é vital para a economia do País, sobretudo os setores da indústria, comércio, serviços e agronegócio. "O País precisa garantir combustíveis e insumos para movimentar a economia. E o Porto de Santos tem esta consciência a respeito do seu papel logístico", concluiu o presidente da APS.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/10/2024

MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS DE JANEIRO A SETEMBRO CONFIRMA RECORDE NO ANO

Redação Portogente

Total cresceu 7,7% em relação à registrada nos nove primeiros meses de 2023

O Porto de Santos, principal complexo portuário do Brasil, registrou a movimentação de 137,4 milhões de toneladas de cargas no acumulado de janeiro a setembro de 2024. O volume representa um crescimento de 7,7% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram movimentadas 127,6 milhões de toneladas. Esse desempenho é a melhor marca histórica para o período.

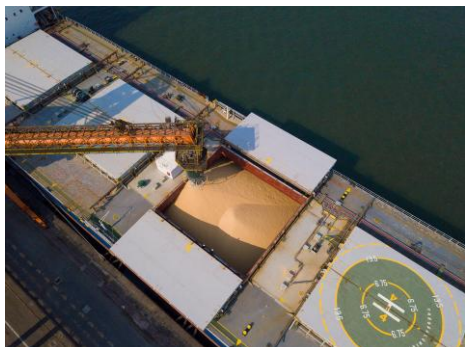


Foto: Divulgação

Um dos destaques foi o aumento de 11,2% nos desembarques de cargas, que somaram 35,4 milhões de toneladas. Os embarques também registraram crescimento expressivo, com alta de 6,5%, totalizando 102,0 milhões de toneladas.

O presidente da APS, Anderson Pomini, afirma que "o desempenho alcançado é reflexo direto dos contínuos investimentos em modernização e ampliação de capacidade que permitem ao Porto de Santos operar com eficiência e atender à crescente demanda das trocas comerciais brasileiras". Pomini acrescenta que a infraestrutura oferecida pelo Porto de Santos, incluindo terminais de última geração e sistemas logísticos integrados, tem sido um pilar fundamental para garantir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global.

Considerando apenas o mês de setembro de 2024, o Porto de Santos movimentou 16 milhões de toneladas, uma leve retração de 1,5% em relação ao mesmo mês de 2023. Apesar disso, o desempenho acumulado ao longo do ano permaneceu robusto.

Os graneis sólidos, um dos principais segmentos de cargas movimentadas no Porto, atingiram no acumulado do ano 71,6 milhões de toneladas, um crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior. Um dos destaques foi o açúcar, cujas exportações cresceram 33,0%.

Os graneis líquidos, que incluem combustíveis e outros produtos químicos, também alcançaram uma marca histórica no acumulado de janeiro a setembro de 2024, com 14,5 milhões de toneladas movimentadas, um crescimento de 2,0% em relação ao mesmo período de 2023. Os destaques foram os aumentos na movimentação de óleo diesel e gasóleo (+9,8%) e gasolina (+40,7%).

A movimentação de contêineres foi uma das modalidades de maior crescimento, conforme já antecipado pela APS. No acumulado do ano, o volume chegou a 44,4 milhões de toneladas, um salto de 21,6% frente ao mesmo período de 2023. A movimentação de contêineres, em unidades TEU, também atingiu recordes, chegando a 4,0 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), um crescimento de 15,8%.

A movimentação de carga geral solta atingiu 6,9 milhões de toneladas, um crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período de 2023. O destaque coube à celulose, com crescimento de 8,6%.

Corrente Comercial

O Porto de Santos também aumentou sua participação na corrente comercial brasileira, atingindo 28,7% em setembro de 2024, frente a 28,3% no mesmo mês do ano anterior. Cerca de 27,9% das transações comerciais internacionais do Brasil que passaram pelo porto tiveram a China como principal destino ou origem. O estado de São Paulo manteve a maior participação nas transações comerciais por meio do Porto, com 47,2%.

O número de atracções no ano também subiu. Foram 142 chegadas de navios a mais: 4.040 em 2023 e 4.182 em 2024 (até setembro).

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/10/2024

GARGALOS E A URGÊNCIA DE UM PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Por Editorial Portogente

Não é a organização (da distribuição física) que tem importância crítica, e sim sua filosofia de operação (Donald J. Bowersox)

A infraestrutura de transporte é o alicerce de uma economia robusta, especialmente em um cenário de crescente globalização e expansão comercial. Nesse contexto, o desenvolvimento da infraestrutura portuária torna-se peça-chave para facilitar o fluxo eficiente de pessoas e cargas, impulsionando o crescimento econômico. Portos e seus acessos que operam de forma ineficiente dificultam a competitividade, elevam os custos logísticos e limitam o potencial de expansão do comércio exterior brasileiro.



Porto IA

Leia mais: Área do Ecoporto Deve Ser Licitada para Garantir Crescimento Sustentável

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116137-area-do-ecoporto-deve-ser-licitada-para-garantir-crescimento-sustentavel>

Atualmente, o Brasil enfrenta uma crise logística que evidencia os gargalos em diversos portos do país. Em consequência, cargas são redirecionadas para outros portos, que, por sua vez, também sofrem com atrasos e desafios operacionais. Para um sistema portuário eficiente, os investimentos em infraestrutura devem ser cuidadosamente planejados com anos de antecedência. De acordo com parâmetros internacionais, uma operação portuária ideal opera com cerca de 75% da capacidade total, cenário distante da realidade brasileira.

Veja mais: Conheça 5 gargalos da logística no Brasil - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/107054-conheca-5-gargalos-da-logistica-no-brasil>

Portos como Roterdã e Singapura são exemplos de uma visão estratégica bem-sucedida. Esses hubs internacionais se anteciparam às demandas de navios cada vez maiores, construindo portos aptos a receber embarcações em sua máxima capacidade operacional. Essa preparação eleva a eficiência, reduz as emissões desnecessárias decorrentes de longas esperas para atracação e minimiza os custos gerados por ineficiências em cascata.

Veja mais: Descarbonização industrial: foco está na eficiência energética

<https://portogente.com.br/noticias/opiniao/116139-descarbonizacao-industrial-foco-esta-na-eficiencia-energetica>

No Brasil, no entanto, o cenário é o oposto. Falta um planejamento de longo prazo, e as soluções emergenciais buscam apenas corrigir ineficiências imediatas, mantendo um ciclo de “operação tapa-buraco”. A falta de investimentos e a burocracia excessiva são obstáculos que impedem a criação de um ambiente favorável à inovação portuária, perpetuando a crise e afastando o país de um protagonismo competitivo no cenário global.

Veja mais: Túnel Santos-Guarujá: Avanços e Desafios à Vista - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116129-tunel-santos-guaruja-avancos-e-desafios-a-vista>

Muitas configurações estratégicas diferentes de distribuição podem ser empregadas. Está em jogo a economia nacional. Investir em infraestrutura portuária robusta e inovadora não é apenas uma necessidade, mas um dever para assegurar um futuro de desenvolvimento e competitividade para o Brasil.



Veja mais: A importância da Logística Empresarial nos dias atuais e como ela é vista no mercado - Portogente

<https://portogente.com.br/portopedia/93730-a-importancia-da-logistica-empresarial-nos-dias-atuais-e-como-e-vista-no-mercado>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/10/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A COMISSÃO FERROVIÁRIA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A criação de uma comissão permanente para monitorar os projetos federais de concessão de ferrovias no Brasil é uma medida estratégica para o desenvolvimento do setor ferroviário nacional. Essa iniciativa, anunciada pelo Ministério dos Transportes, poderá ajudar a fortalecer a infraestrutura ferroviária, um pilar essencial para a logística e o desenvolvimento econômico do País.

A comissão, que será composta por representantes de diversos órgãos governamentais e com a possibilidade de contar com a participação de especialistas externos, terá a responsabilidade de acompanhar de perto todas as etapas dos projetos de concessão, desde a elaboração dos estudos até a execução das obras. Essa vigilância constante garantirá que os projetos sejam estruturados de forma eficiente, transparente e alinhados às necessidades da Nação.

A importância dessa comissão se justifica por diversos motivos. Em primeiro lugar, o setor ferroviário brasileiro possui um grande potencial de crescimento, mas enfrenta diversos desafios, como a necessidade de modernização da infraestrutura e a falta de investimentos. A criação da comissão demonstra a intenção do Governo em superar esses obstáculos e impulsionar o desenvolvimento do setor.

Em segundo lugar, a comissão terá um papel crucial na coordenação das ações dos diferentes órgãos envolvidos nos projetos de concessão. Ao centralizar as decisões e garantir a troca de informações entre os diversos atores, a comissão contribuirá para agilizar os processos e reduzir a burocracia.

Além disso, a composição multidisciplinar da comissão permitirá uma análise mais abrangente dos projetos, considerando aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para garantir que os projetos de concessão sejam sustentáveis e atendam às necessidades da sociedade.

A iniciativa do Ministério dos Transportes de criar uma comissão permanente para monitorar os projetos de concessão de ferrovias é um sinal positivo para o setor. No entanto, é fundamental que essa iniciativa seja acompanhada de outras medidas, como a disponibilização de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura, a simplificação dos processos de licenciamento ambiental e a criação de um marco regulatório mais eficiente.

O governo deve continuar investindo em políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do setor ferroviário. A expansão da malha ferroviária, a modernização dos equipamentos e a integração do transporte ferroviário com os demais modais são medidas essenciais para tornar o transporte ferroviário mais competitivo e eficiente, uma medida essencial para o crescimento da economia brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024



NACIONAL - HUB – CURTAS - PORTO DE ITAJAÍ RECEBE MAIOR NAVIO DE SUA HISTÓRIA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ITAJAÍ 1

O Porto de Itajaí (SC) recebeu o maior navio de sua história nesse final de semana. O CMA CGM Amazônica, contêiner com 336 metros de comprimento e 51 metros de largura (boca), atracou na manhã de sábado, no berço 2 da JBS Terminals, e zarpu nesse domingo. O cargueiro vinha do Porto de Santos (SP) e, após a operação no cais catarinense, realizada pela Seara (do Grupo JBS), rumou para Paranaguá (PR).

ITAJAÍ 2

Para o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, a vinda do CMA CGM Amazônia é um marco para a retomada das atividades no porto no cenário nacional. O complexo portuário ficou cerca de dois anos sem operar contêineres, reiniciando suas atividades neste mês.

FERROVIAS EM ALTA 1

As ferrovias brasileiras registraram, no último mês de agosto, o maior volume de cargas transportadas dos últimos seis anos. Os dados, do Panorama Transportes da Infra S.A., foram publicados na quinta-feira passada e mostram que o setor atingiu a marca com 52,47 milhões de toneladas úteis, resultado 9,6% superior ao de agosto de 2023. No acumulado dos oito primeiros meses de 2024, a alta já chega a 4,96% e representa um total de 254,14 milhões de toneladas úteis até o momento. No setor aéreo, as cargas pagas movimentadas tiveram alta de 12% em relação a agosto de 2023, com 120,8 milhões de quilos em 2024, a variação anual desse setor acumulou alta de 9,1%.

FERROVIAS EM ALTA 2

Além dos crescimentos em volume de cargas transportadas, o setor de transportes gerou 13.663 admissões formais em agosto, com destaque para 11.567 novas contratações de profissionais que atuam no transporte rodoviário de cargas, segundo dados do Panorama Transportes da Infra S.A..

ABSTENÇÕES NAS ELEIÇÕES

O índice de abstenções nesse segundo turno das eleições municipais brasileiras, realizado nesse domingo, dia 27, chegou a 29,26%, um aumento de mais de sete pontos percentuais em relação ao primeiro turno, quando atingiu 21,68%. Em algumas cidades, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o percentual foi superior à parcela de votos obtida pelo candidato vitorioso. Esse cenário será investigado, para se descobrir as causas dessas ausências e tentar reduzir o não comparecimento nas eleições de 2026, disse na noite de domingo a presidenta do TSE, ministra Cármen Lúcia.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

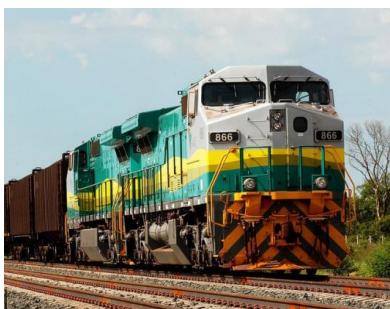
Data: 28/10/2024

NACIONAL- GOVERNO CRIA COMISSÃO PARA GERIR PROJETOS DE CONCESSÃO DE FERROVIAS

Grupo técnico acompanhará a estruturação de concessões ferroviárias e apresentará relatórios trimestrais ao ministro dos Transportes

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Uma nova comissão permanente vai monitorar a estruturação dos projetos de concessão de ferrovias, conforme estabelece a Portaria nº 974/2024, publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira (25). A comissão será composta por representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Infra S.A., além de poder contar com a participação de especialistas de outras instituições.



Entre as principais responsabilidades da comissão estão acompanhar a elaboração de estudos e projetos ferroviários e propor diretrizes conforme as políticas setoriais vigentes (Foto: Edsom Leite/MT)

“Essa comissão poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Casa Civil. Como resultados, apresentaremos relatórios trimestrais ao ministro Renan Filho, com informações para que ele possa tomar decisões no sentido de desenvolver o setor de

ferrovias”, explicou o secretário Nacional de Transporte Ferroviário e presidente da comissão, Leonardo Ribeiro.

A comissão será composta por membros permanentes da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF) e da Secretaria Nacional de Parcerias, com representantes da Subsecretaria de Sustentabilidade e da Subsecretaria de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, além de membros da ANTT e da Infra S.A.. As instituições têm até 10 dias úteis, a contar da data de publicação da portaria, para indicar os servidores que farão parte do grupo. Os cronogramas das atividades começarão a ser definidos nesta semana.

Entre as principais responsabilidades da comissão estão:

- Acompanhar a elaboração de estudos e projetos ferroviários;
- Propor diretrizes conforme as políticas setoriais vigentes;
- Avaliar documentos técnicos e aprovar planilhas;
- Apoiar decisões do ministro e de outros gestores do Ministério dos Transportes;
- Auxiliar na realização de audiências públicas, no cumprimento de exigências legais e na supervisão de licitações;
- Gerenciar o cronograma de atividades;
- Assegurar o alinhamento entre os órgãos envolvidos na estruturação dos empreendimentos.

Leonardo Ribeiro enfatizou que a formação diversificada da comissão tem como objetivo proporcionar uma visão interdisciplinar na análise dos projetos, além de promover uma gestão colaborativa com especialistas do mercado e do meio acadêmico. Ele destacou que o momento coincide com iniciativas do Ministério voltadas à renovação de contratos e ao estímulo de novos investimentos no setor ferroviário.

“Essa carteira de projetos já está contratada. Estamos avaliando mais de 20 mil quilômetros de ferrovias, incluindo trechos operacionais ou não. Essa comissão tem o objetivo de acompanhar esses projetos de concessão para que a gente, dentro de uma visão interdisciplinar, possa estruturar esses projetos de forma eficiente”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO NORTE - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCLUI OBRAS NA BR-429 EM RONDÔNIA

Obras de pavimentação prometem facilitar transporte de produtos agrícolas e acesso a pontos turísticos e culturais

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Ministério dos Transportes finalizou as obras de recuperação e pavimentação de um trecho da BR-429, uma das mais importantes rodovias do noroeste de Rondônia. As intervenções foram realizadas entre os quilômetros 47,18 e 49,19, no município de Alvorada do Oeste, e contaram com um investimento federal de aproximadamente R\$ 5 milhões.

Sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), os serviços incluíram a recuperação asfáltica e a pintura da sinalização horizontal, elementos fundamentais para aumentar a segurança dos motoristas que trafegam pela região. Essa revitalização faz parte do plano do Governo Federal para modernizar a malha viária de Rondônia, promovendo maior fluidez no trânsito e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local.

A BR-429 tem um papel essencial no escoamento da produção agrícola e pecuária da região, facilitando o transporte de itens como soja, milho, arroz e gado. Além disso, as melhorias beneficiarão o turismo e a preservação do patrimônio cultural, pois a rodovia dá acesso a diversos sítios arqueológicos, incluindo geoglifos e o histórico Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, remanescente da era colonial portuguesa.

A rodovia começa em Presidente Médici, no entroncamento com a BR-364, e atravessa diversos municípios, como Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé, até alcançar Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, às margens do Rio Guaporé.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO SUDESTE - SP QUER FECHAR O ANO COM R\$ 16,5 BI DE INVESTIMENTOS EM LEILÕES

Qualificadas no PPI, Rota Sorocabana e Nova Raposo vão a leilão em outubro e novembro, respectivamente

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



A concessão do trecho da Nova Raposo refere-se a 92 km de trechos de vias operadas pela ViaOeste e inclui, ainda, estradas sob gestão do DER-SP, beneficiando dez municípios (Foto: Divulgação/Governo de SP)

O Governo de São Paulo vai fechar o ano de 2024 com a realização de quatro leilões marcados para os meses de outubro e novembro. Para o setor de infraestrutura, serão dois projetos que serão concedidos à iniciativa privada: a Rota Sorocabana e a Nova Raposo. Juntos, os projetos devem garantir mais de R\$ 16,5 bilhões em investimentos.

O primeiro deles, a ser realizado no dia 30 de outubro, será da Rota Sorocabana, que consiste na concessão de trechos rurais, atualmente operados pela ViaOeste, além de incluir estradas sob gestão do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP).

O projeto abrange 460 quilômetros de rodovias localizadas na região sudoeste de São Paulo. A concessão inclui 12 rodovias e vai beneficiar 17 municípios paulistas com investimentos em duplicação de vias, implantação de faixas adicionais, novas passarelas, acostamentos e pontos de ônibus nas marginais da rodovia.

A estimativa é que a concessão terá investimentos de R\$ 8,8 bilhões.

Já a concessão do trecho da Nova Raposo refere-se a 92 quilômetros de trechos de vias operadas pela ViaOeste e inclui, ainda, estradas sob gestão do DER-SP, beneficiando assim um total de dez municípios paulistas.

O investimento previsto é de R\$ 7,9 bilhões. O leilão do trecho está marcado para o dia 28 de novembro.

Os dois projetos rodoviários estão incluídos nos 1,8 mil quilômetros de rodovias qualificadas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP).

Os novos contratos preveem indicadores da qualidade de prestação de serviço que vão permitir a fiscalização eficaz dos contratos por parte do poder público. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) destaca a importância social dos projetos de PPP (parceria público-privada) e o aprimoramento dos processos de regulação com a nova legislação das agências paulistas.

“Investir em parcerias público-privadas é uma forma de assegurar que obras essenciais sejam realizadas com eficiência, geração de empregos e melhoria da vida para milhões de paulistas. Com nossas agências reguladoras bem estruturadas e independentes, atuaremos na fiscalização dos contratos, a fim de garantirmos um serviço de qualidade. Nosso objetivo é transformar São Paulo em um modelo de inovação e desenvolvimento, atraindo recursos que beneficiarão não só a população, mas fortalecerão também nossa economia”, reforça Tarcísio de Freitas.

Os projetos de concessões do Governo de São Paulo estão incluídos dentro do PPI-SP. Ainda serão realizadas PPPs para a construção de novas unidades escolares, divididas em dois lotes, e a concessão dos serviços públicos de loteria estadual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO SUDESTE - CIDADES QUE ABRIGAM O PORTO DE SANTOS DEFINEM PREFEITOS

Rogério Santos é reeleito prometendo melhorias viárias e fortalecimento do complexo portuário, enquanto Farid Madi retorna à Prefeitura de Guarujá

Da Redação redacao.jornal@redobenews.com.br



Rogério Santos, do Republicanos, foi reeleito prefeito de Santos com 118.562 votos. E Farid Madi, do Podemos, será reconduzido à Prefeitura de Guarujá após receber 83.652 votos

Duas cidades paulistas que abrigam instalações do maior porto do Brasil escolheram seus prefeitos no segundo turno das eleições municipais, realizadas no domingo, dia 27: Santos e Guarujá.

Em Santos, o atual prefeito, Rogério Santos (Republicanos), foi reeleito. Ele teve 118.562 votos, o que representou 53,37% dos votos válidos. A deputada federal Rosana Valle (PL-SP) obteve 103.592 votos, o equivalente a 46,63% dos votos válidos.

Ouvido pelo BE News no fim de setembro para uma reportagem com os candidatos do primeiro turno, Rogério destacou que, em um futuro mandato, vai promover gestões em parcerias com os governos federal e estadual para garantir melhores condições de tráfego dentro da área municipal, bem como fortalecer a relação porto-cidade.

“Vamos garantir a construção do novo viaduto da Alemoa e fortalecer a integração porto-cidade por meio de acordos com o Governo Federal e Estadual, dentro da competência de cada ente”, disse.

O agora prefeito reeleito também pontuou na ocasião os impactos das atividades portuárias, citando exemplo da circulação de veículos de carga no perímetro urbano.

“Dentro das alternativas que formulo estão soluções viárias como a construção do túnel ligando as zonas Leste à Noroeste da Cidade; o impulso ao turismo com a complementação do Parque Valongo e a mudança de endereço do Terminal de Cruzeiros para o Valongo. Esse amplo diálogo com os governos também compreende o apoio do município à implantação do túnel Santos-Guarujá”, explicou.

As demais propostas de Rogério ligadas ao Porto de Santos incluem parcerias para a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na área continental da cidade; criação da Regional do Distrito Porto-Industrial da Alemoa; e revitalização do bairro da Alemoa Industrial, com melhorias no sistema viário e iluminação pública.

Guarujá

Na cidade onde fica a margem esquerda do Porto de Santos, o candidato Farid Madi (Podemos) venceu o segundo turno das eleições municipais, com 83.652 votos (55,38% dos votos válidos). Prefeito de Guarujá de 2005 a 2008, ele derrotou Raphael Viello. O candidato do PP recebeu 67.389 votos, o que correspondeu a 44,62% dos votos válidos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO SUDESTE - ESTUDO APONTA ALTA DE 27% DE VOOS INTERNACIONAIS NO GALEÃO

Mudança de regras no Aeroporto Santos Dumont impulsiona escalas fora do país

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A alta doméstica prevista no Galeão para o final deste ano, de acordo com o levantamento da Fecomércio RJ, é de 13,3% de voos a mais do que o registrado no fim de 2023 (Foto: Divulgação)

Um estudo divulgado na última semana aponta que o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, terá uma alta de quase 27% de voos internacionais até o final de março de 2025. Segundo levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ), com base em dados da Agência Nacional de

Aviação Civil (Anac), serão 1.530 desembarques a mais no mesmo período da temporada 2023-2024.

O aumento de voos internacionais pelo Galeão é uma resposta à limitação no número de passageiros por ano no Aeroporto Santos Dumont, para 6,5 milhões. A medida resultou em uma reorganização da malha aérea no estado, e trouxe impactos positivos para os voos internacionais com destino ao Rio de Janeiro.

A limitação às operações no Santos Dumont foi defendida pelo Governos Estadual e pela Administração Municipal, além de instituições ligadas ao turismo e ao comércio. O consentimento era de que o Galeão estava subutilizado por causa da baixa movimentação de passageiros.

Para a Fecomércio RJ, a consequência da limitação no Santos Dumont foi o aumento de voos domésticos no terminal da Ilha do Governador, que se tornou uma alternativa adequada para os voos internacionais.

“Esse é o tipo de solução que todos devemos incentivar: foi uma solução criativa, com custo zero. Não foi necessário uma grande obra ou gastos de dinheiro público. Foi uma solução prática baseada no diálogo e no consenso, entre setor privado e autoridades, focada em trazer resultados concretos para a população. O Galeão voltou a ser um aeroporto competitivo e viável em muito pouco tempo. Há mais voos, mais oportunidades de conexão e isso cria condições para que mais gente visite o Rio”, disse o presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior.

A alta doméstica prevista no Galeão para o final do ano, de acordo com levantamento da Fecomércio RJ, é de 13,3% de voos a mais do que o registrado no fim de 2023. Para o período de réveillon no Rio de Janeiro, a alta deve ser de 30,45% nos voos internacionais chegando entre 25 e 30 de dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/10/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO E PF ASSINAM TERMO DE CESSÃO DE USO PARA FUTURA DELEGACIA

Prazo de vigência da área em Angra dos Reis é de dez anos e tem por objetivo fortalecer as operações de segurança na região

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



A assinatura do termo de cessão reuniu Francisco Martins, diretor-presidente da PortosRio, e Leandro Almada da Costa, superintendente regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (Foto: Divulgação/PortosRio)

A PortosRio, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio de Janeiro, e a Polícia Federal do estado formalizaram a assinatura de um termo de cessão de uso não onerosa que concede um imóvel, no município de Angra dos Reis, à corporação.

A área de 2.247 metros quadrados, localizada na Enseada de São Bento, será utilizada exclusivamente para a instalação e funcionamento da Delegacia de Polícia Federal de Angra dos Reis, fortalecendo as operações de segurança portuária na região.

A assinatura do termo de cessão reuniu Francisco Martins, diretor-presidente da PortosRio, e Leandro Almada da Costa, superintendente regional da PF no Rio de Janeiro.

Segundo a Autoridade Portuária, a cessão foi estabelecida sem ônus para a Polícia Federal e está alinhada aos interesses públicos, garantindo à instituição a infraestrutura necessária para desempenhar suas funções vinculadas às atividades do Porto Organizado de Angra dos Reis.

O imóvel inclui prédios destinados à administração e à residência, que apoiarão as operações da delegacia. O prazo de vigência é de dez anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme os termos do contrato com a PF.

“Essa cessão de uso reforça o compromisso da PortosRio em proporcionar condições adequadas para que instituições essenciais, como a Polícia Federal, possam atuar com excelência na proteção de nossas fronteiras e no fortalecimento da segurança portuária. Estamos certos de que essa iniciativa trará benefícios duradouros para a região”, disse o diretor-presidente Francisco Martins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/10/2024

REGIÃO NORDESTE - PECÉM AVANÇA EM INFRAESTRUTURA VERDE COM INVESTIMENTO DE R\$ 675 MILHÕES

Obra de ampliação, com apoio de Banco Mundial e CIF, prevê novo berço para atender demanda futura com hidrogênio verde

Por Júnior Batista junior.basta@redenenews.com.br



Participaram da cerimônia de assinatura governador Elmano de Freitas; o secretário Salmato Filho; o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo; e a vice, Rebeca do Carmo

A ampliação do Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT) do Porto do Pecém deve receber US\$ 135 milhões (R\$ 675 milhões) em investimentos, segundo o aviso de licitação internacional para a obra de ampliação divulgado pelo Governo do Ceará. A obra faz parte do programa Pecém Verde. O recurso é do Banco Mundial, do Climate

Investment Fund (CIF) e da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPPS.A.), que administra o Porto do Pecém. A duração prevista do contrato de construção é de 40 meses.

“É um investimento importante para ampliar a capacidade do nosso porto, pois estamos organizando-o e preparando-o para o aumento de cargas que teremos a partir da conclusão da Transnordestina, que está prevista para o fim de 2026 ou começo de 2027. E, ao mesmo tempo, preparar o nosso Porto do Pecém para a nova indústria de hidrogênio verde, que esta mos trabalhando para construir no Ceará”, explicou o governador Elmano de Freitas (PT).

O chefe do Executivo Estadual ainda destacou a relevância da ação para o desenvolvimento econômico do Ceará. “Esse investimento representa um maior crescimento econômico do estado e quando falamos disso também falamos de mais oportunidade de emprego e trabalho”, afirmou.

A licitação, que já foi publicada na quarta-feira (23) no Diário Oficial do Estado, abrange a construção de um novo berço no TMUT (berço 11) para atender ao aumento das atividades portuárias e apoiar a cadeia de valor do hidrogênio verde no Complexo do Pecém. O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, explicou a necessidade da ampliação para as novas demandas que o porto passará a receber.

Segundo ele, em médio prazo, a movimentação deve aumentar em 48%. “No curto prazo, de 2026 a 2028, a movimentação média de cargas deverá aumentar em quase 10%, tanto pelas cargas para a cadeia de valor da produção de hidrogênio verde, como pela necessidade de importação de eletrolisadores e equipamentos solares e eólicos para produção renovável. No médio prazo, após 2028, esperamos que a carga aumente ainda mais devido à conexão do porto com a Transnordestina. Essa a movimentação deve crescer 48% em 2028 e atingir um máximo de 140% após 2040”, detalhou o presidente.

Seleção

O procedimento de licitação consistirá num processo de seleção inicial (uma pré-qualificação nas regras de licitação do Banco Mundial) que selecionará de três a seis empresas ou consórcios que receberão então o edital de licitação. Essa fase seguinte consistirá na apresentação de propostas técnicas e financeiras, em envelopes separados com pesos de 30% para a técnica e 70% para o preço. Além disso, será necessário comprovar experiência mínima em design e construção em pelo menos dois contratos, cada um com valor mínimo de US\$ 80 milhões. Outra exigência é atender aos requisitos sociais e ambientais constantes na seleção, como gestão da mão de obra e condições de trabalho, promoção de mulheres em cargos de liderança, e Plano Básico Ambiental.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/10/2024

REGIÃO NORTE - BYD ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Chinesa vai iniciar produção de blades, nova geração de módulos de baterias destinada à fabricação de ônibus elétricos

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br



A fabricante de veículos elétricos chinesa BYD, que se instalou na Zona Franca de Manaus em 2019 e iniciou a produção no ano seguinte, já opera com módulos elétricos para ônibus

A multinacional chinesa BYD Indústria de Baterias Ltda., uma das maiores fabricantes de veículos elétricos e tecnologia de energia solar no Brasil, vai produzir uma linha de blades, nova geração de módulos de baterias, que será destinada à fabricação de ônibus elétricos no Brasil. A linha de produção será no Polo Industrial de

Manaus (PIM). O anúncio foi feito durante reunião realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Além dessa ampliação, a BYD anunciou uma nova linha de produção de barramentos, que atenderá tanto as fábricas da Zona Franca de Manaus (ZFM) quanto as localizadas em São Paulo e na nova unidade da empresa na Bahia, onde são produzidos veículos leves elétricos. A empresa, que se instalou na ZFM em 2019 e iniciou a produção em 2020, já opera com módulos elétricos para ônibus.

A expansão da planta da BYD deve gerar impacto positivo no mercado de trabalho local, com a criação de 75 a 90 novos postos, segundo a responsável tributária da planta, Liza Ribeiro. Apesar da automação da fábrica, a ampliação promete novas oportunidades. “Nossa fábrica é totalmente automatizada, mas vai gerar sim novos empregos”, afirmou.

Durante o encontro, o superintendente do Suframa, Bosco Saraiva, ressaltou o impacto positivo dos novos investimentos para o PIM e destacou o compromisso da BYD com a sustentabilidade ambiental. “A BYD traz para Manaus o que há de mais moderno no segmento de eletrificação no Brasil, o que trará benefício direto à população, principalmente porque também corrobora com a descarbonização da mobilidade no país”, disse ele.

Importância

Em março deste ano, os representantes da empresa já haviam estado na Suframa e, na ocasião, expressaram reconhecimento pelo apoio da Autarquia no processo de tramitação e fixação do Processo Produtivo Básico (PPB) do Módulo de Bateria para Ônibus Elétrico, aprovado junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, integrantes do Grupo Técnico Interministerial que analisa a criação e alteração de PPBs para a indústria brasileira.

“O PPB que tínhamos nos limitava muito, pois nós precisávamos ter mais segurança. Entramos com o pedido e hoje o nosso novo PPB está com a especificação, fabricação de módulos elétricos de asfaltos voltados para ônibus; totalmente destinado à produção de ônibus”, concluiu Liza Ribeiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO CENTRO-OESTE - MINISTRO ENTREGA OBRAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA

Cerimônia será nesta terça-feira (29); terminal recebeu investimentos de R\$ 65 milhões

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Serão inauguradas a reforma e ampliação do terminal de passageiros, esteira de bagagem no desembarque internacional, novos sistemas, entre outras mudanças. Foto: Divulgação/CCR



Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, participa, nesta terça-feira (29), da cerimônia de entrega da primeira fase das obras de melhoria da infraestrutura do Aeroporto de Goiânia (GO). O terminal aeroportuário, que recebeu um investimento de R\$ 65 milhões, faz parte da carteira do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e está sendo executada pela CCR Aeroportos, concessionária

responsável pelas obras.

Na cerimônia, serão apresentadas a reforma e ampliação do terminal de passageiros, esteira de bagagem no desembarque internacional, novo sistema de BHS (Baggage Handling System) e EDS (Explosives Detection System) e um sistema de monitoramento de veículos, além de 18 posições

para aeronaves do tipo “C” e a implantação de um novo pátio remoto para aeronaves tipo “D”. Estima-se que mais de 200 empregos foram gerados.

No evento, haverá também o lançamento do terminal de cargas do aeroporto, o primeiro 100% refrigerado do país. O local será exclusivo para carga farmacêutica, química e hospitalar e tem uma área construída de 2.133,31 m², com capacidade de armazenamento (câmaras frias) de 1.531,8m.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

INTERNACIONAL - MINISTRO VISITA PORTO DE LISBOA PARA FORTALECER ACORDOS DE EXPORTAÇÃO

No encerramento de sua visita oficial a Portugal, o ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, reuniu-se na sexta-feira (25) com o presidente do Porto de Lisboa, Carlos Correia, para discutir o fortalecimento de parcerias entre os portos dos dois países e possíveis acordos de cooperação.

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O encontro com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foi uma oportunidade para Carlos Correia apresentar a estratégia de desenvolvimento do Porto de Lisboa. Foto: Divulgação/MPor

Durante o encontro, realizado nas instalações do terminal da capital portuguesa, Costa Filho teve a oportunidade de conhecer o sistema de informações da comunidade portuária. Segundo ele, a troca de experiências com a equipe de gestão do Porto de Lisboa teve como objetivo melhorar a competitividade portuária e explorar oportunidades de capacitação técnica.

O ministro destacou a intenção de transformar o Porto de Lisboa em um hub para o escoamento da produção brasileira. “Estamos buscando parcerias na área de governança, de sustentabilidade e, sobretudo, buscando essa interlocução para somar esforços e aumentar cada vez mais a produtividade no escoamento da produção do Brasil e aqui de Portugal”.

Carlos Correia reforçou a importância de intensificar a cooperação entre Brasil e Portugal no setor portuário e destacou o papel estratégico do mercado brasileiro. “O Brasil é um mercado muito interessante, e estabelecer essas parcerias é crucial para nós”, afirmou ele, acrescentando que a visita do ministro abriu novas possibilidades de colaboração.

Estratégia

O encontro também foi uma oportunidade para Correia apresentar a estratégia de desenvolvimento do Porto de Lisboa, que ocupa posição de destaque na economia portuguesa. “Estamos contentes com esta oportunidade de trocar impressões, de apresentar ao senhor ministro qual é a nossa estratégia de desenvolvimento e estamos muito expectantes nesta abertura que ele nos traz, de fato, incentivar estas parcerias e este relacionamento bilateral entre o Porto de Lisboa, os portos brasileiros e com o Brasil em geral”, afirmou o presidente do terminal.

O Porto de Lisboa, localizado na foz do Rio Tejo, é um dos maiores de Portugal e da Europa, movimentando cerca de 19 milhões de passageiros anualmente entre fluxos fluviais e marítimos. O complexo portuário possui 16 terminais de carga e um terminal de cruzeiros, sendo responsável por 70% das operações de exportação e importação do país. Em 2023, o terminal lisboeta recebeu 1.682 navios de carga e movimentou 11,3 milhões de toneladas em mercadorias, contribuindo significativamente com 2% do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS QUER LEILÃO DO STS08 AINDA ESTE ANO

Autoridade Portuária abriu período para consulta pública do futuro terminal destinado para graneis líquidos

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



Localizado na margem direita do Porto de Santos, o STS08 conta com 152,2 mil m² e tinha ido a leilão em novembro de 2021, mas não houve empresas ou consórcios interessados. Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) pretende realizar ainda neste ano o leilão da área STS08, destinado para operação e armazenagem de graneis sólidos, principalmente combustíveis, na margem direita do Porto de Santos (SP). A informação foi dada pelo diretor-

presidente da APS, Anderson Pomini, em entrevista ao BE News.

Na sexta-feira (25), a APS publicou a consulta pública para obtenção de contribuições para o processo licitatório de arrendamento da área.

Segundo a empresa que administra o porto, o aviso referente à consulta será publicado no Diário Oficial da União no próximo dia 30, quando passará a contar o prazo de 30 dias para questionamentos e contribuições. Após o período, o procedimento será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para, então, ser realizado o leilão, na B3, em São Paulo.

Este será o primeiro certame realizado pelo Porto de Santos sob a presidência de Anderson Pomini, que está na APS desde abril de 2023.

Ao BE News, ele afirmou que a realização do leilão atende a uma demanda de berços e tancagem de combustíveis na margem direita.

“O porto precisa crescer com uma certa sintonia, com os acessos, rodovias e ferrovias. O STS08 será o primeiro dos nossos leilões, e que neste ano ainda pretendemos efetivar. Com a consulta pública, queremos que operadores atuais, os inscritos interessados em operar aquela área, possam se habilitar com informações e contribuições, para quando do edital, a gente contemple todas essas observações para que consigamos assegurar uma maior isonomia na participação dos players interessados”, disse Pomini.

A partir do chamamento público, realizado pela APS no ano passado e concluído em março, seis empresas manifestaram interesse em operar no futuro terminal: Raízen Energia SA; ABA Infraestrutura e Logística SA; Consórcio Infra Port Santos/Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais; Petrobras e Ultracargo Logística.

“O próprio número fala por si. Players que movimentam combustíveis, demonstram importância pelo uso da área. É importante para o porto, que certamente fará uma arrecadação histórica. A expectativa é a melhor possível. Nós tínhamos uma área sem uso e, quando anunciamos, provocamos o mercado, empresas se habilitaram imediatamente. Certamente será um leilão concorrido”, disse Pomini.

O STS08 conta com 152,2 mil m² e tinha ido a leilão em novembro de 2021, mas não houve empresas ou consórcios interessados.

O prazo de concessão, conforme o edital, é de 25 anos. A previsão de investimentos, segundo a APS, é de mais de R\$ 400 milhões, mas a quantia poderá ser maior devido a atualizações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - DESATANDO OS NÓS DA INFRAESTRUTURA BAIANA



WALDECK ORNÉLAS

Ex-ministro da Previdência Social, especialista em Planejamento Urbano-regional e autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento

opinio@portalbenews.com.br

A realização da audiência pública para renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) – leia-se, prorrogação do prazo de vigência contratual – criou a oportunidade necessária para que a Bahia, finalmente, se mobilizasse e se unisse na defesa dos seus interesses – coletivos e empresariais.

Houve, então, manifestação unânime em favor da reabilitação, manutenção e operação da Linha Sul, como é conhecida a ligação ferroviária de Corinto (MG) a Salvador, e seu prolongamento até Senhor do Bonfim/Campo Formoso (Linha Centro), com ou sem FCA.

Trata-se aqui, na verdade, de uma questão regional, visando preservar a ligação ferroviária do Nordeste com o Sudeste do país, ainda que o trecho Alagoinhas – Propriá (SE) esteja inoperante e em vias de ser devolvido pela concessionária.

Agora, é esperar a decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que, certamente, não poderá ser outra, senão a manutenção desse importante e estratégico trecho para o Sistema Ferroviário Nacional.

Coincidentemente, vários atos e manifestações oficiais, ocorridos nas últimas semanas, trouxeram expectativas favoráveis para a economia baiana e sua população.

Pela voz do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, foi assegurado que a trágica concessão das BR 116/324 será finalmente rescindida. Embora ainda dependa de aval do Tribunal de Contas da União, o governo federal se comprometeu a dedicar o ano de 2025 à recuperação da Bahia-Feira, um trecho de 113 km que liga o maior entroncamento rodoviário do Nordeste – Feira de Santana – à Capital do Estado.

Na área dos portos, foi anunciado, pelo ministro correspondente, o enquadramento, pelo conselho do Fundo da Marinha Mercante (FMM), de financiamentos da ordem de R\$942,4 milhões para o Tecon Salvador e R\$4,59 bilhões para implantação do Porto Sul, em Ilhéus. Não são ainda contratos, mas constituem importante sinalização e passo essencial para a concretização desses empreendimentos.

No caso do Tecon Salvador, os recursos possibilitarão a ampliação do pátio do terminal, com capacidade estática atual para 12.000 TEUs, embora já esteja operando navios do tipo New Panamax, com capacidade para o transporte de 15.000 TEUs, na estratégica Rota Bahia-China, um marco significativo para a expansão das atividades portuárias na Baía de Todos os Santos. Aliás, o Tecon Salvador, como parte da Wilson, Sons, acaba de ter seu controle acionário vendido para a MSC, mesma empresa que opera a Rota Bahia-China.

Por sua vez, a implantação do Porto Sul, em Ilhéus, constitui elo fundamental e indispensável para a formação do Corredor Centro-Leste, que se estrutura em articulação com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). A FIOL I e o Porto Sul viabilizam a exploração da Mina Pedra de Ferro, em Caetité.

No mesmo diapasão, foi a excelente notícia dada, no Fórum Bahia Export, pelo Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, relativa à integração FICO-FIOL. O trecho III da Fiol tomou finalmente o rumo certo, interligando-se diretamente com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO).

Engatando-se em Mara Rosa (GO), o futuro Corredor Centro-Leste chegará até Água Boa (MT) e Lucas do Rio Verde (MT), criando a melhor alternativa para o escoamento dos grãos do Mato Grosso e dará base à Ferrovia Transulamericana, cujo alvo é a costa do Oceano Pacífico, no Peru. É provável que este arrojado projeto seja formalizado por ocasião da visita do presidente da China, no próximo mês, ao Brasil.

Por sua vez, a transferência da gestão da Hidrovia do Rio São Francisco para a jurisdição da Autoridade Portuária Federal na Bahia, a Codeba, reacende a esperança de que sua implantação se torne realidade, no momento em que o Ministério dos Portos e Aeroportos atribui prioridade ao aproveitamento das vias fluviais em nosso país.

Dessa forma, começa a afastar-se a pesada nuvem de incertezas que pairam sobre os desafios logísticos da Bahia, ameaçando sua economia e as possibilidades de desenvolvimento do Estado.

Agora que se uniu, a Bahia precisa manter-se mobilizada para acompanhar e monitorar os desdobramentos desta coleção de boas notícias, conhecendo os seus cronogramas, para festejar a sua concretização.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - NÃO DEIXE PARA DEPOIS. A VIDA ACONTECE (SÓ) AGORA!



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial,
diretor executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas

opinio@portalbenews.com.br | elaboreonline@gmail.com

“Procrastinar é uma triste forma de permitir que outros conquistem os sonhos que são seus.”

Marcos Françaia, administrador e perito judicial

Quem me conhece de perto, sabe que não gosto de gerúndios. Lembra deles? “Estou fazendo.”, “Estou vendo.”, “Estou acabando”.

Explico a razão de não gostar: eles me remetem à procrastinação, algo que realmente abomino. Gerúndios, desacompanhados de devidas justificativas (não apenas de simples desculpas apresentadas como se fossem explicações plausíveis), são mortais para a reputação de qualquer um. Há uma frase, atribuída a Benjamin Franklin, que reforça essa ideia: “Aquele que é bom para dar desculpas raramente é bom para qualquer outra coisa”.

Sei que nem todos deixam assuntos e tarefas para depois simplesmente porque querem. Eu mesmo sou vítima desse processo, algumas vezes por culpa minha, outras não.

Refiro-me àqueles que procrastinam sistematicamente, em tudo na vida e na carreira. Deixar de fazer o que deve ser feito, dentro do prazo, depõe muito contra a imagem de quem procede assim.

No contato diário com minha equipe, e também com clientes, faço questão de usar duas armas da comunicação, que me ajudam a combater esse mal: clareza e direcionamento. Conheço bem o meu



“eleitorado”, então uso com cada um, na medida de seu grau de maturidade, a quantidade certa de explicações sobre o que fazer e como fazer, na esperança de isso os ajude a cumprir prazos, com qualidade.

Outro aspecto que faço questão de frisar bem a eles é a diferença entre fazer com pressa e fazer rápido. São coisas absolutamente distintas. Estimulo sempre a segunda.

Fazer com pressa é fazer sem planejamento, o que causa o pior e mais custoso tipo de (mau) uso do tempo, que é o retrabalho. Fazer duas ou mais vezes a mesma coisa, além do desperdício em si, causa sensação de impotência, de incapacidade de resolver problemas. Diminui a autoestima.

Fazer rápido (e certo da primeira vez), inclui planejar, definir objetivos, organizar recursos materiais, tempo e pessoas, executar com precisão, revisar se necessário e – por consequência – atingir resultados esperados.

Voltando à procrastinação e ao procrastinador, é preciso dizer que há pelo menos dois tipos.

Um é o “perfeccionista”, pessoas minuciosas preocupadas com detalhes menos importantes, enquanto tudo aquilo que poderia resolver o problema lhes passa despercebido. São capazes de enxergar todas as formigas, mas não a manada de elefantes. Insatisfeitas com o resultado de suas tarefas, acham que nunca estão boas o suficiente, então não podem ser entregues. Para esses, a dica é: defina padrões mínimos para completar cada atividade, na medida exata daquilo que lhe foi pedido, não aquilo que vocês imaginam ser, e – o pulo do gato – respeitem esses padrões. Uma vez atingidos, entreguem a tarefa, dentro do prazo combinado. E pronto! Partam para a próxima

E há o “ocupado”, aquele que não consegue organizar sua lista de atividades diárias conforme a importância de cada uma. Não consegue priorizar. Duas dicas: a primeira é “Volte para o importante. Simplificando, há dois tipos de atividades: as importantes e as urgentes. Todos recebemos urgências para resolver todos os dias. Esse não é o problema. O problema é permanecer somente nelas. Pular da solução de uma urgência para outra nos deixa reféns delas para sempre. Daí a necessidade de priorizar as tarefas importantes. Essas, uma vez resolvidas de vez, nos livram de uma enormidade de futuras e intermináveis urgências.

Trabalho com otimização de processos há muitos anos e sei que há tarefas que devem ser colocadas nos primeiros lugares da fila, porque têm a capacidade de andarem sozinhas, depois do primeiro empurrão – enquanto você se dedica àquelas que precisam de olhar atento todo o tempo.

Nesse ponto, alguém na plateia levanta a mão e me diz: Hudson, eu não consigo deixar de ser assim (perfeccionista ou ocupado)! Humm, ... não é verdade!!

Os hábitos são os mestres de nosso comportamento. Atalhos criados por nosso cérebro para economizar tempo e energia. É bom em muitos casos, mas adotados indiscriminadamente para tudo, sem a devida crítica diária, tendem a nos aprisionar em zonas de conforto. Sem observar para onde nos levam, nos tiram da posição de condutores para a de simples passageiros em nossas próprias vidas.

Com trabalho e disciplina, eu tenho certeza de que você consegue mudá-los para melhor e deixar de ser um procrastinador.

Parece simples, e é. Acredite.

SEI QUE NEM TODOS DEIXAM ASSUNTOS E TAREFAS PARA DEPOIS SIMPLEMENTE PORQUE QUEREM. EU MESMO SOU VÍTIMA DESSE PROCESSO, ALGUMAS VEZES POR CULPA MINHA, OUTRAS NÃO. REFIRO-ME ÀQUELES QUE PROCRASTINAM SISTEMATICAMENTE, EM TUDO NA VIDA E NA CARREIRA. DEIXAR DE FAZER O QUE DEVE SER FEITO, DENTRO DO PRAZO, DEPÕE MUITO CONTRA A IMAGEM DE QUEM PROCEDE ASSIM

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ESTUDOS DA BIOECONOMIA NO AMAZONAS



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
opinio@portalbenews.com.br



“Estudos da Bioeconomia no Amazonas” é um livro que será lançado no dia 30/10, organizado por mim, pelo professor Dimas José Lasmar e pela professora Rosana Zau Mafra, publicado pela Editora Valer, já disponível para venda no site da editora e em algumas livrarias. A publicação, de divulgação científica, contempla trabalhos de alunos de doutorado em Biotecnologia. Foi organizado ao longo dos últimos dois anos e cada capítulo contempla pesquisas da área de gestão dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas ou da Rede Bionorte.

Sua elaboração demorou algum tempo, mas conseguimos capturar e perceber que há um longo, longo caminho até a Bioeconomia deixar de ser sonho e virar realidade. Ultimamente temos visto um esforço para dizer que a agricultura extensiva no lugar da floresta nativa seria “bioeconomia” – é assustador quando vemos estes movimentos destruidores da Amazônia. O livro poderia ter tido um nome mais amplo, mas mesmo que reduzamos o espectro do estudo apenas para um dos estados da Amazônia, vemos o quanto precisa ser feito para a Bioeconomia ganhar relevância na economia regional. Com os textos, fica compreensível porque no Amazonas predomina a indústria do polo industrial de Manaus e baixa interiorização de “desenvolvimento”.

O livro foi dividido em cinco sessões: Contexto, Desafios, Startups, Ferramenta & Aplicações e Capital e Organização Social para a Inovação. Cada uma delas possui ao menos dois capítulos com estudos em cada tema. Mesmo que a inovação tenha sido o mecanismo construtor de riqueza nos países mais desenvolvidos, percebemos como ele está ausente da Amazônia. As empresas com potencial inovador carecem de recursos e de percepções, de redes inovadoras e de pessoas. Ao concluir a organização do livro, fiquei com a nítida impressão de que, se mantivermos os esforços atuais, nos métodos atuais, demoraremos mais de um século para ter produtos inovadores e transformadores associados com a Bioeconomia.

Mesmo assim, estou muito satisfeito com a publicação. Quem sabe ela demonstre, para as pessoas que se preocupam com o País, a necessidade de voltar a considerar a Amazônia como uma oportunidade. Parece irreal lembrar que o Porto de Manaus já exportava 100 anos antes da existência do Porto de Santos. E um produto selvagem era a principal pauta daquele momento: a borracha. Descobrir e desenvolver um produto semelhante ao que foi a borracha e, ainda, encontrar uma forma de voltar a trazer a pujança da Amazônia talvez sejam uma caminhada semelhante

àquela que a China está fazendo para devolver a grandiosidade econômica do país na época das Rotas da Seda.

A Bioeconomia pode ser a vocação do Amazonas e da Amazônia, mas sem ciência, sem gente, sem pesquisa, sem capital e sem redes tecnológicas, teremos isso como um elemento de conversa solta, enquanto a floresta é vagarosamente ou velozmente destruída. Esperamos que este texto contribua para colocar a visibilidade nos potenciais e demonstrar o quanto eles são incipientes para substituir as formas de vida atuais. Precisamos de muito mais gente, muito mais esforços e algum tempo de estudos intensos, com o propósito de gerar algumas inovações para construir e reconstruir as redes industriais com vinculação sustentável com a biodiversidade amazônica. Possível é, mas estamos distantes disto.

ULTIMAMENTE TEMOS VISTO UM ESFORÇO PARA DIZER QUE A AGRICULTURA EXTENSIVA NO LUGAR DA FLORESTA NATIVA SERIA “BIOECONOMIA” – É ASSUSTADOR QUANDO VEMOS ESTES MOVIMENTOS DESTRUIDORES DA AMAZÔNIA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/10/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

PIX TEM NOVIDADES A PARTIR DE HOJE; SAIBA O QUE MUDA

Por João Paulo - 28/10/2024 14:57



Usar o pix, meio de pagamento instantâneo do Banco Central, para agendar pagamentos que têm valor fixo, como mesada, professor particular, doações, entre outras remessas, passa integrar a cesta de serviços dos bancos a partir de hoje (28). Previsto na agenda de inovações para 2024, o pix agendado recorrente permite que tanto o usuário pessoa física quanto a jurídica usem o mecanismo de transferências de valores para outros destinatários. Os valores das remessas serão sempre fixos e feitos na data escolhida por ele. O BC decidiu torná-lo obrigatória para todos os bancos em resolução publicada em dezembro de

2023 e atualizada em julho.

A partir de sexta-feira (1º de novembro), o valor limite para transações pix será de até R\$ 200 por operação quando o pagamento ou a transferência for feito de um celular ou de um computador não cadastrados. O cadastro se aplica apenas para dispositivos de acesso que nunca tenham sido utilizados para iniciar uma transação ou quando a pessoa queira usar uma outra chave.

A Resolução nº 402 do BC, que prevê os limites, ainda institui que as instituições que ofertam o pix passarão a ter que, necessariamente, cumprir com uma série de práticas, entre elas a de comunicar ao BC, a cada seis meses, se seus clientes possuem marcações de fraude na base de dados do BC. Sempre que o usuário do pix comete alguma infração que indique fraude, uma notificação é registrada nos sistemas do BC. Todas as instituições participantes do pix têm acesso às notificações de infração (na consulta de chave ou CPF/CNPJ).

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/10/2024

RODOVIÁRIOS METROPOLITANOS AMANHECEM EM GREVE; VEJA DETALHES

Por João Paulo - 28/11/2023 10:58 - Atualizado 28/11/2023

As cidades de Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias e Madre de Deus amanheceram sem transporte público devido uma manifestação dos rodoviários da Região Metropolitana de Salvador. Cerca de 100 mil usuários ficaram, nas primeiras horas do dia, sem o serviço de 286 ônibus.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Metropolitana (Sindmetro), Mário Cléber, o principal motivo foi a falta do pagamento da rescisão dos antigos trabalhadores da empresa BTM, atual Avanço Transportes, acertado há dois anos. Nesta manhã, em reunião na garagem da empresa, na cidade de Lauro de Freitas, foi pedido um prazo de sete dias para o pagamento. Os trabalhadores aceitaram e por volta das 6h30 os ônibus começaram a deixar o local.

“O patrão pediu mais uma semana de prazo é isso que aconteceu aqui. A questão é um problema no Governo do Estado que negou a PEC e acabou caindo no colo das empresas. A garagem é a garantia do pagamento, portanto ele [atual proprietário] tem que decidir se ele compra a garagem ou se ele não compra. Existem outras [empresas] do sistema interessado nessa garagem, interessado nas linhas, para que se responsabilize pelo pagamento. Mas nós, como você viu aqui, os trabalhadores gostam de trabalhar na empresa, querem dar mais uma chance. Ele [dono] propôs aos trabalhadores mais uma semana de prazo para levantar o montante para pagamento das rescisões, que eu volto a dizer, não é dessa empresa, é das empresas que faliram anteriormente, que foram abandonadas”, disse em entrevista à TV Bahia.

Ainda de acordo com o sindicalista, no total, rodoviários de seis empresas que atuam na Região Metropolitana entrariam em greve, mas, ainda na segunda-feira (27), os trabalhadores conseguiram negociar com algumas prefeituras e suspenderam a greve.

Resumo das reivindicações, segundo o sindicato:

As empresas Avanço e Costa Verde descumprem os acordos coletivos assinados com a categoria; A empresa Costa Verde, inclusive, estaria rodando com veículos sem cobrador de passagem; Retorno dos profissionais e a contratação de motoristas das empresas BTM e VSA, que foram extintas em janeiro, além da Linha Verde.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/10/2024

WALDECK ORNÉLAS – DESATANDO OS NÓS DA INFRAESTRUTURA BAIANA

Redação - 28/10/2024 05:00



A realização da audiência pública para renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) – leia-se, prorrogação do prazo de vigência contratual – criou a oportunidade necessária para que a Bahia, finalmente, se mobilizasse e se unisse na defesa dos seus interesses – coletivos e empresariais.

Houve, então, manifestação unânime, em favor da reabilitação, manutenção e operação da Linha Sul, como é conhecida a ligação ferroviária de Corinto (MG) a Salvador, e seu prolongamento até Senhor do Bonfim/Campo Formoso (Linha Centro), com ou sem FCA.

Trata-se aqui, na verdade, de uma questão regional, visando preservar a ligação ferroviária do Nordeste com o Sudeste do país, ainda que o trecho Alagoinhas – Propriá (SE) esteja inoperante e em vias de ser devolvido pela concessionária.

Agora, é esperar a decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que, certamente, não poderá ser outra, senão a manutenção desse importante e estratégico trecho para o Sistema Ferroviário Nacional.



Coincidentemente, vários atos e manifestações oficiais, ocorridos nas últimas semanas, trouxeram expectativas favoráveis para a economia baiana e sua população.

Pela voz do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, foi assegurado que a trágica concessão das BR 116/324 será finalmente rescindida. Embora ainda dependa de aval do Tribunal de Contas da União, o governo federal se comprometeu a dedicar o ano de 2025 à recuperação da Bahia-Feira, um trecho de 113km que liga o maior entroncamento rodoviário do Nordeste – Feira de Santana – à Capital do Estado.

Na área dos portos, foi anunciado, pelo ministro correspondente, o enquadramento, pelo conselho do Fundo da Marinha Mercante (FMM), de financiamentos da ordem de R\$942,4 milhões para o Tecon Salvador e R\$4,59 bilhões para implantação do Porto Sul, em Ilhéus. Não são ainda contratos, mas constituem importante sinalização e passo essencial para a concretização desses empreendimentos.

No caso do Tecon Salvador os recursos possibilitarão a ampliação do pátio do terminal, com capacidade estática atual para 12.000 TEUs, embora já esteja operando navios do tipo New Panamax, com capacidade para o transporte de 15.000 TEUs, na estratégica Rota Bahia-China, um marco significativo para a expansão das atividades portuárias na Baía de Todos os Santos. Aliás, o Tecon Salvador, como parte da Wilson, Sons, acaba de ter seu controle acionário vendido para a MSC, mesma empresa que opera a Rota Bahia-China.

Por sua vez, a implantação do Porto Sul, em Ilhéus, constitui elo fundamental e indispensável para a formação do Corredor Centro-Leste, que se estrutura em articulação com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). A FIOL I e o Porto Sul viabilizam a exploração da Mina Pedra de Ferro, em Caetité.

No mesmo diapasão, foi a excelente notícia dada, no Fórum Bahia Export, pelo Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, relativa à integração FICO-FIOL. O trecho III da Fiol tomou finalmente o rumo certo, interligando-se diretamente com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO).

Engatando-se em Mara Rosa (GO), o futuro Corredor Centro-Leste chegará até Água Boa (MT) e Lucas do Rio Verde (MT), criando a melhor alternativa para o escoamento dos grãos do Mato Grosso e dará base à Ferrovia Transulamericana, cujo alvo é a costa do Oceano Pacífico, no Peru. É provável que este arrojado projeto seja formalizado por ocasião da visita do presidente da China, no próximo mês, ao Brasil.

Por sua vez, a transferência da gestão da Hidrovia do Rio São Francisco para a jurisdição da Autoridade Portuária Federal na Bahia, a Codeba, reacende a esperança de que sua implantação se torne realidade, no momento em que o Ministério dos Portos e Aeroportos atribui prioridade ao aproveitamento das vias fluviais em nosso país.

Dessa forma, começa a afastar-se a pesada nuvem de incertezas que pairam sobre os desafios logísticos da Bahia, ameaçando sua economia e as possibilidades de desenvolvimento do Estado.

Agora que se uniu, a Bahia precisa manter-se mobilizada para acompanhar e monitorar os desdobramentos desta coleção de boas notícias, conhecendo os seus cronogramas, para festejar a sua concretização.

Waldeck Ornélas é especialista em planejamento urbano-regional. Autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/10/2024

DOIS NOVOS FERRIES VÃO ATUAR NA TRAVESSIA SALVADOR-ITAPARICA

Por João Paulo - 26/10/2024 13:00 - Atualizado 27/10/2024



O Sistema Ferry-Boat receberá, em breve, mais duas novas embarcações para fazer o transporte de passageiros e de veículos entre os municípios de Salvador e Itaparica. O aviso de licitação para aquisição dos novos ferries será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) deste sábado (26). A abertura das propostas das empresas interessadas está prevista para o dia 26 de novembro deste ano. Com a conclusão do processo licitatório, as embarcações deverão começar a operar no início do primeiro semestre de 2025.

As embarcações que serão adquiridas para integrarem o Sistema Público de Transporte Hidroviário de Passageiros, Cargas e Veículos, na travessia Salvador-Itaparica, deverão ter capacidade mínima de 1.200 passageiros e de 160 veículos. Hoje, o Sistema Ferry-Boat tem sete ferries disponíveis que fazem a travessia marítima entre o Terminal Marítimo de São Joaquim, na Cidade Baixa, em Salvador, e o Terminal Marítimo Bom Despacho, na Ilha de Itaparica. De segunda a sexta-feira, as saídas acontecem das 5h às 23h30, e, nos fins de semana e feriados, das 6h às 23h30. A duração da viagem é de aproximadamente 1 hora.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 26/10/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BTP DIVULGA RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL E REFORÇA COMPROMISSO COM ESG

Informações: *Santaportal* (28 de outubro de 2024)



Clique aqui para acessar o material =>
<https://www.btp.com.br/relatorio-socioambiental-2023/>

A Brasil Terminal Portuário (BTP), um dos maiores terminais de contêineres da América do Sul e uma referência em operação portuária no Porto de Santos, divulga ao mercado seu Relatório Socioambiental. O documento, disponível no site da companhia para consulta pública, reafirma o compromisso da BTP com a transparência na divulgação de informações e fornece uma visão abrangente de seus avanços nos eixos ambiental, social e de governança, durante o ano de 2023.

Estão contemplados no relatório, entre outras temáticas, como iniciativas da companhia voltadas para Governança Corporativa, Mudanças Climáticas, Proteção da Biodiversidade, Inclusão e Diversidade e Responsabilidade Socioambiental. A gerente de Sustentabilidade e Qualidade da BTP, Elisabete Ramos Orifice, explica que o relatório além de destacar os marcos importantes do último ano, também demonstra o engajamento da companhia com a Agenda ESG.

“O ESG está em nossa essência. Esteve presente desde o início de nossa jornada, guiará nossas ações atuais e permeará nossa estratégia para os próximos 20 anos de atuação no Porto de Santos. Temos o compromisso de promover uma operação portuária de excelência que tire proveito da sinergia com o meio ambiente, o bem-estar das pessoas e comunidades locais e a atuação íntegra e transparente”, afirma o gerente.



O Relatório Socioambiental da BTP tem como referência as normas de reporte da Global Reporting Initiative (GRI) 2021 e faz relação entre a atuação da BTP e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). **O acesso ao material pode ser feito diretamente pelo link.** <https://www.btp.com.br/relatorio-socioambiental-2023/>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024

AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CONSULTA PARA LEILOAR STS08, QUE AUMENTA CAPACIDADE DE COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE SANTOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (28 de outubro de 2024)

A expansão do setor de graneis líquidos também terá quatro novos berços, mais tanques e dois viadutos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, nesta sexta-feira (25/10/2024), no seu site (portodesantos.com.br) e na Plataforma Participe + Brasil, o acesso à consulta pública para obtenção de contribuições para realização de certo licitatório de locação da área de infraestrutura pública denominado STS08, com 152,2 mil m², localizado no Porto Organizado de Santos, visando o aumento de capacidade de tancagem (armazenamento) de graneis líquidos, principalmente combustíveis.

O aviso de consulta pública está programado para ser publicado no Diário Oficial da União na quarta-feira, dia 30 de outubro, quando passar a contar o prazo de 30 dias para os questionamentos e contribuições.

No site da APS, os interessados podem clicar no ponto mais alto da página inicial, no lado da busca, no item Acesso à Informação e, a seguir, no círculo verde denominado Participação Social. Na sequência, clique na linha Audiências e Consultas Públicas, que terá acesso ao link do Participe + Brasil e à Consulta Pública número 04/2024 – STS08.

A expectativa é que, depois de 30 dias de contribuições recebidas, a APS encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova a leilão na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), informou o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da APS, Gustavo Pereira. A área a ser leiloada terá conexões com dutovias, rodovias e píeres na Alemoa, área de movimentação de graneis líquidos na margem direita do Porto de Santos.

O presidente da APS, Anderson Pomini, lembra que a medida é de extrema importância para atender ao aumento da demanda por transporte de combustíveis que suprem as regiões Sudeste, Sul, parte do Centro-Oeste do Brasil e ainda Bolívia, Paraguai e Chile. Além disso, representa aumento da concorrência livre e abertura de mercado, tornando-o menos concentrado, conforme prevê a Lei 9.478 (08/06/1997).

Estratégico

“Para melhorar o desempenho destes serviços essenciais e estratégicos, serão construídos dois berços – pelo consórcio de empresas que já atuam no setor -, além de outros dois pela Petrobras, até 2030. Atendemos assim a recomendação dos órgãos de controle, no sentido de que o Porto não pode ter áreas ociosas. Também conjugamos, num mesmo setor, aumento da capacidade de tancagem, de berços e de acessos para escoamento dos produtos”, afirmou Anderson Pomini, referindo-se também aos dois viadutos a serem construídos pela Ecorodovias, conforme convênio firmado entre Governo do Estado, DER e Autoridade Portuária de Santos.

A Autoridade Portuária promove primeiro estudos, corroborados pela Corregedoria Geral da União (CGU), para adaptar a modelagem da área à melhor solução para sua exploração. Na sequência, publicado o Chamamento Público 01/2023 para identificar especificamente na exploração do STS08, destinado ao transporte e ao armazenamento de graneis líquidos, especialmente combustíveis. Seis empresas interessadas de interesse.



Assim, a APS deu início ao procedimento com vistas à realização de certo licitatório para, ao final, vir a celebrar o contrato de locação com aquele que sair vencedor da disputa. O procedimento já passou pela análise da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e agora aconteceu a consulta e a audiência pública.

A expansão do setor no Porto de Santos é vital para a economia do País, principalmente os setores da indústria, comércio, serviços e agronegócio. “O País precisa garantir combustíveis e insumos para movimentar a economia. E o Porto de Santos tem consciência a respeito do seu papel logístico”, concluiu o presidente da APS.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/10/2024

MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS DE JANEIRO A SETEMBRO CONFIRMA REGISTRO NO ANO

Informações: Autoridade Portuária de Santos (28 de outubro de 2024)

Total cresceu 7,7% em relação à registrada nos nove primeiros meses de 2023

O Porto de Santos, principal complexo portuário do Brasil, registrou a transação de 137,4 milhões de toneladas de cargas no acumulado de janeiro a setembro de 2024. O volume representa um crescimento de 7,7% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram movimentadas 127,6 milhões de toneladas. Esse desempenho é a melhor marca histórica para o período.

Um dos destaques foi o aumento de 11,2% nos desembarques de cargas, que somaram 35,4 milhões de toneladas. Os embarques também registraram crescimento expressivo, com alta de 6,5%, totalizando 102,0 milhões de toneladas.

RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS
COMPARATIVOS MENSAL E ACUMULADO

DESCRIÇÃO	SETEMBRO			ATE SETEMBRO		
	2023	2024	VAR %	2023	2024	VAR %
EMBARQUES	12.349.676	11.886.226	(5,4)	95.778.464	102.003.485	6,5
DESEMBARQUES	3.861.835	4.275.178	10,7	31.872.471	35.429.019	11,2
Total	16.211.511	15.961.404	(1,5)	127.650.935	137.432.504	7,7
PRINCIPAIS PRODUTOS						
EMBARQUES						
Açúcar	2.792.749	3.001.996	7,5	15.634.514	20.789.830	33,0
- Em sacos	44.362	17.052	(61,6)	165.964	194.645	11,5
- Em contêineres	291.657	439.661	50,7	1.774.159	2.604.243	46,8
- Granel sólido	2.456.730	2.545.283	3,6	13.694.751	18.000.842	31,4
Alcool	87.947	112.963	28,4	804.941	806.403	0,2
Café em grãos	138.376	270.958	95,8	1.178.924	1.864.962	58,5
Carnes	153.363	259.520	69,2	1.414.855	1.920.378	35,7
- Bovina	106.889	189.338	56,6	914.064	1.313.230	43,7
- De Aves	43.268	74.879	73,1	489.514	582.524	19,0
- Outras	1.216	4.303	253,9	11.277	24.624	118,4
Cellulose (volta e conteneurizada)	598.758	699.244	16,8	5.339.438	5.798.110	8,6
Complexo soja	1.728.993	1.127.072	(34,8)	35.671.858	35.319.654	(1,0)
- Em grãos a granel	863.428	386.095	(55,3)	28.591.135	27.336.963	(3,9)
- Em grãos em contêineres	411	516	25,5	22.730	5.006	(78,0)
- Farelo a granel	850.514	723.746	(14,9)	6.940.513	7.369.150	6,2
- Farelo em contêineres	16.640	16.715	14,2	117.489	209.565	78,4
Gasolina	119.556	117.931	(1,4)	678.554	958.290	40,7
Milho	4.057.161	3.313.284	(18,5)	11.613.481	8.877.626	(23,6)
- Em contêineres	720	6.230	765,3	16.821	26.077	55,0
- Granel sólido	4.066.441	3.307.054	(18,7)	11.596.660	8.851.549	(23,7)
Óleo combustível	307.277	197.970	(35,6)	2.536.356	2.432.104	(4,1)
Óleo diesel e gasóleo	183.366	193.999	10,6	1.334.918	1.465.538	9,8
Sucos cítricos	187.085	180.237	(3,7)	2.020.622	1.802.282	(10,8)
- Em contêineres	18.517	0	(100,0)	183.246	144.846	(20,9)
- Granel líquido	168.568	180.237	6,9	1.837.376	1.657.366	(9,8)
Sub-Total Embarques	10.344.651	9.475.174	(8,4)	78.227.461	82.033.216	4,9
Outros	2.005.025	2.211.052	10,3	17.551.003	19.970.269	13,8
Total Embarques	12.349.676	11.886.226	(5,4)	95.778.464	102.003.485	6,5
DESEMBARQUES						
Adubo	834.834	958.676	14,8	5.779.637	5.865.251	1,5
Alcool	503	501	(0,4)	11.704	8.000	(31,6)
Amonia	18.360	34.809	89,6	236.446	250.006	8,3
Carvão	0	0	0	0	0	0
Enxofre	195.609	221.783	13,4	1.491.064	1.459.200	(2,1)
Fosfato de cálcio	33.120	0	(100,0)	209.736	71.919	(65,7)
GLP	12.388	4.574	(63,1)	201.990	494.689	144,9
Metanol	21.921	27.472	25,3	196.176	154.030	(21,5)
Minério de ferro, a granel	0	0	0	0	0	0
Nafta	0	0	0	0	0	0
Óleo diesel e gasóleo	243.923	213.700	(12,4)	1.368.232	1.914.476	39,9
Sal	135.022	41.400	(69,3)	782.764	757.023	(3,3)
Soda caustica	109.416	109.635	0,1	656.533	783.411	(6,5)
Sulfato dissódico	19.992	23.075	15,4	432.596	413.294	(4,5)
Trigo (grãos e farelo)	69.301	107.262	54,8	741.226	936.573	26,4
Sub-Total Desembarques	1.694.389	1.742.787	2,9	12.308.104	12.113.872	(6,6)
Outros	2.167.446	2.532.391	16,8	19.564.367	22.315.147	14,1
Total Desembarques	3.861.835	4.275.178	10,7	31.872.471	35.429.019	11,2
Total Geral	16.211.511	15.961.404	(1,5)	127.650.935	137.432.504	7,7
CONTÊINERES (EMBARQUES E DESEMBARQUES)						
Unidades	239.942	284.442	18,5	2.094.618	2.399.193	14,5
TEU	397.520	483.640	21,7	3.500.543	4.053.785	15,8
Tonelagem	4.299.167	5.234.747	21,8	36.576.280	44.475.345	21,6
FLUXO DE NAVIOS						
Atracados	456	482	5,7	4.040	4.182	3,5

Obs.: Não obstante a movimentação de algumas cargas ocorrer principalmente no embarque, também podem ser desembarcadas e vice-versa. Para efeito de classificação (emb./desemb.) e lançamento neste quadro, foi considerada somente a tonelagem de maior incidência, bem como a natureza de carga de maior incidência (exceto quando especificado).

O presidente da APS, Anderson Pomini, afirma que “o desempenho alcançado é reflexo direto dos investimentos contínuos em modernização e ampliação de capacidade que permitem ao Porto de Santos operar com eficiência e atender à crescente demanda das trocas comerciais brasileiras”. Pomini acrescenta que a infraestrutura oferecida pelo Porto de Santos, incluindo terminais de última geração e sistemas logísticos integrados, tem sido um pilar fundamental para garantir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global.

Considerando apenas o mês de setembro de 2024, o Porto de Santos movimentou 16 milhões de toneladas, uma leve retração de 1,5% em relação ao mesmo mês de 2023. Apesar disso, o desempenho acumulado ao longo do ano ficou robusto.

Os granéis sólidos, um dos principais segmentos de cargas movimentadas no Porto, atingiram no acumulado do ano 71,6 milhões de toneladas, um crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior. Um dos destaques foi o açúcar, cujas exportações cresceram 33,0%.

Os granéis líquidos, que incluem compostos e outros produtos químicos, também alcançaram

uma marca histórica no acumulado de janeiro a setembro de 2024, com 14,5 milhões de toneladas movimentadas, um crescimento de 2,0% em relação ao mesmo período de 2023. Os destaques foram os aumentos na movimentação de óleo diesel e gasóleo (+9,8%) e gasolina (+40,7%).

O transporte de contêineres foi uma das modalidades de maior crescimento, conforme já antecipado pela APS. No acumulado do ano, o volume chegou a 44,4 milhões de toneladas, um salto de 21,6% frente ao mesmo período de 2023. A entrega de contêineres, em unidades TEU, também atingiu recordes, chegando a 4,0 milhões de toneladas TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), um crescimento de 15,8%.

A entrega de carga geral caiu 6,9 milhões de toneladas, um crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período de 2023. O destaque coube à celulose, com crescimento de 8,6%.

Corrente Comercial

O Porto de Santos também aumentou sua participação na corrente comercial brasileira, atingindo 28,7% em setembro de 2024, frente a 28,3% no mesmo mês do ano anterior. Cerca de 27,9% das transações internacionais do Brasil que passaram pelo porto tiveram a China como principais destinos ou origem. O estado de São Paulo manteve a maior participação nas transações comerciais por meio do Porto, com 47,2%.

O número de atracções no ano também aumentou. Foram 142 chegadas de navios a mais: 4.040 em 2023 e 4.182 em 2024 (até setembro).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024

GOVERNO FARÁ CONCESSÃO INÉDITA PARA DRAGAGEM EM CANAIS DOS MAIORES PORTOS DO PAÍS

Informações: Santaportal (28 de outubro de 2024)



Foto: SOPESP

A gestão dos canais de acesso de alguns dos principais portos do país será concedida à iniciativa privada. O governo já trabalha na elaboração de estudos e propostas para que essas rotas dos terminais sejam leiloadas em 2025 e 2026. Com a concessão, serviços como a dragagem, que é a retirada dos sedimentos do leito do mar para manter a profundidade do local, passarão a ser de uma empresa específica, em

contratos de longo prazo.

A Folha de S.Paulo teve acesso aos detalhes do plano, que já envolve cinco grandes portos do país. Um dos mais adiantados é o porto de Paranaguá, no Paraná. Em janeiro do ano que vem, a minuta do edital de concessão será enviada ao TCU (Tribunal de Contas da União), com previsão de que o leilão ocorra ainda no primeiro semestre de 2025.

O contrato, que tem prazo de 25 anos, prevê que o vencedor da disputa seja responsável pela dragagem e derrocamento (retirada de pedras) do canal de acesso ao porto, além da sinalização náutica, operação de tráfego e gestão ambiental. Os investimentos a serem feitos pela empresa estão estimados em R\$ 1,07 bilhão.

A concessão do canal de acesso ao porto de Itajaí, em Santa Catarina, também está em fase de estudos. Nesse caso, a ideia é financiar uma concessão de 35 anos, com investimentos que podem chegar a R\$ 2,71 bilhões no período.

A decisão de segregar a gestão dos canais em relação às empresas que operam os terminais deve ser de natureza técnica de cada tipo de operação. Normalmente, os contratos de dragagem acabam



sendo contratados por companhias docas estaduais, para gestão de poucos anos. A avaliação do Ministério de Portos e Aeroportos é que isso acaba tornando a gestão mais complexa e onerosa para os portos.

Os canais de acesso do Porto de Santos, em São Paulo, e do porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, também estão na lista das concessões. A meta do governo é realizar uma audiência pública em relação a Santos no primeiro trimestre de 2025. O BNDES contratou consultoria para revisão de modelagem da proposta. Após enviar a minuta do edital ao TCU, o governo prevê esse leilão para o início de 2026.

No caso de Rio Grande, os estudos estão em andamento pela Infra SA, estatal do Ministério dos Transportes que tem tocado os levantamentos técnicos e modificados os modelos de concessão. A meta é colocar o edital na rua até início de 2026.

O quinto porto que está na lista das concessões de dragagem é o de Salvador, administrado pela Codeba (Companhia Docas do Estado da Bahia). O projeto prevê a concessão parcial de acessos terrestres, aquaviários, gestão patrimonial e outros serviços relacionados à administração portuária, mantendo o papel de autoridade portuária pública. Ainda será definido se o porto de Ilhéus entrará ou não na concessão.

“Com contratos de longo prazo, serviços que devem ser permanentes, como a dragagem, a derrocagem e a sinalização terão mais previsibilidade, garantindo o cuidado permanente com as condições do porto”, disse à Folha de S.Paulo o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. “Além disso, os contratos de longo prazo substituirão ações pontuais, que mudam o tempo todo, conforme o governo local.”

Conforme revelou a Folha de S.Paulo, o governo quer leiloar 22 terminais portuários até o fim de 2025, com R\$ 8,7 bi de investimentos. Estão previstos outros 13 leilões em 2026, com mais R\$ 2,3 bilhões.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/10/2024

JUSTIÇA DO TRABALHO ENTREGA ESTUDO COM SUGESTÕES DE ATUALIZAÇÃO DE NRS AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Informações: TST (28 de outubro de 2024)

O Grupo de Pesquisa e Extensão “Meio Ambiente do Trabalho” (GPMAT-USP), vinculado à Universidade de São Paulo, concluiu uma pesquisa interdisciplinar para propor sugestões de alteração no sistema de Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O estudo faz parte de um convênio firmado entre o Núcleo da Faculdade de Direito da USP, a Justiça do Trabalho, por meio do Programa Trabalho Seguro (PTS), e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na última quarta-feira (9), o então presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, encaminhou o estudo ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O documento foi entregue à presidência do TST e do CSJT em agosto pelo coordenador nacional do Programa Trabalho Seguro, ministro Alberto Balazeiro; e pelo coordenador do GPMAT-USP, o juiz do Trabalho e professor Guilherme Guimarães Feliciano.

Sugestões de aprimoramento

As Normas Regulamentadoras (NRs) são editadas pelo MTE desde 1978 e têm como objetivo estabelecer disposições normativas mínimas para a proteção da saúde e a segurança dos trabalhadores nos mais diferentes setores da economia. O grupo contornou com a coordenação de pesquisadores (as) do GPMAT-USP, de juízes (as), procuradores (as), advogados (as), auditores (as), além de outros profissionais indicados pela Justiça do Trabalho, pelo MPT e pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).



O estudo teve como foco três normas que são mais urgentemente de atualizações: as NRs 1 (Disposições gerais), 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos) e 17 (Ergonomia). Confira as principais propostas:

NR 1 – Disposições gerais

O estudo propõe uma ampliação na definição do que é considerado local de trabalho, passando a abranger não apenas as instalações físicas, mas também os espaços virtuais, como, por exemplo, os ambientes virtuais de trabalho remoto e as plataformas digitais.

O entendimento é que, mesmo no ambiente virtual, trabalhadores e trabalhadoras podem desenvolver doenças ou sofrer assédios como, por exemplo, mesmo de forma indireta, de metas abusivas que venham a prejudicar a saúde do trabalhador(a).

NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

Visando aumentar o nível de segurança e a redução de acidentes de trabalho, a sugestão do estudo é criar dispositivos de comunicação, pensados desde a concepção industrial do maquinário, para facilitar contatos imediatos e rotineiros com o fabricante .

O objetivo é que o(a) trabalhador(a) possa obter esclarecimentos ou dúvidas claras antes de operar o equipamento ou durante o aprendizado específico, uma vez que as informações contidas em nossos manuais nem sempre estão em linguagem simples e acessível.

NR 17 – Ergonomia

O estudo sugere estabelecer mecanismos para a garantia de condições ergonômicas em todos os contextos de trabalho, inclusive se uma pessoa estiver trabalhando em home-office ou em outros locais que não sejam o estabelecimento físico da empresa.

Outra alteração articulada é a ampliação do conceito de risco ergonômico, estendendo-o para alcançar a generalidade dos riscos psicossociais, na linha da ergonomia cognitiva e organizacional. Propõe-se, ainda, instituir a garantia do direito à desconexão como um elemento necessário dos programas de gerenciamento de riscos das empresas.

Confira a íntegra do estudo realizado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

<https://www.csjt.jus.br/documents/955023/0/2024.06.18-Proposta+Final+VCompleta.pdf/7b717023-4947-e81c-d4db-3da51f929112?t=1729011186096>

Novas modalidades de contratação no mercado de trabalho

Segundo o coordenador-chefe do grupo de pesquisa, o juiz do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, que também é conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma das prioridades do estudo foi buscar as atualizações das normas regulamentadoras de acordo com as características das novas formas de contratação verificadas no mercado de trabalho.

O coordenador também destacou que, de forma geral, as alterações nas NRs 12 e 17 abordarão especificamente todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras: com vínculo empregatício, cooperativos (as), avulsos (as) e os (as) que atuam em plataformas digitais e Administração Pública (direta e indireta).

“Com a introdução de novas tecnologias e a atual realidade do mundo do trabalho, trazemos a preocupação de que as novas propostas ampliassem o horizonte de proteção do trabalhador para além do que já era realizado anteriormente”, explica.

Colaboração institucional

O estudo foi revisado de forma colaborativa entre pesquisadores (as) da USP, membros dos grupos regionais do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho (MPT), auditores fiscais do trabalho, advogados, engenheiros e membros de algumas representações de categorias profissionais.

(Andrea Magalhães/AJ)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024

COMISSÃO ESPECIAL DE JURISTAS APROVA ANTEPROJETO DE NOVA LEGISLAÇÃO PARA PORTOS

Informações: IBL (28 de outubro de 2024)



Uma comissão especial de juristas aprovou nesta quarta-feira (23) um anteprojeto de novo arcabouço legal para o sistema portuário público e privado.

“Esta proposta respeita a tradição e abraça a inovação, conforme os princípios da livre iniciativa e da valorização do trabalho humano”, afirmou o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Celso Peel, relator no colegiado.

Celso Peel afirmou que o anteprojeto comprovado de um trabalho coletivo. Além dos 15 membros da comissão especial, foram ouvidos 43 convidados em 12 eventos públicos. Segundo o relator, o grupo recebeu mais de cem sugestões por

escrito.

“O anteprojeto visa não apenas as necessidades do presente, mas lança as bases para um futuro em que o setor portuário brasileiro será uma referência mundial em eficiência, inovação e responsabilidade social”, afirmou Celso Peel no parecer.

Entre outros pontos, o anteprojeto aprovado prevê:

- o fortalecimento do Ministério dos Portos e Aeroportos na formulação de políticas públicas para o setor portuário;
- a ampliação das competências da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e das autoridades portuárias na gestão dos portos;
- a criação de uma câmara de autorregulação e resolução de conflitos no setor portuário, resolvendo soluções administrativas em vez de contenciosos judiciais;
- um plano nacional de dragagem movendo os navios de grande porte, com possibilidade de financiamento pelo Fundo da Marinha Mercante; e
- atualizações nas regras trabalhistas e em medidas para a desburocratização das atividades nos portos públicos e privados.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, defendeu a previsão de desburocratização. “Isso aproximará mais a gestão de portos públicos e privados. O desafio é que haja governança à altura da flexibilização que a futura lei deverá trazer”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024

EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA CRESCE 9,2% ATÉ SETEMBRO E SOMA US\$ 22,69 BI

Informações: Infomoney (28 de outubro de 2024)

As importações somaram US\$ 4,24 bilhões e o setor teve um superávit de US\$ 18,45 bilhões no período; complexo sucroalcooleiro liderou as vendas para o exterior



O agronegócio do Estado de São Paulo exportou, entre janeiro e setembro, um valor 9,2% maior ante igual período do passado, acumulando US\$ 22,69 bilhões e garantindo um superávit de US\$ 18,45 bilhões, informou, em nota, o Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento paulista.

Em contrapartida, o desempenho somou US\$ 4,24 bilhões.

Conforme IEA-Apta, a participação das exportações do agronegócio no total do Estado neste mesmo período foi de 43,5%.

Em relação às exportações do Estado como um todo, porém, houve déficit comercial de US\$ 4,47 bilhões, já que São Paulo exportou, de janeiro a setembro, US\$ 52,11 bilhões e importou o equivalente a US\$ 56,58 bilhões. Este déficit cresceu 103,2% ante igual período de 2023.

O IEA-Apta destaca, porém, que, se não fosse o superávit do setor agropecuário (R\$ 18,45 bilhões), o déficit do comércio exterior no Estado seria bem maior.

Mesmo com superávit no agronegócio, houve queda nas exportações de alguns produtos, como soja em grão (-57,5% em valor, de janeiro a agosto) e açúcar em bruto e orgânico (-12,4%). “Em compensação, houve aumento nos valores para o café verde (+121,6%), produtos de celulose (+15%), carne bovina (+39%) e suco de laranja (+27,5%, mesmo com a redução de 22,8% no volume embarcado)”, diz o IEA-Apta na nota.

O IEA-Apta relata também que os cinco principais grupos nas exportações do agronegócio paulista de janeiro a setembro de 2024 foram complexo sucroalcooleiro (US\$ 9,15 bilhões, sendo que desse total o açúcar representou 93% e o álcool etílico – etanol, 7,0%), carnes (US\$ 2,49 bilhões, em que a carne bovina respondeu por 83,9%), produtos florestais (US\$ 2,35 bilhões, com participações de 54,3% de celulose e 38% de papel), complexo de soja (US\$ 2,10 bilhões, dos quais a soja em grão participa com 78,8%) e o grupo de sucos (US\$ 2 bilhões, sendo 98,0% referente ao suco de laranja).

“Esses cinco agregados representaram 79,7% das vendas externas dos setores paulistas. Já o grupo do café, cultura tradicional do Estado de São Paulo, aparece em sexto lugar, com vendas de US\$ 944,21 milhões (71,4% referentes ao café verde e 24,5% de café solúvel)”, cita.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024

IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES CRESCE 10,9% EM 2024

Informações: Revista Cultivar (28 de outubro de 2024)

Boletim da Conab mostra que alta nos preços de commodities e tensão no Oriente Médio foram fatores para elevação

As importações de fertilizantes atingiram 4,6 milhões de toneladas em setembro de 2024, volume 17,9% superior ao mesmo período do ano anterior, impulsionadas pela elevação nos preços da soja e do algodão, além da desvalorização do dólar. O volume acumulado de janeiro a setembro chegou a 31,81 milhões de toneladas, representando aumento de 10,9% em relação ao mesmo período de 2023, sendo o maior registro para setembro na série histórica.

A intensificação do conflito no Oriente Médio tem influenciado o ritmo das compras. Diante do cenário, especialistas recomendam que agricultores antecipem suas aquisições para evitar possíveis problemas de oferta e aumentos abruptos nas cotações dos fertilizantes. A análise consta no Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O boletim mostra também que as exportações de milho em setembro atingiram 6,42 milhões de toneladas, contra 6,06 milhões observadas no mês passado, um aumento de 5,9%, impulsionado



pelos elevados estoques do cereal na mão das empresas e pela necessidade de abertura de espaços para a recepção da nova safra.

Com relação às exportações de soja em setembro, estas chegaram a 6,11 milhões de toneladas contra 8,04 milhões ocorridas no mês anterior, um decréscimo de 24%. Isso representa um movimento de quedas mensais, em um mercado que tem apresentado flutuações, influenciadas por fatores relacionados ao incremento da oferta mundial e pelo câmbio.

Frete

Na Bahia, no mês passado, o transporte de grãos e fertilizantes apresentou comportamento variado conforme a região produtora, com alta na praça de Irecê, queda na praça de Barreiras e estabilidade e posterior queda na praça de Paripiranga. No mercado interno, foi observada fraca comercialização de milho, sendo registrada estabilidade nos preços, na faixa de R\$ 55,00/saca.

Já no Distrito Federal, em comparação com o mês anterior, os fretes em setembro registraram variações positivas nas praças de Guarujá em São Paulo, Imbituba em Santa Catarina e Paranaguá no Paraná, com incrementos de 2%, 1% e 2%, respectivamente. As demais rotas apresentaram recuos, com destaque para Uberaba em Minas Gerais, que reduziu em 2%.

Em Mato Grosso, o mercado de fretes se posicionou oscilando próximo à estabilidade em setembro. Em todos os casos, com variações bastante moderadas, em continuidade ao cenário observado no mês anterior. A conjuntura segue com os mesmos fundamentos registrados, referentes às commodities soja e milho, influenciando a intensidade do fluxo de escoamento e os fretes rodoviários. De modo geral, a comercialização de soja e de milho segue atrasada e em ritmo relativamente lento, ainda que os preços venham subindo paulatinamente e ofereçam algumas janelas de negócios. É importante destacar que há ainda muito milho a ser escoado, o que deve manter os fretes rodoviários com algum suporte nos próximos meses.

Finalmente, em Minas Gerais, os embarques de grãos e sementes, no decorrer de setembro, foram considerados acima do previsto para o período do ano. Houve demanda para o transporte de soja e milho para Paranaguá e Vitória, de onde se registrou bom movimento de fretes de retorno transportando fertilizantes. As exportações do agronegócio em Minas Gerais atingiram um marco histórico nos primeiros oito meses de 2024, registrando o melhor desempenho desde 1997, início da série histórica. Com um crescimento de 15% na receita e 14% no volume exportado em relação ao ano anterior, o setor alcançou US\$ 11,1 bilhões e 12,4 milhões de toneladas embarcadas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2024



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

GESTÃO DA PETROBRAS ACELERA ENTREGAS ÀS VÉSPERAS DO NOVO PLANO DE NEGÓCIOS

Anúncio dos novos investimentos está previsto para 21 de novembro

Por Gabriela Ruddy

A gestão de Magda Chambriard à frente da Petrobras está acelerando as entregas de projetos, principal promessa da executiva ao assumir o comando da estatal em maio.

A corrida tem como foco projetos de petróleo e gás e ocorre em meio à finalização do novo plano de negócios da empresa, que carrega dúvidas, sobretudo, a respeito dos próximos projetos para a ampliação da participação na área de renováveis.



Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, deu entrevista exclusiva ao estúdio eixos durante a ROG.e 2024, no Porto Maravilha, Rio de Janeiro. Foto: Victor Curi/agência eixos

- Outras grandes incertezas são o início da produção em águas profundas em Sergipe e o avanço da exploração na Margem Equatorial.

Na sexta-feira (25/10), o conselho da administração da

Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), em Três Lagoas (MS).

- A UFN-III foi incluída na carteira em implantação no plano de investimentos aprovado ano passado. À época, o projeto foi mantido na lista em avaliação, sem a decisão final de execução.
- A previsão de início da operação é 2028, somando R\$ 3,5 bilhões em investimentos.

O retorno da estatal ao segmento de produção de fertilizantes é uma das expectativas do terceiro governo Lula.

Na semana passada, a estatal também recebeu no Brasil o FPSO Almirante Tamandaré, que será a sétima plataforma do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. A previsão é de entrada em operação até a primeira quinzena de janeiro de 2025.

- Com capacidade para produzir até 225 mil barris/dia de petróleo e 12 milhões de m³/dia de gás natural, será uma das maiores plataformas do país.

Recentemente, a companhia iniciou também a operação do FPSO Maria Quitéria, no campo de Jubarte.

Outra entrega esperada pelo governo ocorreu em setembro: a inauguração do Complexo de Energias Boaventura, antigo Comperj, em Itaboraí (RJ).

O avanço nos projetos acontece às vésperas do anúncio do plano de negócios 2025-2029 da companhia, previsto para ser anunciado ao mercado no dia 21 de novembro. A data ainda pode sofrer alterações.

Será o primeiro planejamento elaborado pela gestão Chambriard.

Em entrevista este mês, a presidente da estatal afirmou que o plano ainda está em elaboração.

- Segundo a CEO, o planejamento vai incluir “moléculas e elétrons”: a empresa vai buscar ampliar participação em fontes renováveis, mas com uma maior atenção para o mercado de combustíveis.

Paten pode encerrar contratos de gás. As medidas para desconcentração do mercado de gás natural, propostas pelo senador Laércio de Oliveira (PP/SE), podem liberar volumes de ao menos 12 produtores que hoje vendem gás para a Petrobras na boca do poço, mas cujos contratos de comercialização poderão ser interrompidos antes do prazo por força de lei.

Chamada de gás. A Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás) abriu uma chamada permanente para o cadastro de supridores de gás natural. O objetivo é firmar contratos padrões de termos gerais que possibilitem maior flexibilidade e agilidade na aquisição de gás a curto prazo.

Pico do petróleo chinês. A China está a caminho de produzir mais de 10 milhões de veículos elétricos, respondendo por quase 40% das vendas de carros novos em 2024, aponta a Revisão Estatística de Energia Mundial do Energy Institute. No transporte rodoviário, as empresas estão migrando do óleo diesel — mais caro — para motores movidos a gás natural — mais barato.



- O leva à previsão de que o país está a caminho do pico de consumo de petróleo.

Bandeira amarela. A Aneel anunciou que a bandeira tarifária do mês de novembro será amarela. A mudança se deve à diminuição no preço da geração de energia, graças ao aumento no volume de chuvas.

- Em outubro, o consumidor teve bandeira vermelha, o que significava R\$ 7,877 extras a cada 100 quilowatts-hora (kWh). A partir do próximo mês, a cobrança será de R\$ 1,885 a cada 100 kWh.

Silveira volta a criticar agência. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), voltou a dizer que a Aneel foi “omissa” em relação aos problemas com a distribuidora Enel, em São Paulo. Por outro lado, decidiu amenizar o tom das críticas e afirmou que o país precisa “deixar de polemizar onde não deveria ter polêmica”.

- Segundo ele, os atores políticos que compõem a federação precisam “trabalhar unidos”, sem “viver de politização de narrativa”.

Mercado livre de energia. As 20 maiores comercializadoras de energia do país foram responsáveis por negociar 51,77% do volume de energia total do mercado livre na média dos 12 meses de julho de 2023 a julho de 2024, segundo dados da consultoria Thunders.

- As comercializadoras com o maior volume negociado nesse período foram a Raízen Power, com 3.748,2 megawatts médios (MWm); a Auren, com 3.617,6 MWm; e o BTG Pactual, com 3.531,3 MWm.

Eneva compra térmicas. A Eneva concluiu a aquisição de três ativos termelétricos controlados pelo BTG Pactual, todos localizados no Espírito Santo. A operação torna a companhia a dona do maior parque de geração termelétrica do país, num total de 7,2 GW em operação e em construção.

Hubs de hidrogênio. Para acelerar o desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixo carbono, o estabelecimento de hubs ou clusters industriais de produção e consumo desse energético podem ser cruciais. Mas é preciso dar um match entre produção e demanda para que os projetos de hidrogênio e os planos de investimento das indústrias para descarbonização possam sair do papel. Leia na coluna de Gabriel Chiappini.

Eletrobras quer operar eletrolisadores. Uma das maiores geradoras de energia renovável do Brasil, a Eletrobras mais do que fornecer eletricidade para projetos de hidrogênio verde de larga escala e espera também se consolidar como parceira na operação de eletrolisadores.

- Segundo o vice-presidente de inovação da companhia, Juliano Dantas, a planta de hidrogênio em Itumbiara (MG) acelerou o aprendizado da empresa e permitiu o desenvolvimento de softwares operacionais específicos e de uma rede de fornecedores para a manutenção desses ativos.

Opinião: A situação alarmante dos incêndios no Brasil em 2024 reacendeu as discussões sobre o necessário aumento de rigor nas fiscalizações dos órgãos de controle, seja para prevenir sua ocorrência ou para exigir a reparação das áreas. É preciso aprimorar novas regras, para evitar novas burocracias e procedimentos, que não favorecerão a administração pública, tampouco o meio ambiente, escrevem as sócias do Bichara Advogados, Luciana Gil e Patricia Mendanha Dias

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 28/10/2024

MAIS DA METADE DO VOLUME NEGOCIADO NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ESTÁ CONCENTRADO EM 20 COMERCIALIZADORAS

País tem 239 comercializadoras ativas, mais que o dobro de sete anos atrás

Por Gabriela Ruddy



Subestação de energia elétrica | Foto Aldward Castillo/Unsplash

As 20 maiores comercializadoras de energia do país foram responsáveis por negociar 51,77% do volume de energia total do mercado livre na média dos 12 meses de julho de 2023 a julho de 2024, segundo dados da consultoria Thunders, com base nas informações mais recentes divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As comercializadoras com o maior volume negociado nesse período foram a Raízen Power, com 3.748,2 megawatts médios (MWm); a Auren, com 3.617,6 MWm; e o BTG Pactual, com 3.531,3 MWm.

Apesar de concentrado atualmente em poucas empresas, a tendência no curto prazo é de uma pulverização maior do mercado, com a entrada de novas comercializadoras. Ao longo do tempo, no entanto, existe a expectativa de consolidação dessas empresas, em movimentos de fusões e aquisições.

No mercado livre de energia, os consumidores podem escolher a empresa fornecedora de energia elétrica, por meio da contratação direta com o gerador ou por intermédio de uma comercializadora.

Nos últimos anos, esse mercado viveu uma intensa transformação, com a abertura gradual a mais consumidores. A partir de janeiro de 2024, todos os consumidores de média e alta tensão passaram a ter essa opção, mas com a necessidade de entrar no ambiente livre por meio da contratação de uma comercializadora.

Expansão deu mais dinamismo ao mercado livre

A abertura levou a um maior dinamismo no ambiente de comercialização. Segundo dados da Thunders, em julho havia 239 comercializadoras ativas na CCEE, com vendas acima de 10 MWmédios no mês. No mês, cinco novas empresas passaram a integrar este grupo: AES Tietê Integra, Luz Varejista, Galaxy Energy, Nexa Energy e Aeris Com.

O número mais que dobrou nos últimos anos. Em meados de 2017, havia menos de 100 empresas de comercialização ativas no mercado livre brasileiro.

Ainda assim, o espaço para ampliação ainda é grande. Segundo a Thunders, em julho de 2024 havia 615 comercializadoras registradas na CCEE, mas a maioria sem praticamente nenhuma negociação.

Inauguração do mercado varejista ampliou as oportunidades

A abertura do começo deste ano exigiu que os novos consumidores a ingressar no mercado livre contratassem comercializadoras. Na prática, foi essa liberalização que inaugurou o mercado de varejo no ambiente livre no Brasil.

De acordo com a Thunders, em julho havia 124 agentes com perfil varejista cadastrados na CCEE, dos quais 109 tinham negociações ativas.

Na média dos 12 meses anteriores, as maiores comercializadoras varejistas foram a EDP Smart, com uma negociação de 83,2 MWm; Matrix, com 56,27 MWm; e a AES Tietê Integra, com 43,2 MWm.

Segundo a EDP, a ampliação do portfólio agora busca ampliar a atuação no segmento de pequenas e médias empresas.

“O que nos chama a atenção é a adesão maior do que se imaginava pelas empresas. O segmento de alta tensão poderá agregar cerca de 100 mil unidades consumidoras potenciais, ou seja, cresce a competitividade, mas aumenta também o potencial a ser explorado”, diz o diretor comercial da EDP na América do Sul, Diogo Baraban.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 28/10/2024

HUBS DE HIDROGÊNIO PODEM SER ALTERNATIVA À EXPORTAÇÃO, MAS FALTA “DAR MATCH”

É preciso dar um match entre produção e demanda para que os projetos de hidrogênio e os planos de investimento das indústrias para descarbonização possam sair do papel

Por Gabriel Chiappini



Porto do Pecém, em Caucaia (CE), durante cerimônia de sanção do marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

Para acelerar o desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixo carbono, o estabelecimento de hubs ou clusters industriais de produção e consumo desse energético podem ser cruciais tanto para garantir a industrialização — ou neointustrialização — brasileira, quanto evitar a pura exportação de commodities sem

grande valor agregado, como o caso da amônia.

Recentemente, o governo abriu uma chamada pública para receber propostas de hubs de hidrogênio de baixo carbono no Brasil. A ideia é fortalecer cadeias produtivas nacionais e acelerar a redução de emissões em setores considerados de difícil descarbonização (hard-to-abate), como aço, cimento, química, papel e celulose, vidro e alumínio.

A iniciativa segue modelos similares como no Reino Unido e Estados Unidos, que não possuem uma estratégia orientada para exportação no curto prazo, mas sim em garantir a demanda doméstica e criar novos parques industriais ou descarbonizar os polos já existentes.

Aqui no Brasil, por exemplo, já se estuda a transformação da zona industrial de Cubatão – antes a cidade mais poluída do mundo – em um hub de hidrogênio de baixo carbono.

Um projeto deste tipo está em andamento no Reino Unido, na região de Humber, o maior centro industrial emissor de gases do efeito estufa do país, com o East Coast Cluster.

Por lá, empresas, governo e pesquisadores têm trabalhado não apenas no desenvolvimento de novas tecnologias, mas também na criação de cadeias de suprimentos e habilidades necessárias para uma economia baseada em hidrogênio.

Um dos casos de sucesso é a mistura de hidrogênio na rede de gás natural, e o uso desse blend pela indústria de vidro. O próximo passo é a viabilidade de armazenar o hidrogênio em cavernas de sal, para garantir o uso do gás em outros processos industriais e nas residências.

Já nos Estados Unidos, o governo federal lançou o programa H2 Hubs, que prevê a criação de até dez hubs regionais, com aporte de US\$ 7 bilhões, que devem alavancar US\$ 40 bilhões em investimentos privados.

Vocações regionais

O interessante da iniciativa norte-americana é que os sete centros regionais que já foram escolhidos irão aproveitar suas potencialidades específicas.

Por exemplo, o hub de Hidrogênio da Costa do Golfo, no Texas, vai focar na produção de hidrogênio a partir de gás natural com captura de carbono (hidrogênio azul), aproveitando a infraestrutura de óleo e gás na região e olhando a descarbonização da própria indústria do refino.

Enquanto isso, no Hub da Califórnia, os incentivos serão para produzir hidrogênio exclusivamente a partir de energia renovável e biomassa, com um plano focado na descarbonização do transporte público, rodoviário pesado e operações portuárias.

Trazendo para a realidade brasileira, o Rio de Janeiro tem naturalmente a capacidade de focar no hidrogênio azul, por ser o principal estado produtor de gás natural, respondendo por mais de 60% da produção nacional, e contar com possibilidade de armazenamento de carbono em poços depletados no pré-sal.

Além da indústria já instalada, aparecem dois candidatos a hubs.

Um deles é o Porto do Açu, que espera atrair indústrias siderúrgicas e de fertilizantes. O outro é o Complexo de Energias Boaventura da Petrobras, que já tem planos de construção de duas usinas termelétricas e de unidades de refino para produção de fertilizantes e lubrificantes, utilizando gás natural.

Já no Nordeste, multiplicam-se os hubs que serão focados na produção de hidrogênio verde e derivados. O mais proeminente é o Hub de Pecém, no Ceará, que concentra o maior número de projetos em estudo, que olham principalmente para exportação, mas também para atender a indústria instalada no Porto de Pecém.

Outros hubs em portos industriais são esperados em Suape, Pernambuco, e no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, ambos apostando na produção de combustível marítimo, e-metanol, a partir do hidrogênio.

Também se desenham hubs no Piauí e Rio Grande do Norte, mas que ainda precisam construir seus portos, além do hub no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que se destaca por estar próximo a dezenas de projetos de eólicas offshore – considerada uma fonte de energia renovável essencial para projetos de hidrogênio verde no futuro.

Falta “dar match”

Se alguns segmentos da indústria, como papel e celulose e aço, já estão bem avançados no diálogo com desenvolvedores de projetos de hidrogênio, segmentos como a química estão atrasados.

É preciso dar um match entre produção e demanda para que os projetos de hidrogênio e os planos de investimento das indústrias para descarbonização possam sair do papel.

A União Europeia, por exemplo, está desenvolvendo um mecanismo piloto que visa conectar produtores e potenciais consumidores de hidrogênio.

A iniciativa, com início previsto para 2025, espera acelerar investimentos ao fornecer uma visão mais clara da situação do mercado, facilitando contatos entre as duas pontas.

Nos EUA, o H2 Matchmaker trabalha na difusão de informações sobre projetos regionais de hidrogênio e células de combustível para desenvolvedores e fornecedores de tecnologia. A iniciativa também fornece mapas de oferta e demanda de hidrogênio para projetos atuais e planejados.

Seria essencial que o governo brasileiro também concentrasse em uma plataforma dados transparentes que pudessem conectar as partes interessadas, e finalmente sair do dilema do ovo e da galinha.



O sucesso dos hubs também depende de uma comunicação eficaz e transparente que permita sequenciar e planejar projetos de maneira coordenada, ainda mais porque o hidrogênio é um produto multiuso para redução de emissões em diferentes setores da economia.

Uma companhia aérea não compra combustível de aviação do mesmo lugar que um produtor de fertilizantes compra seu gás natural para amônia — mas eles compartilham um objetivo comum de descarbonizar suas operações.

Como esses setores não usam naturalmente a mesma cadeia de suprimentos, é preciso dedicar tempo e recursos para conectá-los. Hubs regionais facilitarão isso.

Compartilhar riscos, conhecimento e infraestrutura

Por ser uma indústria ainda nascente, seus riscos e custos ainda são altos, o que dificulta o financiamento de projetos bilionários e afasta as decisões finais de investimento. Entre as vantagens dos hubs, está justamente a redução desses custos e riscos.

A concentração de infraestrutura, tecnologias e mão de obra qualificada em um único local tem potencial de reduzir os custos operacionais e de transporte, facilitando o compartilhamento de recursos.

Isso também diminui o risco de fracasso individual de projetos, pois empresas e instituições podem atuar em cooperação, fortalecendo o ecossistema como um todo, além de abrir a possibilidade de compartilhamento de infraestruturas por diversos stakeholders.

A possibilidade de formação de consórcios que reúnem produtores, geradores de energia, produtores de hidrogênio, portos e consumidores industriais, também dilui os riscos e aumenta as chances de acesso a fundos de financiamento.

Afinal, hubs de hidrogênio bem estruturados podem atrair grandes investidores nacionais e internacionais, interessados na viabilidade de projetos de larga escala.

Ao concentrar esforços em uma área específica, os hubs podem criar uma estrutura mais robusta para alocar capital e garantir retornos a longo prazo.

A produção do hidrogênio perto da demanda também é capaz de reduzir custos, principalmente de transporte, evitando a necessidade de construção de gasodutos dedicados, ou mesmo de conversão do hidrogênio em amônia ou outras formas de transporte para longas distâncias.

Estar perto do conhecimento também importa. A proximidade entre empresas, universidades e centros de pesquisa facilita a troca de conhecimentos e a criação de parcerias.

Isso pode acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias, que permitam a maior eficiência na produção e soluções inovadoras de armazenamento e transporte de hidrogênio.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 28/10/2024

AUSTRALIANA LIGHTNING MINERALS ESPERA INVESTIR R\$ 20 MILHÕES NA EXTRAÇÃO DE LÍTIO EM MINAS GERAIS

Por Gabriel Chiappini

RIO — A mineradora australiana Lightning Minerals Limited firmou, na última sexta (25/10), um memorando de entendimento (MoU) com o governo de Minas Gerais para investir R\$ 20 milhões na exploração de lítio na região de Salinas, no Vale do Jequitinhonha, conhecida como Vale do Lítio.



Exportação de lítio extraído no Vale do Jequitinhonha (MG) para a China (Foto: Divulgação Sigma Lithium)

De acordo com o MoU, a empresa se compromete a utilizar serviços e fornecedores locais para fomentar a economia regional, na primeira fase dos seus projetos Caraíbas, Canabrava e Esperança.

“A assinatura deste MoU com o Governo de Minas Gerais é uma prova clara do apoio que recebemos para nossas atividades extrativas na região do Vale do Lítio. Estamos comprometidos em desenvolver uma relação sólida com o governo e as comunidades locais, acreditando no potencial de Minas Gerais como líder global no setor de lítio”, garante o CEO da Lightning Minerals, Alex Biggs.

Além de seus ativos no Brasil, a empresa possui projetos na Austrália e no Canadá.

O projeto da companhia vem na esteira de outras iniciativas nos últimos anos, que colocaram o O Brasil no mapa mundial de mineração de lítio, entre eles os projetos da Latin Resources, Atlas Lithium e Sigma Lithium – sendo este último o mais avançado e de maior escala no Brasil.

“Esta parceria reforça nosso esforço para posicionar Minas Gerais como líder na cadeia global de fornecimento de lítio e materiais para baterias, promovendo crescimento econômico local e o desenvolvimento sustentável”, afirmou o diretor presidente da Invest Minas, João Paulo Braga.

O lítio é considerado essencial para a transição energética, uma vez que é matéria-prima de baterias para veículos elétricos e para a cadeia de geração de energias renováveis. O mineral deve ver sua demanda crescer 40 vezes nas próximas duas décadas.

Projeto da Atlas Lithium avança

Também na sexta, a Atlas Lithium recebeu do governo de Minas Gerais a licença operacional para montar e operar sua planta de processamento de lítio e desenvolver operações de mineração a céu aberto em um de seus depósitos minerais, no Vale do Lítio.

A licença foi formalmente publicada no diário oficial do governo estadual no sábado (26/10).

Segundo Marc Fogassa, CEO da companhia, a licença era considerada o maior risco para o projeto de mineração.

“A licença reflete quatorze meses de trabalho meticuloso da nossa equipe durante todo o processo de licenciamento (...) Este marco marca um passo fundamental para nos tornarmos um produtor de lítio e avança a Atlas Lithium para a próxima fase da nossa trajetória de crescimento”, disse o CEO.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 28/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

CAMPOS NETO VOLTA A DEFENDER 'CHOQUE FISCAL POSITIVO' PARA QUE BRASIL TENHA JUROS MAIS BAIXOS

Segundo presidente do BC, é preciso mudar a desconfiança do mercado em relação à trajetória fiscal
Por Bernardo Lima — Brasília



Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, concede entrevista ao GLOBO — Foto: Maria Isabel Oliveira/Agência O Globo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a defender um conjunto de medidas que sejam interpretadas como um choque fiscal positivo para que o Brasil tenha juros estruturalmente mais baixos.

Em reunião com investidores organizada pelo Deutsche Bank, em Londres, Campos Neto afirmou que é necessário apresentar um “choque fiscal positivo” ao mercado financeiro, que tem desconfiança em relação à trajetória fiscal.

— Acredito que, se tivermos um choque fiscal muito grande, provavelmente conseguiremos sair com taxas mais baixas. Como esse processo vai acontecer eu não sei, e seria muito difícil dar um passo a passo do que eu acho que vai acontecer, mas acho que precisa ser algo que produza uma mudança de expectativa grande o suficiente para reverter a previsão de inflação e que impactasse a nossa reação de forma positiva — disse o presidente do BC.

O “choque fiscal positivo” vem sendo defendido por Campos Neto nas últimas semanas. Segundo o presidente da autoridade monetária, a falta de confiança na política fiscal do governo dificulta o processo de convergência da inflação para a meta.

— Isso é muito importante para nós, no BC, para sermos capazes de diminuir os juros de forma sustentável. Porque, no fim, nossa missão é atingir a meta de inflação, e é muito difícil fazer isso quando existe uma percepção de que o fiscal está desancorado — afirmou, em um evento na semana passada em São Paulo.

Na visão de Campos Neto, o governo enfrenta uma desconfiança do mercado em relação à capacidade do arcabouço fiscal em atingir as suas metas propostas.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, voltaram a Brasília nesta semana e devem ter como foco discussões sobre corte de gastos. Na semana passada, os dois estavam em Washington, onde participaram de reuniões do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do G20.

Haddad vem defendendo um “fortalecimento” do arcabouço fiscal.

— A Fazenda trabalha com questões estruturais, o arcabouço fiscal é uma questão estrutural, o reforço do arcabouço fiscal é uma questão estrutural. É diferente de você fazer bloqueio e contingenciamento que são momentâneos para fazer com que a lei aprovada pelo nosso governo seja respeitada — disse em conversa com jornalistas em Washington na semana passada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/10/2024

AÇÕES DA AZUL DISPARAM APÓS EMPRESA FECHAR ACORDO E OBTER US\$ 500 MILHÕES EM FINANCIAMENTO

Alta supera 10%. Com recursos, aérea vai reforçar caixa. Dívida poderá ser convertida em participação acionária



Por O Globo com agências internacionais — Rio de Janeiro

Avião da Azul em Confins: empresa conseguir fechar negociação com credores — Foto: Divulgação/Aeroporto de Confins

As ações da Azul Linhas Aéreas (AZUL4) operam em forte alta na manhã desta segunda-feira após a empresa

ter fechado acordo com detentores de títulos de dívida da companhia para obter até US\$ 500 milhões em novos financiamentos. Com isso, a empresa vai conseguir reduzir sua dívida e reforçar seu caixa, afastando a possibilidade de um pedido de recuperação judicial ou mesmo de uma associação com a concorrente Gol.

Os papéis iniciaram a sessão na Bolsa de Valores de São Paulo em leilão - o que ocorre em momentos de forte volatilidade. E, pouco antes das 10h20, subiam 10,26%, a R\$ 5,91.

— Todos achavam que a Azul ia quebrar. Mas todos os fornecedores estão ajudando. Pois o caminho escolhido é muito melhor para o fornecedor — disse à coluna Capital John Rodgerson, CEO da Azul.

A injeção de capital foi uma condição prevista em recente acordo da Azul com arrendadores para eliminar quase US\$ 550 milhões em obrigações em troca de uma participação acionária de cerca de 20% na empresa, o que analistas veem como fundamental para fortalecer a posição de caixa da companhia aérea.

No acordo com os detentores de títulos, a empresa receberá US\$ 150 milhões esta semana e outros US\$ 250 milhões até o final do ano em nova dívida, totalizando os US\$ 400 milhões que havia estipulado como meta. Outros US\$ 100 milhões podem ser disponibilizados posteriormente, informou a Azul.

O acordo, acrescentou a Azul, pode incluir uma potencial conversão de dívida em ações de até US\$ 800 milhões, caso a empresa consiga melhorar ainda mais seu fluxo de caixa reduzindo os custos em cerca de US\$ 100 milhões por ano.

Entre as maneiras para a Azul alcançar a redução de custos proposta estão negociações com arrendadores e fabricantes como a Embraer, Airbus e GE.

O anúncio de segunda-feira, disse a companhia aérea, também inclui um acordo para melhorar o fluxo de caixa em US\$ 150 milhões, reduzindo certas obrigações com arrendadores e fabricantes de equipamentos nos próximos 18 meses.

A Azul, uma das maiores companhias aéreas da América Latina, buscava há meses reforçar seu balanço patrimonial e lidar com o impacto da alta do dólar frente ao real.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/10/2024

VOLKSWAGEN PRETENDE FECHAR PELO MENOS TRÊS FÁBRICAS NA ALEMANHA EM TENTATIVA DE REDUZIR CUSTOS

Planos da montadora incluem ainda cortar dezenas de milhares de empregos, reduzir salários em 10% e o tamanho de todas as unidades restantes no país, segundo a chefe do conselho de trabalhadores

Por Bloomberg — Wolfsburg, Alemanha



Trabalhadores da Volkswagen participam de manifestação na sede da empresa, em Wolfsburg, após confirmação de que a montadora pretende fechar ao menos três fábricas na Alemanha — Foto: Bloomberg

A Volkswagen planeja fechar pelo menos três fábricas na Alemanha para reduzir custos e se tornar mais competitiva, disse nesta segunda-feira a chefe do conselho de trabalhadores na empresa, Daniela Cavallo. Com o anúncio, cerca de 25 mil trabalhadores se reuniram e participaram de uma manifestação na sede da empresa em Wolfsburg.

Os planos da maior montadora de veículos da Europa incluem também cortar dezenas de milhares de empregos, reduzir salários em 10% — plano que pode afetar cerca de 140 mil trabalhadores — e o tamanho de todas as unidades restantes no país, acrescentou Daniela, que também faz parte do conselho de supervisão da VW, em um discurso em Wolfsburg, Alemanha.

— Isso significa retirar ainda mais produtos, quantidades, turnos e linhas de montagem inteiras, muito além do que já fizemos até agora. Isso é um enfraquecimento gradativo — afirmou Daniela.

A reestruturação marcaria o primeiro fechamento de fábricas nacionais nos 87 anos de história da empresa e abriria uma disputa com os sindicatos.

A chefe do conselho de trabalhadores da VW disse aos funcionários reunidos na principal fábrica da empresa, situada em Wolfsburg, que os executivos tinham dois dias para reverter seus planos, sugerindo a possibilidade de futuras greves. O conselho de trabalhadores da empresa representa os funcionários da VW e ocupa metade das cadeiras no conselho de supervisão.

A Volkswagen já havia alertado que seriam necessárias medidas radicais. No início das negociações com os sindicatos, em setembro, o CEO Oliver Blume destacou os altos custos da marca VW, que enfrenta uma demanda em declínio na Europa e uma intensa concorrência da BYD na China.



O CEO Oliver Blume destacou os altos custos da marca VW, que enfrenta uma demanda em declínio na Europa e uma intensa concorrência da BYD na China — Foto: Bloomberg

As conversas com os sindicatos representam um grande teste para o CEO Oliver Blume, após confrontos com sindicatos terem derrubado vários de seus antecessores. Sindicalistas afirmam que os trabalhadores estão pagando pelos erros de gestão, incluindo uma transição mal executada para veículos elétricos e uma política de preços equivocada.

Produção interrompida por uma hora

Em protesto aos planos da montadora de fechar as fábricas, os trabalhadores da Volkswagen em toda a Alemanha interromperam a produção, ao mesmo tempo que líderes sindicais planejavam fornecer mais informações aos funcionários de 11 unidades alemãs sobre o andamento das negociações com a empresa.



Trabalhadores da Volkswagen, levando bandeiras do sindicato que os representa, participam de manifestação na sede da empresa em Wolfsburg — Foto: Liesa Johannssen/Bloomberg

Os eventos marcam o início de uma semana contenciosa para a maior montadora da Europa, que deverá registrar queda nas vendas e nos lucros ao divulgar os resultados do terceiro trimestre na quarta-feira.



O conselho de administração da montadora elaborou planos para economizar cerca de € 4 bilhões (US\$ 4,3 bilhões ou cerca de R\$ 25 bilhões) na marca VW, informou o jornal Handelsblatt no fim de semana. As propostas incluem um corte salarial universal de 10% e a suspensão dos aumentos salariais para 2025 e 2026, segundo o jornal, que cita pessoas familiarizadas com o processo.

Funcionária trabalha na linha de montagem da fábrica da Volkswagen AG em Wolfsburg — Foto: Bloomberg

A Volkswagen se recusou a comentar as negociações com os sindicatos, afirmando apenas que a situação é “séria” e que ambas as partes têm a responsabilidade de proteger o futuro da empresa.

A administração “ainda não apresentou um conceito coerente de como pretende levar a Volkswagen para o futuro”, acrescentou Daniela, em um boletim interno visto pela Bloomberg. Ela ressaltou que os executivos não estão dispostos a descartar o fechamento de fábricas e cortes de empregos.

A montadora tem enfrentado semanas difíceis desde que emitiu seu segundo alerta de lucro em três meses, no fim de setembro. Embora suas marcas premium, como Audi e Porsche, tenham sido as maiores fontes de lucro nos últimos anos, agora estão enfrentando dificuldades. Na sexta-feira, a Porsche informou que está considerando cortes de custos e revisando sua linha de modelos após uma queda na demanda na China afetar seus lucros.

Até agora, as negociações não produziram resultados. Um período de carência termina no próximo mês, com possíveis greves de advertência em unidades da VW na Alemanha a partir de 1º de dezembro.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/10/2024

CHINA REFORÇA CONTROLE SOBRE MINERAIS RAROS ESSENCIAIS PARA FABRICAÇÃO DE CHIPS DE COMPUTADOR

Principal produtor de minerais raros, Pequim está usando restrições de exportação e seu poder sobre empresas estatais para controlar ainda mais acesso aos materiais

Por The New York Times — Pequim, China



China tem papel dominante na mineração e refinamento de materiais raros — Foto: Bloomberg

O controle rígido que a China exerce sobre a mineração e o refino de minerais raros, ingredientes cruciais das tecnologias mais avançadas da atualidade, está prestes a se tornar ainda mais forte.

Em uma série de medidas tomadas nas últimas semanas, o governo chinês tornou consideravelmente mais difícil para empresas estrangeiras, especialmente fabricantes de semicondutores, comprar muitos metais de terras raras e outros minerais extraídos e refinados principalmente na China.

A China já produz quase todo o suprimento mundial desses materiais. As novas restrições solidificam esse domínio de mercado.

A partir de 1º de outubro, os exportadores devem fornecer às autoridades rastreamentos detalhados, passo a passo, de como as remessas de metais de terras raras são usadas nas cadeias de suprimentos ocidentais. Isso deu a Pequim maior autoridade sobre quais empresas estrangeiras recebem suprimentos escassos.

A China também está assumindo maior propriedade corporativa sobre a mineração e produção dos metais. Em um acordo que recebeu quase nenhuma atenção fora do país, as duas últimas refinarias de terras raras de propriedade estrangeira na China estão sendo adquiridas por uma das três empresas estatais que já administram as outras refinarias na China.

Os movimentos recentes de Pequim para assumir o controle da cadeia de suprimentos incluem outros elementos químicos obscuros que também são necessários para os fabricantes de semicondutores. Em 15 de setembro, o Ministério do Comércio da China restringiu as exportações de antimônio, um material usado em semicondutores, explosivos militares e outras armas. No ano

passado, o ministério impôs controles de exportação sobre dois outros elementos químicos, gálio e germânio, também necessários para fazer chips.

Autoridades de segurança nacional apertaram o fluxo de informações sobre terras raras. Eles rotularam a mineração e o refino de terras raras como segredos de estado. No mês passado, o Ministério da Segurança do Estado anunciou que dois gerentes da indústria de terras raras foram condenados a 11 anos de prisão por vazar informações para estrangeiros.

Os materiais são um campo de batalha na luta mais ampla entre a China e os Estados Unidos por tecnologia avançada, incluindo os semicondutores usados para inteligência artificial. Cada lado está impondo controles de exportação sobre os componentes que produz, enquanto tenta desenvolver cadeias de suprimentos em casa ou no exterior, com aliados confiáveis.

“A China monopolizou o mercado de processamento e refino de minerais essenciais, deixando os EUA e nossos aliados e parceiros vulneráveis a choques na cadeia de suprimentos e minando a segurança econômica e nacional”, disse uma declaração da Casa Branca no mês passado.

Daan De Jonge, diretor de produtos para minerais críticos na Benchmark Mineral Intelligence, uma empresa de consultoria de Londres, comparou o risco de interrupções no fornecimento à “espada de Dâmocles, pairando sobre o mercado, pronta para atacar a qualquer momento”.

Por dois meses em 2010, a China proibiu exportações de metais de terras raras para o Japão durante uma disputa territorial. Mas a iniciativa atual de Pequim é muito mais ampla.

O Ministério do Comércio da China afirma que está tomando medidas para conservar recursos naturais escassos, desencorajar a proliferação de armas e proteger a segurança nacional do país.

Terras raras da China são usadas em caças furtivos F-35 de fabricação americana, bem como em turbinas eólicas, motores de carros elétricos, lentes de câmeras e conversores catalíticos em carros movidos a gasolina. A demanda por elas deve crescer. A Agência Internacional de Energia previu que as indústrias de energia limpa, como turbinas eólicas e carros elétricos, precisariam de sete vezes mais terras raras em 2040 do que precisariam em 2020.

Um exemplo do poder crescente da China é o disprósio, uma terra rara vendida por mais de US\$ 100 o quilo. Anteriormente usado principalmente como aditivo em ímãs poderosos para carros elétricos, o disprósio é altamente resistente ao calor. Isso o torna um componente cada vez mais importante de semicondutores avançados.

Nos últimos anos, a Nvidia e outros fabricantes de chips de computador mudaram o material usado em centenas de pequenos dispositivos de gerenciamento de eletricidade, chamados capacitores, em cada chip. Os capacitores agora são feitos de disprósio ultrapuro. As refinarias da China produzem 99,9 por cento do disprósio do mundo, principalmente em uma única refinaria em Wuxi, perto de Xangai.

Essa refinaria é uma das duas últimas na China ainda em mãos estrangeiras, após a compra ou nacionalização do restante da indústria pelo governo. O antigo proprietário de ambas as refinarias é uma empresa canadense, a Neo Performance Materials.

A Neo anunciou recentemente que, até o final do ano, venderia uma participação de 86 por cento na refinaria de Wuxi para a Shenghe Resources, uma empresa chinesa negociada na bolsa de valores de Xangai. O maior acionista da Shenghe é o Ministério de Recursos Terrestres da China. A Neo está fechando a outra refinaria, 400 milhas (aproximadamente 644 km) ao norte em Zibo, China, e transferindo seu equipamento e pessoal para a Shenghe.

O presidente-executivo da Neo, Rahim Suleman, disse que sua empresa manteria a capacidade de vender para empresas estrangeiras. Ela tem o direito de comercializar terras raras para clientes internacionais da refinaria de Wuxi por cinco anos. Além disso, a Neo tem outra refinaria na Estônia

que processa algumas terras raras, embora não disprósio. Ela construiu uma nova fábrica em Zibo para transformar terras raras em produtos químicos de conversores catalíticos para carros.

O controle cada vez mais forte da China sobre as cadeias de fornecimento de terras raras acelerou os esforços para estabelecer cadeias de fornecimento em outros países.

A Solvay, uma empresa belga, refina pequenas quantidades de disprósio na França e disse que planeja aumentar a produção. Uma empresa australiana, a Lynas, disse que começaria a refinar disprósio na Malásia no ano que vem. O trabalho começou em uma refinaria no Texas.

Mas todos esses planos enfrentam obstáculos. Poucas minas fora da China e de Mianmar, uma nação inquieta na fronteira sudoeste da China, têm concentrações comercialmente viáveis de disprósio. Empresas chinesas têm comprado participações ou direitos de produção em minas que estão sendo desenvolvidas na Tanzânia, Groenlândia e Austrália. E refinarias de terras raras geralmente levam anos para começar.

Produzir o disprósio ultrapuro necessário para os chips de computador que executam programas de inteligência artificial é particularmente difícil: a Neo levou sete anos de tentativa e erro para dominar o processo químico de 100 etapas em sua refinaria de Wuxi. A Solvay, a empresa belga, disse que seu aumento inicial na produção de disprósio no início do próximo ano seria para ímãs, uma aplicação menos exigente.

A única mina de terras raras americana, em Mountain Pass, Califórnia, tem baixas concentrações de disprósio em seu minério. Mas a MP Materials, dona da mina, tem um contrato com o Departamento de Defesa para atualizar seu sofisticado equipamento de refino para poder extrair disprósio.

“Se houvesse uma situação em que houvesse pânico e o custo não fosse um problema, teríamos muito disprósio separado rapidamente”, disse James Litinsky, presidente e executivo-chefe da MP Materials.

Os países vêm tentando diversificar as cadeias de suprimentos desde 2010, quando a China impôs um embargo de dois meses às remessas de terras raras para o Japão durante uma disputa territorial. Tem se mostrado difícil competir com empresas chinesas, que têm custos de produção mais baixos e estão dispostas a cortar preços e sustentar perdas financeiras.

“Em um sentido puramente comercial, tem sido difícil justificar um investimento fora da China, embora haja muita conversa”, disse Roderick G. Eggert, economista de minerais da Colorado School of Mines.

A China também ganhou uma vantagem por meio de avanços na química que permitem que as refinarias extraiam mais terras raras a um custo menor. A China tem 39 universidades com programas para treinar engenheiros e pesquisadores para a indústria de terras raras. As universidades nos Estados Unidos e na Europa têm oferecido, em sua maioria, apenas cursos ocasionais.

Michael Silver, presidente e diretor-executivo da American Elements, uma fabricante e distribuidora de produtos químicos sediada em Los Angeles, disse que as refinarias de terras raras na China “têm sistemas de extração de solventes que estão literalmente uma geração à frente de qualquer coisa lá fora”.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/10/2024

HADDAD SE REÚNE COM LULA NESTA SEGUNDA PARA DISCUTIR CORTE DE GASTOS

Ministro estava nos Estados Unidos, onde participou de reuniões do FMI e do G20
Por Thaís Barcellos — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista sobre o G20, no FMI — Foto: Ministério da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda-feira à tarde, no Palácio da Alvorada, para discutir corte de gastos.

O chefe da equipe econômica voltou a Brasília nesta segunda depois de votar em São Paulo e passar a semana passada em Washington, onde participou de reuniões do Banco Mundial, do

Fundo Monetário Internacional (FMI) e do G20.

Com o ministro fora de Brasília, os técnicos se debruçaram para apresentar agora uma série de opções de medidas, que antes de serem enviadas ao Congresso Nacional serão analisadas pelo presidente Lula.

Como será preciso aprovar mudanças na legislação, a estratégia foi aguardar o segundo turno das eleições municipais para aprofundar as discussões. A equipe econômica evitou até o momento detalhar o escopo das medidas, mas sustenta que é preciso reduzir as despesas obrigatórias para manter o arcabouço fiscal.

Nas rodadas de conversas anteriores com os ministros, Lula deixou claro que não pretende desvincular benefícios previdenciários permanentes, como aposentadorias, das regras de reajuste do salário mínimo, que englobam a reposição da inflação e o crescimento da economia.

Os técnicos da área econômica estudam mudanças nos benefícios temporários, como seguro-desemprego, abono e assistenciais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No entendimento da Fazenda, as medidas são necessárias para assegurar a retomada do grau de investimento até o fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026. Esse discurso vai ser encampado pela pasta de Haddad como forma de convencer o presidente Lula e o Congresso Nacional da necessidade da agenda, além de tentar blindar as medidas.

A equipe econômica trabalha em um pacote de revisão de gastos mirando um corte de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões em despesas.

O corte de gastos mira um mix de resultados. Ao mesmo tempo que se espera melhorar o resultado das contas públicas em si, a Fazenda também quer garantir que o arcabouço fiscal pare de pé a partir de 2026, quando se calcula que as despesas obrigatórias passarão a consumir uma parte maior do Orçamento.

Em 2027, sem mudanças de regras, quase não haveria espaço para despesas não obrigatórias, como investimentos e custeio da máquina pública.

No início de novembro, a partir do dia 3 e até o dia 9, Haddad deve fazer uma viagem para países europeus. O ministro deve passar por quatro ou cinco capitais. As agendas ainda estão sendo definidas. A viagem deve ocorrer poucos dias antes do G20 no Brasil, que acontece na segunda quinzena de novembro no Rio de Janeiro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/10/2024

TEBET DIZ SER A HORA DE ACABAR COM POLÍTICAS PÚBLICAS INEFICIENTES: 'TEMOS QUE TER A CORAGEM DE CORTAR'

Declaração é dada no momento em que governo discute redução de despesas

Por Geralda Doca — Brasília



A ministra do Planejamento, Simone Tebet — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/13-06-2024

Em meio às discussões no governo sobre necessidade de redução de gastos para equilibrar as contas públicas, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu nesta segunda-feira o corte de políticas públicas ineficientes. Segundo ela, o Brasil está fazendo o dever de casa, mas falta ter a coragem para cortar porque não existe "social sem fiscal".

— Não existe social sem fiscal. Os números estão aí para mostrar que tudo que tinha que dar certo deu. Só falta uma coisa: temos que ter a coragem de cortar aquilo que é ineficiente. Erros, fraudes já foram cortados em 2023 porque eles eram frutos da pandemia. Agora, é hora de acabar com políticas públicas que são ineficientes — disse a ministra, durante evento da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em São Paulo.

Tebet destacou que a redução de despesas é importante para aumentar o volume de investimentos no Brasil, sobretudo em infraestrutura.

— É preciso investimento privado no Brasil, só investimento público é insuficiente. Entre os países emergentes, nós estamos bem abaixo. Só conseguiremos alavancar isso fazendo o dever de casa, como estamos fazendo, garantido segurança jurídica, estabilidade — disse a ministra.

Segundo a ministra, o corte das políticas ineficientes não visa somente ao superávit. Mas trazer maior eficiência ao gasto.

Tebet e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltaram a Brasília nesta semana e devem ter como foco discussões sobre corte de gastos. Na semana passada, os dois estiveram em Washington, onde participaram de reuniões do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do G20.

O colunista do GLOBO Lauro Jardim informou neste domingo que Fernando Haddad tem uma reunião marcada com o presidente Lula sobre o tema. Nela, o martelo poderá ser batido. Ou eventualmente a decisão será adiada para a primeira semana de novembro, não mais do que isso.

Como será precisar aprovar mudanças na legislação, a estratégia foi aguardar o segundo turno das eleições municipais para aprofundar as discussões. A equipe econômica evitou até o momento detalhar o escopo das medidas, mas sustenta que é preciso reduzir as despesas obrigatórias para manter o arcabouço fiscal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

INTEGRANTES DE FUNDOS DE PENSÃO DE ESTATAIS LANÇAM MANIFESTO CONTRA INGERÊNCIA DE LULA EM ENTIDADES

Com quase 25 mil adesões de funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil, da Petrobras, da Caixa e dos Correios, documento se opõe ao uso de planos fechados de previdência pelo governo para impulsionar obras do PAC

Por José Fucs

A intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de voltar a usar os grandes fundos de pensão de empresas estatais para bancar investimentos em obras de infraestrutura, em especial nos projetos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), como aconteceu em governos anteriores do PT, está gerando reações em série de participantes das entidades.

Preocupados com uma nova onda de interferência política na gestão do patrimônio dos fundos, que tiveram prejuízos bilionários no passado recente e em alguns casos precisaram promover um aumento significativo nas contribuições para cobrir as perdas, os participantes lançaram um manifesto digital em que criticam a iniciativa do governo e defendem a realização de investimentos que não coloquem em risco o pagamento das aposentadorias.

Segundo números divulgados pelo grupo, o manifesto, lançado no fim de agosto, obteve quase 25 mil adesões de integrantes da ativa e aposentados dos fundos do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (Petros), da Caixa (Funcef) e dos Correios (Postalis), cujo patrimônio total alcançava cerca R\$ 510 bilhões no fim de 2023, de acordo com dados da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).



Manifesto de participantes de fundos de pensão de estatais, como o Previ, do Banco do Brasil, afirma que patrimônio "não está à disposição da União, para aplicação em projetos de seu interesse" Foto: Fernando Bizerra/Agência Senado

Embora representem apenas 3,9% dos 630 mil participantes e assistidos das quatro instituições, as adesões ao manifesto, que circulou no grupo Fundos de Pensão Unidos do Telegram e do WhatsApp e foi compartilhado nas redes sociais de associações independentes de segurados, revelam uma resistência aguerrida aos planos de Lula, de usar novamente o dinheiro dos trabalhadores para a realização de investimentos públicos de retorno duvidoso.

“Os recursos dos fundos de pensão são privados. Não são recursos públicos à disposição do Orçamento da União para aplicação em projetos de seu interesse. Destinam-se, unicamente, ao pagamento de benefícios de aposentadoria complementar concedidos e a conceder”, diz o manifesto, organizado por integrantes dos quatro grandes fundos.

“Os participantes não podem admitir ingerências nos seus fundos de pensão, principalmente quando eles são fomentados a praticar atos que já se revelaram danosos no passado”, acrescenta o documento, dirigido a Lula, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e aos presidentes do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), do TCU (Tribunal de Contas da União), da CGU (Controladoria-Geral da União) e do CMN (Conselho Monetário Nacional).

No manifesto, os organizadores incluem o e-mail assessoriaconsultor@gmail.com para envio das respostas dos destinatários, mas dizem preferir que isso seja feito por meio de “atitudes ou providências efetivas” dos órgãos e representantes do governo que receberam o documento, principalmente os de regulação e de supervisão do setor.

Servidores

Diversas associações de integrantes dos quatro fundos apoiaram o manifesto e se colocaram publicamente contra a iniciativa do governo, como a Apaprevi, entidade que defende os interesses dos participantes e assistidos do Previ e da Cassi (administradora de planos de saúde fundada por funcionários do BB em 1944), a Fenaef (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal) e a AVPP (Associação Virtual dos participantes do Fundo de Pensão Petros).

Numa outra frente, o movimento contra a iniciativa do governo envolve também, conforme reportagem publicada pelo Estadão, os participantes do fundo dos servidores federais do Executivo e do Legislativo (Funpresp-Exe), que lançaram seu próprio abaixo-assinado, no qual defendem a criação de uma modalidade de investimento mais conservadora, com aplicação exclusiva em títulos



públicos, para “blindar” a gestão do patrimônio contra ingerências políticas e reduzir riscos de mercado.

Um vídeo sobre o manifesto, produzido por Edvaldo Souza, que se apresenta como participante da Previ e presidente da Apaprevi, divulgado quando o grupo havia conseguido cerca de seis mil adesões em apenas 24 horas, viralizou nas redes sociais e entre funcionários e aposentados da entidade e de outros fundos de pensão de estatais.

“Esse manifesto é para mostrar a nossa discordância e a indignação a respeito da ingerência externa que está ocorrendo em nossos fundos de pensão por parte do governo”, afirma Souza, um dos que organizaram o documento, ao lado de participantes do Petros, do Funcef e do Postalis.

“Vocês têm acompanhado as notícias de que o governo e os presidentes dos fundos de pensão se reuniram recentemente. O objetivo é tentar convencer os presidentes dos fundos a aplicar em infraestrutura em nosso país, porque o governo não tem o orçamento necessário para fazê-lo. No entanto, os nossos recursos não são para financiamento de obras públicas. Os nossos recursos têm o objetivo de pagar as nossas aposentadorias e precisam ser aplicados em ativos seguros, com boa rentabilidade e liquidez. E a aplicação em recursos de infraestrutura já deu muito errado no passado.”

Flexibilização

Souza, que não retornou os contatos feitos pelo Estadão, cita como exemplo no vídeo o caso da Sete Brasil (empresa que forneceria navios-sonda para exploração do pré-sal). A Sete entrou com pedido de falência na Justiça em março e estava envolvida no escândalo do petrolão, o propinoduto pelo qual “vazaram” bilhões de reais da Petrobras nas gestões anteriores do PT.

Segundo Souza, o Previ investiu R\$ 180 milhões na Sete e dez anos depois conseguiu receber de volta R\$ 190 milhões (retorno de 5,5% no período), graças a um acordo feito com a Petrobras. “Se esses recursos fossem aplicados em bons ativos, nós poderíamos ter mais do que o dobro do que isso em dez anos”, diz. Ele menciona também o caso da Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura) e afirma que o Previ, o Petros e o Funcef investiram bilhões na empresa, que hoje está com patrimônio líquido negativo. As dívidas superam seus ativos em cerca de R\$ 3,5 bilhões.

“Pobres trabalhadores das estatais brasileiras que, mais uma vez, verão os recursos suados de suas aposentadorias serem drenados para obras sem fim, que frequentemente são embargadas e se tornam objeto de litígios na Justiça”, afirma a economista Martha Seillier, ex-diretora do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ex-secretária especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), ao comentar os planos de Lula.

O alarme contra a possível reedição da estratégia fracassada do passado pelo atual governo, que levou à mobilização de participantes dos principais fundos e à apresentação do manifesto, soou em 21 de agosto, com a publicação de uma reportagem pelo jornal O Globo sobre a reunião realizada por Lula com os dirigentes das instituições – mencionada por Souza no vídeo – para tratar do apoio às obras do governo e da flexibilização nos critérios de investimento.

A reunião teria contado também com a presença de Haddad e do diretor-superintendente da Previc, Ricardo Pena. Haddad alegou que as alterações em estudo nas normas de investimento dos fundos representam apenas uma “mudança regulatória”. Pena, que teve uma primeira passagem pelo comando da Previc em 2010 e 2011, negou sua presença no encontro, em nota divulgada pela assessoria de imprensa do órgão ao Estadão. O jornal ainda procurou o Previ, o Petros, o Funcef e o Postalis para falar sobre as intenções de Lula, mas as assessorias de imprensa dos fundos informaram que eles não iriam comentar o assunto.

“A Previc não participou da referida reunião com o presidente da República”, diz a nota do órgão. “Os fundos de pensão seguem regras rígidas. Toda decisão precisa ter aderência ao plano de investimentos, ser aprovada pelo comitê de investimento e pela diretoria da entidade, envolvendo um amplo e complexo processo decisório. Portanto, as regras de governança impedem qualquer tipo de ingerência política.”

A Previc disse também na nota que “não existe ‘flexibilização’ das regras de investimento”, endurecidas no governo Temer, após as perdas bilionárias registradas nos governos do PT em vários fundos de pensão das estatais. Na época, os fundos se tornaram também alvos de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) e de investigações da Polícia Federal, sob acusação de malfeitos na gestão.

De acordo com a nota, o que a Previc pretende é alterar a Resolução 4994/2022, do CMN, que rege os investimentos dos fundos de pensão, para adaptá-la à Resolução 175/2022, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que criou novos produtos de investimento, como o Fiagro (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais) e títulos com lastro em créditos de carbono.

A mudança deverá incluir também a possibilidade de as entidades investirem em debêntures de infraestrutura, lançadas por Haddad neste ano, que é outra forma de viabilizar investimentos dos fundos no PAC, como pretende Lula, além de acabar com a restrição para aplicações em imóveis e a obrigatoriedade de venda de todos os ativos existentes na área até 2030.

“A Previc avaliou tecnicamente a viabilidade de cada produto para as fundações de previdência complementar”, afirma a nota. “Caso não seja atualizada a Resolução 4994/2022, do CMN, os fundos de pensão estarão impedidos de aplicar em boas oportunidades de investimento, com impacto na rentabilização das reservas de seus planos, em prejuízo do patrimônio de participantes e assistidos.”

Esquema do PT

Apesar das restrições legais criadas no governo Temer para evitar interferência política nos investimentos dos fundos, a mudança promovida na cúpula do Previ e a possível troca de comando no Funcef, apoiadas por Lula, reforçaram a percepção de que o esquema implementado em governos anteriores do PT acabará se impondo, como ocorreu com a nomeação de políticos e sindicalistas para a direção das estatais, proibida pela legislação aprovada em 2016, mas liberada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) nos casos formalizados antes do julgamento do processo sobre a questão pela Corte.



O sindicalista João Fukunaga, presidente do Previ, foi afastado duas vezes do cargo pela Justiça por não ser considerado habilitado para exercê-lo

O caso do sindicalista João Luiz Fukunaga, que assumiu o comando da Previ, maior fundo de pensão da América Latina, com mais de R\$ 200 bilhões em ativos, depois de ter sido afastado duas vezes do cargo pela Justiça por não ser considerado habilitado para a função, é emblemático.

Embora tenha sido considerado apto para o posto pelo TCU e recebido “atestado de habilitação” da Previc, Fukunaga – que foi indicado pelo governo Lula para a presidência da Previ em fevereiro de 2023 – atuava como secretário de Organização e Suporte Administrativo no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Por não atender ao requisito de ter três anos de atividade, no mínimo, nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, atuária, de fiscalização, de previdência ou de auditoria, exigido pela legislação para participar da diretoria executiva de caixas de previdência, a ascensão de Fukunaga deixou patente o caráter político de sua indicação e ampliou os temores dos participantes da Previ de que a gestão dos investimentos da entidade possa voltar a prejudicar seus interesses.

“Que experiência tinha o Sr. João Fukunaga? Nenhuma em fundos de pensão ou como gestor de ativos”, diz Souza, da Apaprevi, em publicação feita na página da associação no Facebook. “Nós, associados e participantes da Previ, devemos ficar vigilantes sobre a utilização de nossos recursos, tão duramente construídos ao longo de décadas de vida laboral”.



A possível troca do atual presidente do Funcef, Ricardo Pontes, que trabalha há mais de trinta anos na Caixa, por Ricardo Back, atual chefe de gabinete de Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais, é outro caso que reforça a percepção de “(re)aparelhamento” dos grandes fundos de pensão das estatais, para viabilizar a estratégia de Lula, de usar o patrimônio das entidades para bancar projetos do governo.

Conforme informação publicada pelo site Metrôpoles, a indicação de Back – que é formado em jornalismo e atuava na XP Investimentos como sócio e responsável pela área de análise política antes de trabalhar com Padilha – foi feita há quinze dias por Haddad ao presidente da Caixa, Carlos Vieira, mas a mudança, para ser confirmada, ainda tem de ser aprovada pelo conselho do Funcef.

Até agora, porém, segundo a nota sobre a questão enviada pela assessoria de imprensa do fundo ao Estadão, a entidade não foi comunicada sobre “eventual troca” no comando. “O presidente do Funcef, Ricardo Pontes, cujo mandato vai até 2027, segue normalmente sua rotina de trabalho”, diz a nota.

Desde já, pelo sim ou pelo não, os participantes do Funcef, que tem um patrimônio de R\$ 100 bilhões e cerca de 140 mil segurados entre funcionários da ativa e aposentados, estão se mobilizando contra a substituição de Pontes, que é formado em administração e vem gerando bons resultados à frente da instituição. “As entidades representativas dos empregados e aposentados da Caixa receberam com imensa preocupação a informação de que haverá troca de comando na Funcef, com a substituição do atual presidente Ricardo Pontes”, diz nota da Fenacef, que reúne diferentes associações de participantes do plano de aposentadoria da Caixa. “Essa suposta intervenção na Funcef, com a troca de comando, traz preocupação às entidades com a possibilidade de interferência política e gestão temerária por agentes externos.”

Depois de todas as perdas e irregularidades ocorridas com os fundos de pensão das estatais nos governos do PT e das mudanças promovidas na legislação no governo Temer para protegê-los contra interferências políticas, muitos analistas imaginaram que uma nova era tinha se iniciado na gestão do patrimônio das entidades. E até foi assim que a coisa funcionou por algum tempo. Mas, decorridos apenas dois anos do governo Lula 3, a sensação que se tem é de que o País está voltando no tempo, ao resgatar práticas que deixaram um rombo bilionário pelo caminho, a ser quitado durante anos, muitas vezes, pelos próprios participantes dos fundos, tanto da ativa como aposentados, e também pelas estatais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2024

CAMPOS NETO: JURO MENOR DEVE DEMANDAR MEDIDAS FISCAIS DE ‘CHOQUE POSITIVO’

O presidente do BC diz que não tem ideia do que está sendo desenhado pela equipe econômica, que promete entregar um plano de corte de despesas no pós-eleições municipais

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira, 28, que uma redução sustentável dos juros no Brasil provavelmente só será possível se for acompanhada de medidas vistas pelo mercado como um “choque fiscal positivo”. Ele repetiu que quedas estruturais das taxas foram historicamente acompanhadas de medidas positivas nas contas públicas.

“Quando olhamos para o prêmio na ponta longa e aí por diante, achamos que, se quisermos mesmo ser capazes de diminuir os juros e de viver com juros menores, provavelmente precisaremos estar dispostos a sinalizar para o mercado medidas que serão interpretadas como um choque positivo”, afirmou.

Campos Neto disse que os números fiscais do Brasil, tanto no que diz respeito ao resultado primário, como na evolução prevista para a dívida, são similares aos de outros emergentes, embora o ponto

de partida da dívida do País seja maior. Na avaliação dele, os prêmios cobrados parecem incompatíveis com os fundamentos fiscais, embora haja explicações em termos de risco.



'Tivemos algumas notícias desfavoráveis recentemente', diz Campos Neto
Foto: Alex Silva / Estadão

“Eu reconheço que tivemos algumas notícias desfavoráveis recentemente, especialmente quando olhamos para a percepção do mercado de que alguns números (fiscais) estão se tornando menos transparentes”, ele disse.

Campos Neto, ao participar de uma reunião com investidores organizada pelo Deutsche Bank, em Londres, disse que não sugere políticas fiscais para o Ministério da Fazenda e que não tem ideia do que está sendo desenhado pela equipe econômica, que promete entregar um plano de corte de despesas no pós-eleição.

“A única coisa que tenho dito é que parece haver um prêmio de risco crescente que eu acho que está cada vez mais associado à política fiscal. Eu acho que, para que isso seja revertido, você precisa criar uma percepção de que você fez algo que pode mudar o quadro estruturalmente. Eu espero que o plano que for anunciado seja um plano que seja percebido pelo mercado como sendo capaz de fazer isso”, disse, em relação aos planos do ministério da Fazenda para o corte de gastos.

Campos Neto ainda frisou que essas ações mecanicamente não afetam a política monetária, mas que se houver um choque positivo, terá influência no longo prazo em diversas variáveis. “Não é mecânico, mas eu diria que eu acredito que se você tiver um choque positivo muito grande você provavelmente vai conseguir viver com taxas de juros mais baixas”, explicou. Mais cedo, ele já havia ponderado que as transferências de governo cresceram em todo o mundo, inclusive no Brasil, e com impacto no consumo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/10/2024

APÓS DOIS ANOS, TRANSAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES VOLTAM A SUBIR, DIZ PWC

Estrangeiros voltam a ganhar espaço nas operações após perderem espaço entre 2015 e 2020
Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)



Compra da Wilson Sons pela suíça MSC demonstra reaquecimento das operações. Foto: Wilson Sons

As transações de fusões e aquisições (M&A, em inglês) voltaram a crescer, após um período de dois anos de quedas, mostram dados da PwC. Com o reaquecimento dos negócios, até a participação dos estrangeiros, que estavam caindo desde 2015, quando alcançou 49% das operações, voltaram a melhorar. Prova disso é que só nas últimas semanas, grandes negócios tiveram a presença

de estrangeiros, como os suíços da MSC comprando a Wilson Sons.

Nos primeiros nove meses de 2024, os estrangeiros estiveram presentes em 18% das transações, depois de quedas sucessivas entre 2015 e 2020. Nos últimos quatro anos, o percentual de participação dos investidores de fora nos M&A tem oscilado entre 17% e 20%.

Já os negócios em geral nos nove meses até setembro deste ano, há expansão de 1,5% na quantidade de M&A, número pequeno, mas que mostra uma tendência de reversão da piora de anos



anteriores, quando recuaram 6,2% em 2022 e 17,3% em 2023. “O mercado parou de cair e começa a ensaiar uma retomada”, comenta o sócio líder da PwC na área de M&A, Leonardo Dell’Oso.

Sobre a retração dos estrangeiros, Dell’Oso afirma que uma série de eventos no País fez com que esse investidor considerasse o Brasil mais arriscado. Entre eles estão a Lava Jato, a insegurança jurídica, instabilidade política em meio ao impeachment de Dilma Rousseff, perda do grau de investimento, economia fraca e a alta do juro no exterior nos últimos anos. Investidores da Ásia e Europa preferiram alocar seus recursos em títulos da dívida americana do que em fundos que compram empresas.

Até mesmo a alta do juro brasileiro desestimulou investimentos de empresas que tinham recursos para alocar em suas subsidiárias no Brasil e consideraram como uma melhor opção aplicar na renda fixa ao invés de apostar em uma transação. Além disso, o custo para tomar empréstimo para financiar as transações subiu junto à aceleração das taxas de juro, acrescenta Dell’Oso.

O menor percentual de estrangeiros sobre o total das operações locais foi atingido em 2021, chegando a 17%, justamente quando o número de transações de M&A explodiu, como consequência da pandemia, a qual empurrou várias empresas para essa alternativa de captação de recursos para equalizar desequilíbrios financeiros causados pelo isolamento social da Covid-19.

“O investidor estrangeiro estava mais preocupado em focar os seus recursos em mercados onde ele tinha mais atividade, nos seus mercados domésticos e deixar o investimento no exterior para o segundo plano”, diz. Em 2021, aconteceram 1.659 transações no total, um recorde.

Queda na participação de estrangeiros começa a ser revertida

O sócio da PwC vê esse movimento de queda da participação de estrangeiros se invertendo. Um dos indícios são operações que a própria empresa de auditoria tem feito que precedem às de M&A, as análises prévias dos números da empresa a ser adquirida.

“Tenho atualmente uns 10 projetos e oportunidades de empresas japonesas envolvidas em processos de M&A no Brasil, a maioria está buscando comprar participação em empresas brasileiras”, afirma.

Uma das explicações para essa volta de olhar ao País está na desaceleração econômica da China e implicações do ‘nearshoring’, com cadeias produtivas se realocando em países mais alinhados às matrizes.

“O Brasil tem sido um país de interesse de investimento, porque aqui a gente tem uma economia grande e estratégica, diversificada e temos segurança”, diz. Para ele, ainda que o retorno dos estrangeiros esteja acontecendo lentamente, o movimento deve dar mais visibilidade quanto aos negócios no País ao mercado internacional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2024

COP-16: SETOR PRIVADO PROPÕE AO GOVERNO FINANCIAMENTO HÍBRIDO À BIOECONOMIA; ENTENDA

Durante evento na Colômbia, representantes do CEBDS entregaram à ministra Marina Silva e a integrantes da Fazenda recomendações para o desenvolvimento da agenda no Brasil

Por Shagaly Ferreira

Empresas associadas ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) estão interessadas em ampliar as parcerias financeiras com o governo federal para o desenvolvimento da bioeconomia no Brasil. O grupo defende a criação de mecanismos de blended finance (financiamento misto), como linhas de crédito público-privadas, para dar suporte a produtos e iniciativas desse mercado.

A recomendação está listada no documento Recomendações do Setor Empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento da Bioeconomia, elaborado pelas companhias integrantes do CEBDS com uma série de reivindicações e orientações do segmento para o poder público. Além disso, elas apontam os gargalos que têm impedido o avanço do tema no Brasil.

Nesta segunda-feira, 28, o material foi entregue pela presidente da entidade, Marina Grossi, à ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e a representantes do Ministério da Fazenda, em Cali (Colômbia), durante um encontro paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP-16). Segundo o CEBDS, dentre as companhias envolvidas na iniciativa estão Petrobras, Natura, Nestlé, Suzano, Pepsico, Santander, Siemens, Ambipar, Banco da Amazônia e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), entre outras.



Marina Grossi (CEBDS) e Marina Silva (MMA), na COP-16 Foto: Laurame Photography/CEBDS

Segundo o relatório, o setor privado aponta como uma das principais barreiras para as iniciativas da bioeconomia no Brasil a falta de infraestrutura financeira adequada à agenda, acompanhada da dificuldade de acesso a crédito pelos pequenos produtores, além da ausência de regulamentação ao mercado de carbono e à política de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Como exemplo, são citados dados da organização Climate Policy Initiative de 2024. Eles apontam que a agricultura familiar e os produtos da biodiversidade receberam juntos somente 17% de todo o financiamento destinado à bioeconomia no Brasil entre 2021 e 2023, e o crédito rural foi a principal fonte de financiamento para os produtos da biodiversidade.

Como soluções para esses desafios, o segmento propõe, além do financiamento híbrido, linhas de crédito específicas, estratégias de acesso a recursos internacionais, financiamento atrelado a garantias de compra (trade finance) para pequenos produtores, fortalecimento do mercado voluntário de carbono com padronização e certificações de créditos verdes e outros instrumentos regulatórios que dêem segurança jurídica a esse mercado.



Setor privado associado ao CEBDS entregou recomendações ao governo brasileiro para a agenda da bioeconomia em evento na Colômbia Foto: Laurame Photography/CEBDS

“O financiamento para as cadeias da bioeconomia tem gargalos específicos, e hoje os instrumentos financeiros existentes não dão conta de fazer com que os recursos cheguem a elas”, explica a diretora de Natureza e

Sociedade do CEBDS, Juliana Lopes, ao Estadão. “Por isso, é necessário o redirecionamento de programas que resolvam problemas de infraestrutura e, no que diz respeito a empréstimos e investimentos, é preciso inovações para que os recursos cheguem na ponta. Entre esses instrumentos estão as finanças híbridas, com espaço para alianças estratégicas com setor privado, com filantropia e com fontes internacionais.”

Produção sem desmatamento

Outro ponto indicado como de resolução prioritária para o setor se refere ao avanço do desmatamento, principalmente o que afeta as terras públicas brasileiras. Segundo o documento, a atividade agropecuária de baixa produtividade, a grilagem e o garimpo ilegal são os principais vetores de desmatamento no País. No Cerrado, por exemplo, 47% da vegetação nativa já foi perdida.

O segmento propõe não só zerar o desmatamento ilegal no Brasil como, gradualmente, acabar com desmatamento legal no País, fortalecendo políticas de comando e controle das regiões e acelerando a regularização ambiental, com a implementação completa do Código Florestal.



Juliana Lopes é diretora de Natureza e Sociedade do CEBDS Foto: Divulgação/CEBDS

“O desmatamento é hoje o principal desafio que pode comprometer o desenvolvimento da bioeconomia, tanto em termos reputacionais, por conta do acesso a mercados presentes e futuros, quanto em relação ao potencial do que ainda está por vir, tendo em vista que grande parte da biodiversidade sequer é conhecida e uma das dimensões desse mercado é a biotecnologia (que poderá fazer essas

descobertas)”, diz Lopes.

Economia verde em pauta

A entrega do relatório ao governo federal se junta a outras iniciativas de advocacy (defesa de causa) do setor privado por meio do CEBDS relacionados à economia verde. Mais recentemente, o grupo encabeçou uma coalizão de executivas do setor financeiro e gestoras do poder público para mobilizar estratégias de mitigação das mudanças climáticas no Brasil, de olho nas oportunidades da COP-30, que será realizada no País em 2025.

O movimento nomeado como “Women Leading on Climate” (Mulheres liderando o clima, em português) foi idealizado pela entidade em parceria com a organização internacional We Mean Business Coalition, durante a Semana do Clima em Nova York (EUA), em setembro. O grupo é formado por mulheres líderes que atuam no Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Microsoft Brasil, Neoenergia, entre outras.

Para Lopes, o momento é uma oportunidade de ação pautada na convergência entre as COPs. “Existem um grande denominador comum em torno da bioeconomia: ela é um tema prioritário para a vasta gama de setores representados pelo CEBDS. Essa agenda pode ser muito efetiva na construção de soluções integradas para as três crises que nós vivenciamos: a climática, a da perda de biodiversidade e a das desigualdades sociais. É uma nova proposta de modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2024

CAMPOS NETO: JURO MENOR DEVE DEMANDAR MEDIDAS FISCAIS DE ‘CHOQUE POSITIVO’

O presidente do BC diz que não tem ideia do que está sendo desenhado pela equipe econômica, que promete entregar um plano de corte de despesas no pós-eleições municipais

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira, 28, que uma redução sustentável dos juros no Brasil provavelmente só será possível se for acompanhada de medidas vistas pelo mercado como um “choque fiscal positivo”. Ele repetiu que quedas estruturais das taxas foram historicamente acompanhadas de medidas positivas nas contas públicas.

“Quando olhamos para o prêmio na ponta longa e aí por diante, achamos que, se quisermos mesmo ser capazes de diminuir os juros e de viver com juros menores, provavelmente precisaremos estar dispostos a sinalizar para o mercado medidas que serão interpretadas como um choque positivo”, afirmou.

Campos Neto disse que os números fiscais do Brasil, tanto no que diz respeito ao resultado primário, como na evolução prevista para a dívida, são similares aos de outros emergentes, embora o ponto de partida da dívida do País seja maior. Na avaliação dele, os prêmios cobrados parecem incompatíveis com os fundamentos fiscais, embora haja explicações em termos de risco.



'Tivemos algumas notícias desfavoráveis recentemente', diz Campos Neto
Foto: Alex Silva / Estadão

“Eu reconheço que tivemos algumas notícias desfavoráveis recentemente, especialmente quando olhamos para a percepção do mercado de que alguns números (fiscais) estão se tornando menos transparentes”, ele disse.

Campos Neto, ao participar de uma reunião com investidores organizada pelo Deutsche Bank, em Londres, disse que não sugere políticas fiscais para o Ministério da Fazenda e que não tem ideia do que está sendo desenhado pela equipe econômica, que promete entregar um plano de corte de despesas no pós-eleição.

“A única coisa que tenho dito é que parece haver um prêmio de risco crescente que eu acho que está cada vez mais associado à política fiscal. Eu acho que, para que isso seja revertido, você precisa criar uma percepção de que você fez algo que pode mudar o quadro estruturalmente. Eu espero que o plano que for anunciado seja um plano que seja percebido pelo mercado como sendo capaz de fazer isso”, disse, em relação aos planos do ministério da Fazenda para o corte de gastos.

Campos Neto ainda frisou que essas ações mecanicamente não afetam a política monetária, mas que se houver um choque positivo, terá influência no longo prazo em diversas variáveis. “Não é mecânico, mas eu diria que eu acredito que se você tiver um choque positivo muito grande você provavelmente vai conseguir viver com taxas de juros mais baixas”, explicou. Mais cedo, ele já havia ponderado que as transferências de governo cresceram em todo o mundo, inclusive no Brasil, e com impacto no consumo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/10/2024

FISCALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS CABE AO LEGISLATIVO, DIZ AUTOR DE PEC QUE DÁ PODERES À CÂMARA

Proposta do deputado Danilo Forte confere às comissões da Casa a atribuição de fiscalizar essas autarquias, que estão no centro do debate principalmente após os apagões em São Paulo

Por Bianca Lima



Entrevista com
Danilo Forte - Deputado federal (União-CE)

BRASÍLIA - O deputado Danilo Forte (União-CE) deve apresentar nesta semana uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia os poderes da Câmara dos Deputados, conferindo às comissões a atribuição formal de fiscalizar as agências reguladoras. Essas autarquias estão no centro do debate público devido aos apagões em São Paulo, e têm sido alvo de investidas tanto do governo como do Congresso.

“Cabe ao Legislativo a fiscalização dessas instituições. Como já temos o Senado responsável pela sabatina e aprovação das indicações do corpo diretivo, entendemos que, como o princípio das agências é a defesa do consumidor, cabe às comissões temáticas da Câmara, que representam o povo, cumprir o papel de fiscalizar essas autarquias”, afirma o parlamentar.



Forte avalia que há “problemas em praticamente todas as agências reguladoras do País” e afirma que os órgãos frequentemente se sobrepõem ao seu papel institucional. “É inadmissível que uma instituição tenha o poder de regular, executar, normatizar e julgar. Nem o STF (Supremo Tribunal Federal), com todas as suas escorregadas, se propõe a isso”, diz.

Ele nega que a PEC amplie a ingerência política nas autarquias e reduza a sua autonomia. “Se fosse um órgão do governo para fazer esse controle, aí sim estaria politizando. Porque não seria uma pessoa eleita, seria uma escolha pessoal do presidente, e não colegiada. O papel do presidente da República não é controlar ninguém.”

Confira abaixo os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

O que motivou a elaboração da PEC?

Nós temos problemas em praticamente todas as agências reguladoras do País, tanto na fiscalização como na capacidade que elas têm de se sobrepor ao seu papel institucional.

O sr. poderia dar exemplos concretos?

Por exemplo, a suspensão, pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de defensivos que estavam havia mais de 50 anos em circulação no Brasil, sem que houvesse inovação em relação à legislação. Decisão monocrática, na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), com relação ao corte dos valores de transmissão (recálculo de indenização a transmissoras, que ocorreu em 2022). Mudança feita pela Aneel na interpretação da Medida Provisória que tratava do sistema locacional no Nordeste. A omissão ou falta de posicionamento da Anvisa em relação ao cigarro eletrônico, bem como da Aneel em relação ao apagão em São Paulo e da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) na questão das passagens aéreas. Esse descontrole dos órgãos controladores criou, tanto para o consumidor como para o governo, uma insatisfação muito grande em todas as áreas.

De que forma a PEC atuaria nessas questões?

Criando um instrumento de fiscalização sobre esses papéis, porque é inadmissível que uma instituição tenha o poder de regular, executar, normatizar e julgar. Nem o STF (Supremo Tribunal Federal), com todas as suas escorregadas, se propõe a isso.

E cabe à Câmara esse papel?

As agências são órgãos de Estado, não de governo. E, como órgãos de Estado, cabe exatamente ao Poder Legislativo a sua fiscalização. Como já temos o Senado responsável pela sabatina e aprovação das indicações do corpo diretivo, entendemos que, como o princípio das agências é a defesa do consumidor, cabe às comissões temáticas da Câmara, que representam o povo, cumprir o papel institucional de fiscalizar essas autarquias.

O TCU já não desempenha esse papel?

Hoje, do ponto de vista gerencial, há um puxadinho no TCU (para fazer essa fiscalização). Mas, do ponto de vista de mérito, isso fica completamente solto, porque as agências não devem prestação de contas a ninguém.

Esse novo sistema proposto não pode enfraquecer a autonomia das agências?

Primeiro, nós não estamos interferindo em nenhuma formulação de política pública, estamos apenas fiscalizando. Portanto, não haveria nenhuma diminuição de autonomia. Segundo, essa fiscalização já é feita em alguns países do mundo, inclusive na Inglaterra, que é o berço do liberalismo. E nós não estamos criando uma fiscalização de governo, e sim de Estado. Então o setor privado pode ficar muito tranquilo que isso vai aumentar a segurança jurídica.

Como funcionaria essa fiscalização?

A comissão de Minas e Energia, por exemplo, faria a fiscalização da Aneel, ANM (Agência Nacional de Mineração) e ANP (Agência Nacional de Petróleo e Gás). A comissão da Comunicação faria o acompanhamento referente à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). A de Saúde faria Anvisa e ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). A de transportes ficaria responsável pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e Antaq (Agência Nacional de Transportes

Aquaviários). E, assim, sucessivamente. Todas as agências teriam de prestar contas, tanto no que diz respeito à execução da legislação como à normatização.

As comissões teriam o poder de punir as agências ou seus membros?

As comissões poderiam averiguar os serviços prestados, como também fazer a apuração e punição coletiva ou individual dos diretores, em caso de descumprimento do que está na lei e no código administrativo. Ou seja, que configure infração ou improbidade.

Essas punições incluiriam a eventual demissão de diretores?

A PEC permite que o Congresso, verificando ação dolosa de omissão ou ilicitude, possa recomendar ao TCU e ao Ministério Público a punição administrativa, civil ou criminal dos membros das agências.

Mas, de novo, isso não amplia a interferência política nas agências? Os diretores poderiam ficar suscetíveis, por exemplo, a retaliações, caso desagradem a um ou outro parlamentar.

As comissões são plurais, elas têm a representação do todo da sociedade. Da mesma forma que a gente pode julgar o presidente da República e abrir processo de impeachment, também podemos exercer o papel que nos é atribuído constitucionalmente, e fazer o impedimento de um diretor de uma agência. Se fosse um órgão do governo para fazer esse controle, aí sim estaria politizando. Porque não seria uma pessoa eleita, seria uma escolha pessoal do presidente, e não colegiada. O papel do presidente da República não é controlar ninguém.

O sr. avalia que pode haver algum tipo de resistência por parte do Senado à PEC? Uma vez que os senadores têm a atribuição de sabatar e aprovar os diretores e presidentes das agências.

O Senado já cumpre o seu papel, porque as sabatinas e a escolha dos diretores ocorrem lá. Ou seja, passaria a ter uma divisão: o Senado continuaria com esse papel e caberia à Câmara, pela sua representação popular, fazer a fiscalização. E com isso haveria uma equidade e harmonia de poderes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2024

VALE ANUNCIA ACORDO COM GRUPO CHINÊS PARA CONSTRUÇÃO DE USINA EM OMÃ, NO ORIENTE MÉDIO

Unidade de beneficiamento de minério de ferro terá investimentos de mais de US\$ 600 milhões

Por Beth Moreira (Broadcast)

A mineradora Vale e a chinesa Jinnan Iron & Steel Group anunciaram nesta segunda-feira, 28, uma parceria para construção de uma usina de beneficiamento de minério de ferro em Omã, no Oriente Médio. Com um investimento inicial superior a US\$ 600 milhões, a unidade fornecerá minério de ferro de alta qualidade para a produção de pelotas e briquetes (um concentrado de minério de ferro) na região.

Em nota, a mineradora destaca que a planta, a ser instalada no porto e na zona de livre de comércio de Sohar, está programada para iniciar suas operações em meados de 2027. Processará 18 milhões de toneladas de minério de ferro de baixa qualidade por ano, produzindo 12,6 milhões de toneladas de concentrado de alta qualidade. A Vale investirá US\$ 227 milhões para conectar a usina às suas instalações na região. A Jinnan investirá aproximadamente US\$ 400 milhões para construir e operar a usina, da qual será a proprietária.



Vale fará parceria com a Jinnan Iron & Steel Foto: Fabio Motta/Estadão

“A planta de concentração de Sohar representa um investimento fundamental para a Vale, pois aumentamos nossa capacidade de atender à crescente demanda global por minério de ferro de alta

qualidade e reforçamos ainda mais nossa presença no Oriente Médio”, destaca na nota o presidente da Vale, Gustavo Pimenta.

Para o executivo, o projeto reúne a capacidade do Brasil de produzir minério de ferro de alta qualidade com a localização privilegiada e a infraestrutura de Omã para ampliar a integração entre os dois países, além de reforçar a parceria com a China por meio da Jinnan.

Já o CEO da Jinnan Iron and Steel Group, Zhang Tianfu, destaca que, ao trabalhar com a Vale em Sohar, pretende redefinir a produção de aço no Oriente Médio, colocando a eficiência e a qualidade em primeiro plano.

A Vale informou ainda que pretende replicar esse modelo de investimento para os chamados Mega Hubs. Nesses complexos industriais, espera-se que a Vale construa e opere plantas de concentração de minério de ferro e de produção de briquetes, com as partes locais promovendo a construção da infraestrutura logística necessária, e que os investidores e/ou clientes construam e operem as plantas de redução direta e sejam os compradores do produto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/10/2024

TOTALENERGIES AVANÇA EM SUA ESTRATÉGIA INTEGRADA MULTIENERGÉTICA

Brasil é um país-chave para os investimentos da empresa, que possui negócios em diferentes segmentos localmente, incluindo renováveis e óleo e gás.

Por TotalEnergies e Estadão Blue Studio

Em sua última apresentação aos investidores realizada no mês de outubro, a TotalEnergies, empresa global de energia integrada, confirmou sua estratégia de transição equilibrada ancorada em dois pilares: Óleo e Gás, notadamente GNL, e Eletricidade, aumentando sua produção global de energia (óleo, gás, eletricidade, bioenergia) em 4% ao ano até 2030, enquanto reduz drasticamente as emissões de suas operações (-40% no Escopo 1+2 líquido em 2030 vs 2015 e - 80% em metano em 2030 vs 2020).



Divulgação/ TotalEnergies Foto: Divulgação/ Total Energies

A TotalEnergies definiu para si uma estratégia sólida, com ações de curto, médio e longo prazo para enfrentar o desafio da transição energética e ainda garantir que a energia confiável esteja disponível a curto prazo e no menor custo possível. A empresa investe entre US\$ 16 bilhões e US\$ 18 bilhões por ano e, desses, cada vez uma parte mais significativa é destinada à transição energética, seja gás natural liquefeito, seja no setor de renováveis propriamente dito. Em 2023, a TotalEnergies investiu US\$ 16,8 bilhões, dos quais 35% em energias de baixo carbono.



E o Brasil é um país-chave para essa estratégia. A empresa está presente no País há quase 50 anos e atua em diferentes segmentos de negócios, incluindo óleo e gás e renováveis.

Charles Fernandes, Country Chair e Diretor Geral da TotalEnergies EP Brasil Foto: Wagner Pinheiro

No caminho para liderar a transição energética, a TotalEnergies definiu que todos os investimentos no segmento de petróleo e gás são focados em projetos sempre com menor intensidade de emissão de gases do efeito estufa (GEE) relacionados à média do portfólio, assegurando um círculo virtuoso de investimentos.

“No Brasil, isso não é diferente. Olhamos com interesse oportunidades em diversas frentes, em modelo de parceria ou como operadores, mas que sempre estejam alinhadas com a estratégia da companhia de investir em ativos de baixo custo e baixas emissões. O pré-sal se encaixa perfeitamente em nossa estratégia, oferecendo campos que emitem muito menos gases de efeito estufa para cada barril produzido, medidos em CO₂ equivalente (CO₂e). A média mundial é de 17 kg CO₂e por barril ante 10 kg no pré-sal. Os campos do pré-sal também viabilizam projetos com baixo custo técnico, de US\$ 20 por barril ou breakeven de US\$ 30 por barril, assegurando assim a competitividade do portfólio da TotalEnergies”, detalha Charles Fernandes, Country Chair e Diretor Geral da TotalEnergies EP Brasil



Divulgação/ TotalEnergies Foto: Divulgação/ Total Energies

O portfólio da empresa nas Bacias de Campos e Santos inclui 11 licenças majoritariamente em águas profundas e no pré-sal. A produção em 2023 foi de 135.500 boe/d e a expectativa é de crescer para mais de 200.000 boe/d até 2026.

Joint venture com a Casa dos Ventos

Em uma das maiores operações brasileiras no mercado de energias renováveis, a TotalEnergies também adquiriu, em 2022, 34% de participação da Casa dos Ventos, que se tornou o veículo exclusivo de renováveis da empresa no País, com a ambição de atingir 12 GW por volta de 2030. “Estamos expandindo nossa atuação nesse segmento, alinhados com a ambição global de chegar a 35 GW até o final de 2025”, completa Fernandes.

A parceria também foi um marco estratégico para a Casa dos Ventos. “A joint venture reduziu o nosso custo de capital, nos deu acesso a uma carteira de clientes globais, fortaleceu nossa competitividade, aportou sinergias técnicas e de conhecimento, aprimorou o modelo de governança corporativa e, principalmente, impulsionou nosso ritmo de expansão”, reforça o diretor executivo da Casa dos Ventos, Lucas Araripe.

“Desde o início da joint venture com a TotalEnergies, conseguimos avanços significativos em nossa estratégia de crescimento. Hoje temos 1,7 GW de renováveis em operação, mais 1,6 GW em construção e 4,6 GW em estágio avançado de desenvolvimento, além da diversificação de soluções para descarbonização de setores considerados eletrointensivos como: data center, mineração, siderurgia, química, dentre outros”, completa Araripe.



Hoje com mais de 3,3 GW de energia eólica em operação e em construção, a Casa dos Ventos investe também em energia solar e espera ter 4,2 GW de capacidade instalada até o fim de 2025.

Divulgação/ TotalEnergies Foto: Divulgação/ Total Energies

Investimentos em P&D

Os investimentos em P&D da TotalEnergies também possuem um papel de destaque na estratégia de transição equilibrada da empresa para garantir os avanços tecnológicos que serão necessários para desenvolver o setor. No Brasil, a área de P&D existe desde 2018 e possui atualmente mais de 80 projetos de pesquisa em inovação com universidades e a indústria. O investimento, associado a esses projetos, no Brasil é de mais de R\$ 447 milhões, em projetos nas áreas de upstream, renováveis e descarbonização das operações. “O time de P&D no Brasil segue a estratégia global da empresa de aumentar os investimentos na diversificação do portfólio de energia. Como resultado, nossa média de investimentos no segmento de novas energias e em projetos de redução de

emissões no País é de, no mínimo, 65% da média do portfólio para os próximos três anos”, reforça Fernandes.

A empresa também acaba de inaugurar três núcleos de excelência em pesquisa em parceria com Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Eles são dedicados ao desenvolvimento de projetos para acelerar a transição energética. Ao todo, serão 40 projetos, em diferentes estágios de execução, somando cerca de R\$ 181 milhões em investimentos, financiados pela cláusula da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que promove o desenvolvimento de pesquisa e novas tecnologias para o setor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/10/2024

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

VALE E JINNAN FAZEM INVESTIMENTO DE US\$ 600 MI EM USINA DE CONCENTRAÇÃO DE MINÉRIO EM OMÃ

Unidade ficará em Sohar, cidade portuária localizada a cerca de 200 quilômetros da capital Mascate, com capacidade de processamento de 18 milhões de toneladas de minério de ferro a partir de 2027

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



— Foto: Julio Bittencourt/Valor

A Vale e a Jinnan Iron & Steel Group anunciaram nesta segunda-feira um investimento conjunto de pelo menos US\$ 600 milhões em uma usina de concentração de minério de ferro no Omã.

A unidade ficará em Sohar, cidade portuária localizada a cerca de 200 quilômetros da capital Mascate, com capacidade de processamento de 18 milhões de toneladas de minério de ferro a partir de 2027.

A mineradora investirá US\$ 227 milhões para conectar a usina às suas instalações de aglomeração na região. A Jinnan investirá aproximadamente US\$ 400 milhões para construir e operar a usina, da qual será a proprietária.

O minério de ferro será transformado em um concentrado de maior qualidade para produção de pellets de alta qualidade e, no futuro, briquetes, com impacto ambiental reduzido.

“Com sua localização estratégica, a nova planta fortalecerá o papel de Omã como um importante fornecedor para os mercados regionais e internacionais de aço”, afirma a Vale, em comunicado.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 28/10/2024

GOVERNO FEDERAL ANALISA OPERAÇÃO DE 'GARANTIA DA LEI E ORDEM' DURANTE G20 NO RIO

Desta vez a ação com militares das Forças Armadas seria limitada ao entorno do Museu de Arte Moderna (MAM) e outros locais de reunião

Por O Globo — Rio

O governo federal analisa a possibilidade de realizar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) durante a reunião de cúpula do G20, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. Diferentemente de outras ações do gênero já adotadas na cidade, desta vez a ação com militares das Forças Armadas seria limitada ao entorno do Museu de Arte Moderna (MAM), no Parque do Flamengo, local das reuniões dos líderes de 19 países-membros, da União Africana e da União Europeia.

O cinturão de segurança incluiria ainda a casa de shows Vivo Rio, onde ficará a imprensa, e a Marina da Glória, ponto de apoio para as delegações.

A discussão sobre a adoção de GLO já vinha ocorrendo no Palácio do Planalto antes da escalada da violência nos últimos dias no Rio. No início da semana, bandidos fortemente armados invadiram a Favela da Muzema, no Itanhangá, e sequestraram nove ônibus para fazer barricadas. Na quinta-feira, após três inocentes serem mortos durante um tiroteio na Avenida Brasil, na altura das favelas do Complexo de Israel, o governador Cláudio Castro disse que o ataque dos traficantes foi um ato de terrorismo.

Entre os chefes de Estado que devem desembarcar no Rio para a cúpula estão os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da China, Xi Jinping. Na semana passada, o presidente russo, Vladimir Putin, disse que não virá ao encontro.



Soldados do Exército percorrem área em frente ao Parque Olímpico, no Rio de Janeiro — Foto: Reuters

"A segurança do G20 vem sendo alvo de reuniões com todas as esferas de governo há meses. Tratamos não apenas de segurança, mas de rotas que serão usadas nos deslocamentos das delegações e de operações de trânsito. Entre os cenários analisados está a hipótese de uma GLO específica", confirmou o coronel Maurílio Nunes, subsecretário de Segurança Pública do Rio e representante do governo do Estado nos preparativos para o encontro.

A ideia é bem aceita na Casa Civil, em Brasília, que avaliará o caso antes de levá-lo para a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A discussão envolve a pasta comandada por Rui Costa e o Ministério da Defesa. Um dos argumentos favoráveis é que, sem GLO, não é possível usar militares do Exército para dar apoio ostensivo à segurança. Se a operação for adotada, será nos moldes da GLO de Portos e Aeroportos do Rio e de São Paulo, que ocorre em áreas delimitadas, e não em toda cidade.

No início do ano, o governo federal avaliava que só decretaria GLO em último caso, mas a postura mudou. Segundo fontes, na época, a ideia era evitar um papel mais ativo dos militares, após o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A GLO é um ato que só pode ser adotado por ordem expressa do presidente, que permite aos militares atuarem com poder de polícia durante um período estabelecido. "A maior preocupação das delegações não é com a violência urbana. Até agora, mesmo depois do que aconteceu no Complexo de Israel. O que os representantes das delegações querem saber é o que estamos planejando para que não ocorram ações de terroristas", contou uma fonte do Itamaraty.

A reportagem apurou algumas medidas que serão adotadas. Da base aérea do Galeão, onde as autoridades vão desembarcar, as delegações usarão a Linha Vermelha para fazer o deslocamento até o MAM e os hotéis da Zona Sul. Para algumas delegações, como a americana, a operação deve contar com apoio aéreo, além dos batedores que vão acompanhar todos os comboios. No caminho, as comitivas passarão pelo Complexo da Maré, do qual terão apenas uma visão parcial. Há duas semanas, a prefeitura concluiu a instalação de novos painéis acústicos ao longo da via expressa. Além da questão urbanística, a medida tenta com isso afastar o risco de pedestres entrarem na Linha



Vermelha durante a passagem das delegações. As estruturas antigas, com mais dez anos, estavam danificadas, com buracos que permitiam o acesso à pista.

Já foi descartada a restrição às operações de pouso e decolagem no Aeroporto Santos Dumont, que fica nas proximidades da conferência. O espaço aéreo no entorno do MAM terá patrulhamento feito pela Aeronáutica. O esquema também mobilizará a Marinha, para evitar a aproximação de barcos não autorizados pela Baía da Guanabara.

A adoção de GLO é uma prática recorrente em grandes eventos na cidade. A maior delas, a primeira, envolveu 20 mil militares, que atuaram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A medida se repetiu na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na Copa do Mundo (2014) e na Olimpíada (2016). Nesses dois últimos eventos, as ações se estenderam aos "stados onde foram realizadas as partidas preliminares do futebol. A última ação de GLO que incluiu todo o estado ocorreu em 2018, quando o governo federal decretou intervenção na segurança fluminense.

Em meio aos casos de violência no "stado, o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Luiz Sarrubbo, virá ao Rio na próxima terça-feira para discutir a ampliação da ajuda da União no combate ao crime organizado. Após o episódio no Complexo de Israel, Castro cobrou participação mais intensa do governo federal na segurança do Rio. Sarrubbo disse que recebeu a ordem do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de "ouvir e atender" aos pedidos, mas ressaltou que o papel do governo federal é "limitado". "O papel do governo federal é limitado, e dentro das nossas limitações estamos fazendo o máximo possível".

Em entrevista à TV Globo, a porta-voz da PM, a tenente-coronel Claudia Moraes, afirmou que o planejamento das operações vai mudar, considerando que os criminosos passaram a atirar na direção da população. "A gente está falando de áreas onde há dificuldades (para fazer incursões). Se não fizéssemos ações de retirada de barricadas e de apreensões de fuzis, a tendência seria que essa situação se agravasse ainda mais. O papel da Polícia Militar é atuar levando mais segurança para as pessoas".

A porta-voz destacou que as operações são planejadas com base nos resultados das ações anteriores. Segundo ela, os traficantes do Complexo de Israel fizeram uma "cortina de fumaça" ao atirar contra a população, situação inesperada pelos agentes.

Sobre esses casos de violência, o presidente do HotéisRio, Alfredo Lopes, disse ontem que a imagem da cidade está se dissolvendo. Para ele, a responsabilidade é de todos os governos. "E essa crise afeta não só hotéis, mas outras atividades relacionadas como bares, restaurantes e shoppings, que faturam menos."

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/10/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS ALERTA SOBRE RISCO DO BRASIL VOLTAR A IMPORTAR PETRÓLEO SEM AVANÇO NA EXPLORAÇÃO DA MARGEM EQUATORIAL

Por Lorena Parrilha Teixeira Offshore 28/10/2024 - 17:47

Segundo diretora da estatal, declínio na produção do pré-sal pode tornar país dependente de importações dentro de uma década. Debate na Coppe/UFRJ abordou desafios e impacto ambiental da nova fronteira de exploração

O Brasil poderá voltar a importar petróleo em até 10 anos se não avançar na exploração da chamada "margem equatorial", área litorânea entre o Rio Grande do Norte e o Amapá, afirmou Sylvia Anjos,

diretora de exploração e produção da Petrobras. A executiva explicou que, com o declínio esperado das reservas do pré-sal a partir de 2029, a exploração da margem equatorial é vista como essencial para garantir a autossuficiência energética. A Petrobras, porém, enfrenta dificuldades para obter licenças de exploração na região, particularmente na Bacia da Foz do Amazonas, onde o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença e a empresa aguarda reconsideração.

Em evento promovido pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe) da UFRJ, Sylvia detalhou as exigências ambientais que a Petrobras cumpre para atender aos requisitos do Ibama, incluindo a criação de centros de acolhimento de animais em caso de vazamento de óleo e simulações de emergência ambiental. Ela também refutou informações sobre a presença de corais na Foz do Amazonas, esclarecendo que estudos indicam a existência de formações rochosas, mas não recifes de corais, e ressaltou que a área não é isolada, sendo utilizada para navegação.

Sylvia destacou que a Petrobras já perfurou 16 poços na margem equatorial, mas apenas dois têm autorização do Ibama, ambos na costa do Rio Grande do Norte. A executiva mencionou que, embora ainda não haja definição sobre a viabilidade econômica dos poços perfurados, a estatal busca alternativas para reduzir custos operacionais, como renegociações para baixar o preço das plataformas de produção.

A Petrobras, afirmou Sylvia, continua comprometida com a transição energética, buscando atingir emissões líquidas zero até 2050 por meio de tecnologias de captura de carbono e investimentos em fontes renováveis como energia solar e eólica. A executiva ressaltou que, embora o petróleo siga como fonte de energia global, a companhia adota práticas para reduzir o impacto ambiental de suas operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/10/2024

BASES DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO ADOTAM ENERGIA RENOVÁVEL

Da Redação Navegação 28/10/2024 - 17:02



Sete bases navais da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro migrarão para o mercado livre de energia, em uma parceria com a Matrix Energia, viabilizada pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). A formalização do contrato ocorrerá, na próxima quarta-feira (30), na sede da Emgepron, com presença de autoridades militares e executivos da empresa.

A migração permitirá que as bases, incluindo a Escola Naval na Ilha das Cobras e o Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves, escolham fornecedores e negociem tarifas mais competitivas, deixando o mercado cativo e seu modelo de preços fixos. O diretor comercial da Matrix Energia, Zebedeu Souza, disse que a mudança oferece redução de custos e maior previsibilidade financeira, eliminando bandeiras tarifárias e promovendo o uso de energia 100% renovável.

Segundo Souza, além de reduzir custos, a medida representa um passo importante na adoção de práticas sustentáveis nas operações militares, pois toda a energia fornecida será 100% renovável. A conclusão da migração está prevista para ocorrer entre novembro e dezembro de 2024.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/10/2024

APS ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DO STS08 PARA GRANÉIS LÍQUIDOS

Da Redação Portos e logística 28/10/2024 - 16:58



A Autoridade Portuária de Santos (APS) iniciou, na última sexta-feira (25), uma consulta pública para receber contribuições sobre o leilão de arrendamento da área STS08, de 152,2 mil m², destinada à ampliação da capacidade de armazenamento de graneis líquidos, sobretudo combustíveis. O acesso à consulta está disponível no site da APS e na plataforma 'Participa + Brasil'. O prazo de 30 dias começará em 30 de outubro, com a publicação do aviso no Diário Oficial da União.

A expansão do STS08 visa atender à crescente demanda por combustíveis nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, além de Bolívia, Paraguai e Chile, e inclui melhorias de infraestrutura, como quatro novos berços, mais tanques e dois viadutos, em uma área conectada a dutovias, rodovias e píeres na Alemoa, na margem direita do porto. Segundo o presidente da APS, Anderson Pomini, o projeto é estratégico para garantir o abastecimento de combustíveis e promover maior concorrência no setor.

O projeto, que conta com a participação de empresas do setor e da Petrobras, está previsto para ser concluído até 2030 e foi submetido à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Corregedoria Geral da União (CGU). Estudos iniciais confirmaram a viabilidade do arrendamento, e seis empresas demonstraram interesse na área desde a publicação do chamamento público 01/2023. Após a consulta, a APS encaminhará o procedimento ao TCU para o leilão na B3, Bolsa de Valores de São Paulo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/10/2024

VLI E EDGE VENCEM PRÊMIO ATP 2024

Da Redação Portos e logística 28/10/2024 - 17:43



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) premiou, na última quinta-feira (24), os projetos de terminais das empresas VLI e Edge como vencedores da segunda edição do Prêmio ATP, realizado no Clube Naval de Brasília. A VLI conquistou o primeiro lugar na categoria "Inovação tecnológica portuária", enquanto a Edge foi premiada em "Impacto social portuário". Criado em 2023, o Prêmio ATP reconhece exclusivamente terminais de uso privado, incluindo FSRUs (unidades de armazenamento e regaseificação flutuante), ETCs (estações de transbordo de carga) e IPTurs (instalações portuárias de turismo).

Na categoria inovação, a VLI foi reconhecida pelo desenvolvimento de um software de planejamento e simulação para operações portuárias de navios graneleiros, que otimiza segurança, eficiência operacional e estabilidade estrutural das embarcações. Mariana Frias, especialista marítima da VLI, destacou o trabalho em equipe e o foco da empresa em inovação e sustentabilidade.

Na categoria impacto social, o projeto "Protagonismo Comunitário na Vila dos Pescadores", da Edge, foi implementado em Cubatão (SP), beneficiando 1.820 moradores da comunidade por meio de ações de empoderamento social e melhorias em infraestrutura local. Patricia Crevilaro, gerente executiva da Edge, ressaltou o impacto positivo da iniciativa desde o início das operações da empresa no Porto de Santos.

Outros premiados incluíram o Complexo de Pecém, que obteve o segundo lugar em inovação ao usar uma embarcação autônoma para mapeamento hidrográfico; a DPWorld, que ficou em terceiro ao implementar a eletrificação de guindastes para reduzir emissões de carbono; o projeto "Nossa Isca" da VLI, que promoveu a aquaponia para pescadores artesanais na Baía de Santos, e o Porto do Açú, que ficou em terceiro em impacto social com a Reserva Caruara, focada em restauração ecológica no Norte do Rio de Janeiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2024

MARCELO ARANTES ASSUMIU O CARGO DE DIRETOR INDUSTRIAL DO ESTALEIRO MAUÁ (RJ)

Por Executivos 28/10/2024 - 14:00



Marcelo Arantes assumiu o cargo de diretor industrial do Estaleiro Mauá (RJ). Arantes é engenheiro mecânico e pós-graduado nas áreas de Engenharia de Petróleo pela PUC-Rio e Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O novo diretor do Mauá teve passagem pelo grupo Vard e, entre julho de 2022 e outubro de 2024, ocupou o cargo de superintendente industrial e de reparo do Estaleiro Mac Laren (RJ).

"Lá tive a oportunidade de colocar a Mac Laren de volta ao mercado da fabricação e atendimento a indústria de O&G, principalmente para a área de Subsea com fabricação e instalação de seafastening e fabricação de equipamentos (mudmats) subsea", contou Arantes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2024

DREWRY ALERTA SOBRE IMPACTOS DAS ELEIÇÕES DOS EUA NO COMÉRCIO DE CONTÊINERES E TENSÕES COM CHINA

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 28/10/2024 - 18:56



Segundo diretor da consultoria, políticas protecionistas de Donald Trump (Republicano) podem desestabilizar mercado global, enquanto abordagem de Kamala Harris (Democrata) tende a trazer previsibilidade

O diretor de pesquisa de contêineres e editor do relatório da Drewry, Simon Heaney, avalia que uma vitória do candidato republicano à presidência dos Estados Unidos Donald Trump traria riscos de disrupção ao mercado, dada a postura mais confrontacional e o histórico de políticas protecionistas do ex-presidente. Kamala Harris (Democrata), por outro lado, sugere uma postura mais diplomática e de continuidade em relação ao status quo, o que tenderia a oferecer mais previsibilidade para o mercado de contêineres. Independentemente de quem vença as eleições norte-americanas, a consultoria prevê que os EUA continuarão a diversificar suas rotas de fornecimento fora da China, mas a velocidade e estabilidade dessa transição dependerão amplamente do resultado eleitoral.

As análises foram apresentadas no mais recente episódio do podcast 'Freight Loop'. Na visão da Drewry, Kamala Harris, que critica as tarifas como uma "taxa de consumo nacional", apresenta uma alternativa de estímulo à indústria norte-americana por meio de subsídios, em vez de novas tarifas. Mesmo sem a perspectiva de uma guerra comercial agressiva, o impacto de um aumento nos subsídios internos poderia, ainda assim, preocupar parceiros comerciais e blocos econômicos externos, como ressalta Heaney.

Segundo a Drewry, o comércio de contêineres global é, em geral, resiliente às mudanças políticas dos países, mas a escalada nas tensões geopolíticas, especialmente entre os Estados Unidos e a China, começa a impor desafios e alterar a dinâmica do mercado. Desde 2018, as tarifas do então presidente Donald Trump sobre produtos chineses tem incentivado uma diversificação das importações americanas, com o Vietnã e outros países asiáticos aumentando suas exportações para os EUA enquanto a participação da China nas importações americanas caiu de 40% para 27% até 2024.

Embora a diversificação no fornecimento possa beneficiar o mercado de contêineres ao estimular o comércio de insumos e peças intermediárias, Heaney alerta que uma abordagem mais isolacionista dos Estados Unidos representaria um risco. Com uma perspectiva mais protecionista, Trump indicou a possibilidade de implementar uma tarifa universal de 20% sobre todas as importações, o que afetaria diretamente a demanda por contêineres nos Estados Unidos, especialmente para produtos provenientes da China.

Para Heaney, essa política, embora focada no mercado interno, poderia impactar a estabilidade do setor internacional, já que barreiras comerciais dessa magnitude afetariam também a economia global. Essa análise faz parte da visão da Drewry sobre os efeitos políticos no mercado de contêineres e foi detalhada por Simon Heaney no podcast, que também abordou tendências, previsões e possíveis cenários de crescimento e risco para os próximos anos no setor de transporte de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/10/2024

EÓLICAS OFFSHORE ESTÃO ENTRE APOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DA RETROÁREA DO AÇU

Por Danilo Oliveira Offshore 25/10/2024 - 21:13



Com interesse de empresas de energia, Prumo pretende ampliar serviços 'one stop shop' na base logística para atender campos próximos e atrair indústria de componentes, que também poderá atender outras regiões por cabotagem

A Prumo Logística acredita no desenvolvimento de indústrias na retroárea do Porto do Açu (RJ) para desenvolvimento de parques eólicos offshore nas proximidades do complexo nos próximos anos. A estratégia é tornar o empreendimento um 'hub eólico' com fábricas de estruturas para instalações de geração de energia no mar, com incremento ao transporte por cabotagem para atender outras regiões da costa brasileira onde esse tipo de projeto for desenvolvido.

"Acreditamos que podemos ser um hub para o futuro, produzir turbinas, naceles, pás eólicas, torres (...) para construir parques eólicos na frente do Açu, mas também para sermos fornecedores de componentes para o Brasil como um todo. Podemos, através da cabotagem, levar componentes para regiões norte e sul. A ideia é ser hub de produção nacional", disse a gerente de relações internacionais da Porto do Açu, Maartje Driessens.

Entre as empresas que firmaram memorandos de entendimento com o Açu voltados para implementação de parques eólicos na frente do porto estão: Shell, Iberdrola, Ocean Winds — OW (joint venture entre EDP Renewables e Engie), TotalEnergies, Equinor e BlueFloat. "Estamos negociando, mas tem bastante área com acesso à área molhada", afirmou. Maartje destacou que o porto conta com um terminal multicargas e área alfandegada já em operação, o que também permite a importação de componentes, turbinas e cargas de projeto. Hoje, o T-Mult já recebe pás eólicas para o setor eólico onshore, por exemplo.

A visão é desenvolver o conceito de 'One Stop shop', fomentando a atual base logística, fornecendo serviços de suporte a embarcações e de apoio logístico aos parques eólicos. A gerente acredita que, em alguns anos, haverá aumento do tráfego de navios no terminal onshore do Açu para construção de parques eólicos, manutenção e serviços logísticos.

"É uma vocação do porto e, como temos grande retroárea industrial, podemos ser um hub de manufatura. Também podemos produzir componentes na retroárea e ter ponta de conexão ao grid através do porto", projetou, na última semana, no evento "Portos Verdes: Oportunidades de Parceria

na Transição Energética”, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com o Consulado da Bélgica no Rio de Janeiro e a Prumo.

Outra vantagem, segundo a gerente, é a possibilidade de conectar a energia elétrica produzida com a terra através das duas termelétricas instalados no porto, que possuem 3,4 gigawatts (GW) de capacidade instalada e duas linhas de transmissão, uma de 500 kv e outra de 345 kv para compartilhar energia com o grid. “Podemos usar o ponto de conexão para fomentar nosso próprio cluster industrial com energia eólica e converter em hidrogênio e derivados”, projetou.

A belga Maartje vê sinergias de seu país natal com o Açu e uma base forte do porto para o desenvolvimento dos projetos eólicos offshore e para diversificar o portfólio com energias com baixa emissão de carbono. “Existe muito know how que o setor belga pode trazer e que vai render muitas parcerias belgo-brasileiras. No futuro, vão surgir novas colaborações”, disse a gerente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

MP DA DEPRECIÇÃO ACELERADA DE NAVIOS TEM PRAZO PRORROGADO POR 60 DIAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 25/10/2024 - 19:39



MPV, que aguarda instalação de comissão mista, entrou em regime de urgência no último dia 11 de outubro. Data final para deliberação da matéria passou para 3 de fevereiro de 2025

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou por 60 dias o prazo de vigência da medida provisória 1.255/2024, que trata da autorização de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque (NTs) construídos no Brasil empregados exclusivamente na cabotagem de petróleo e seus derivados. A MPV, encaminhada pelo governo ao Congresso no final de agosto, representa uma renúncia fiscal decorrente da depreciação acelerada para essas embarcações limitada a R\$ 1,6 bilhão e terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, até 31 de dezembro de 2031.

Com a prorrogação, a data final para deliberação da matéria passou para 3 de fevereiro de 2025. A MPV, que aguarda a instalação da comissão mista, entrou em regime de urgência no último dia 11 de outubro. O prazo inicial de vigência de uma MPV é de 60 dias e é prorrogado automaticamente por igual período caso não tenha sua votação concluída nas duas casas do Congresso Nacional. Se não for apreciada em até 45 dias, contados da sua publicação, entra em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Após a análise e o parecer da comissão mista, a MPV seguirá para o plenário da Câmara dos Deputados e, avançando, será remetida ao Senado. Nas duas casas legislativas a matéria é aprovada por maioria simples — presente, respectivamente, a metade mais um dos deputados e a metade mais um dos senadores. No caso de aprovação da MPV, a matéria é promulgada e convertida em lei ordinária pelo presidente da mesa do Congresso, não sendo sujeita à sanção ou veto, como ocorre com os projetos de lei de conversão.

As condições previstas na MPV se aplicam às aquisições de navios-tanque novos cujos contratos tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 2026 e que entrem em operação na atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados a partir de 1º de janeiro de 2027. Para fins de cumprimento da legislação orçamentária e fiscal, o Executivo incluirá a renúncia de receita na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual (LOA) a partir do início do período de vigência do benefício.

O poder executivo federal poderá, por meio de decreto, autorizar quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos, empregados na cabotagem de petróleo e seus derivados, produzidos no Brasil, conforme índices mínimos de conteúdo local definidos por ato do



Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), adquiridos a partir da data de publicação do decreto, destinados ao ativo imobilizado de pessoa jurídica e sujeitos a desgaste pelo uso, por causas naturais ou por obsolescência normal.

A expectativa do governo é que, no curto prazo, a iniciativa permita a construção de mais de 15 navios-tanque de médio porte em estaleiros do país. A MP 1.255/2024 altera as leis 9.478/1997, que dispõe sobre as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o CNPE e a Agência Nacional do Petróleo (ANP); e 14.871/2024, que abrange a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos. A nova redação dada pela MP autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas, e para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividades de cabotagem de petróleo e seus derivados.

A MP também define índices mínimos de conteúdo local em navios-tanque novos produzidos no Brasil. O texto proposto estabelece que a definição dos índices mínimos de conteúdo local deve observar o dinamismo inerente ao setor de petróleo e gás natural e se basear em dados concretos acerca da capacidade da indústria, de forma a garantir que os custos decorrentes da política sejam proporcionais aos benefícios.

Emendas

O texto em tramitação recebeu três propostas de emendas até o dia 2 de setembro, quando foi encerrado o prazo regimental para envio das contribuições. Uma delas prevê a inclusão de condicionantes para a concessão dos benefícios fiscais para projetos de construção de novos navios-tanque (NTs). O dispositivo, apresentado pelo deputado federal Júnior Mano (PL-CE), sugere incorporar exigências relacionadas ao cumprimento de índices de conteúdo local, de normas trabalhistas, ambientais e de eficiência energética e de transparência, além de cláusulas voltadas ao estímulo à inovação e à geração de empregos.

Outra emenda, apresentada pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), sugere a inclusão de embarcações de apoio marítimo entre os segmentos a serem beneficiados pelo incentivo. Já o deputado federal Luiz Fernando Vampiro (MDB-SC) propôs a expansão do quadro de agentes financeiros habilitados a operar junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM). A emenda à MPV visa permitir que bancos de desenvolvimento regional como BRDE (Extremo Sul) possam atuar como agentes financeiros do FMM mediante aprovação do conselho diretor do fundo setorial (CDFMM).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 28/10/2024